

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PPGPDS

DISSERTAÇÃO

**Crescimento Urbano e Degradação Ambiental: a ausência de espaços livres
no Residencial Novo Tempo em Timon-MA**

Marlene Sousa Silva

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PPGPDS**

**CRESCIMENTO URBANO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: a ausência
de espaços livres no Residencial Novo Tempo em
Timon-MA**

MARLENE SOUSA SILVA

Sob a orientação do Professor Doutor
Luís Mauro Sampaio Magalhães

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – PPGPDS.

Rio de Janeiro
Setembro de 2016

307.76098121
S586c
T

Silva, Marlene Sousa.

Crescimento urbano e degradação ambiental: a ausência de espaços livres no Residencial Novo Tempo em Timon-MA / Marlene Sousa Silva, 2016.

99 f.

Orientador: Magalhães, Luís Mauro Sampaio.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.

Bibliografia: f. 93-104.

1. Lazer - Teses. 2. Habitação - Teses. 3. Meio ambiente – Teses. I. Magalhães, Luís Mauro Sampaio. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - PPGPDS**

MARLENE SOUSA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – PPGPDS.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____ / ____ / ____

Luís Mauro Sampaio Magalhães (Orientador)
Doutor em Ciências do Solo pela UFRRJ

Fania Fridman
Doutora em Economia Política pela Université Paris 8.
(Co-Orientação)
1º Examinador

Cristiane Cardoso
Doutora em Geografia pela UFF
2º Examinador

A Deus, fonte de conhecimento.
À minha família, pelo constante e
precioso apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua imensa bondade me concedeu a oportunidade e o privilégio de iniciar esse mestrado e ainda em sua sabedoria me conceder conhecimento e força pra chegar até o final dessa etapa.

Agradeço à minha linda e doce filha Safira, pela compreensão, coragem e força pra se manter firme nos momentos de minha ausência, principalmente nos momentos de minha partida de volta ao Rio. Só nós sabemos o quanto esses momentos foram difíceis. Corações partidos e abraços longos e apertados na tentativa de perpetuar aquele nosso momento. Amo eternamente você, minha filha! Sempre muito carinhosa!

Agradeço à Kericy, (filha postíça), que aceitou o convite em ir morar em meu apartamento e se tornar amiga, companheira e porque não irmã de Safira.

Aos meus irmãos, que me apoiaram e me deram força pra seguir na jornada, mesmo que fosse pra vir morar na cidade do Rio de Janeiro, uma entre maiores metrópole do mundo, que apesar de muito bela e oferecer muitas oportunidades, existe a fama de ser uma cidade muito violenta.

Não posso deixar de agradecer à banca de minha dissertação: Ao meu orientador Luis Mauro Magalhães, que aceitou prontamente ao meu pedido de orientação.

À querida e amável professora Fânia Fridman, que aceitou fazer parte de minha banca de qualificação, em que pontuou oportunidades de melhoria, direcionando meu trabalho com valiosos e pertinentes comentários.

À professora Cristiane Cardoso, que com o olhar geográfico, pontuou detalhes super importantes para o enriquecimento do produto final.

Ao Instituto Federal do Maranhão - IFMA, por prezar pela qualificação de seus funcionários e permitir a minha licença para capacitação.

Aos amigos do IFMA, lista gigante, rrsrr

À amiga Maria das Graças, que tirou um dia de seus afazeres pra realizar o pagamento de minha inscrição e postagem dos documentos para esse mestrado.

À diretora geral Jacklyne Dutra, que não mediu esforços nos trâmites legais ao meu processo de liberação para capacitação.

À amiga Talita Oliveira, que me fez acreditar que uma vaga nesse mestrado seria minha. À Odaléia Costa, pela motivação. Ao Dastur Campus, pela ajuda na agilidade do processo de liberação para capacitação. À Patricia Damasceno e Denyse Pontes pelo incentivo. Aos demais colegas, que votaram a favor de meu afastamento total para capacitação na assembleia. Tinham muitos colegas presentes e a todos!

O meu obrigada de coração!

Grata também, à Secretaria de Planejamento de Timon, na pessoa do professor Sebastião, que colocou a secretaria de Planejamento de Timon à dispor de informações para a realização desse trabalho, na pessoa de Emanuel e Marilene, que me recepcionou muito bem e sempre me atenderam com educação e presteza. E ainda a Secretaria de Governo na pessoa de João Batista e Alberto, ao disponibilizar documentos e informações importantes.

Aos colaboradores anônimos e outros, nem tanto, que aceitaram participar da pesquisa e responder as questões do questionário.

E às amigas que ganhei durante o mestrado; Olívia, Cristina, Mariana, Isabella, Ivette, Luciana, Vitória, Claudia, Lívia, Stephanie, Luiza, e a todos e todas as demais da turma. com certeza a companhia de vocês, tornaram meus dias de estudos bem melhores.

RESUMO

SILVA, Marlene Sousa. **Crescimento Urbano e Degradação Ambiental:** a ausência de espaços livres no Residencial Novo Tempo em Timon-MA. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. Departamento de Ciências Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – PPGPDS.

As cidades são hoje os espaços que concentram a maior parte da população. Sendo assim, esse adensamento exige variadas demandas que, além de recursos naturais requer infraestrutura como habitação e lazer. Porém, nem sempre o planejamento desses espaços leva em consideração as questões socioambientais, principalmente com relação à oferta de espaços livres que favoreça condições de lazer centralizado nos elementos naturais da paisagem. A situação é mais crítica ainda, em se tratando de residenciais destinados a população de baixa renda. Portanto, buscar instrumentos e pesquisas que apontem novos caminhos na integração homem, lazer, habitação e meio ambiente, torna-se cada vez mais necessário. Timon, localizada na região nordeste do Brasil e Leste maranhense, se encontra nesse contexto, pois a mesma vem sofrendo grande alteração de suas áreas livres para construção de diversos residenciais como o Novo Tempo no MCMV, sem oferta de espaços destinados ao lazer como praças, parques e áreas verdes. Portanto, esta dissertação de mestrado teve como tema: Crescimento Urbano e Degradação Ambiental: A Ausência de Espaços Livres no Residencial Novo Tempo em Timon-MA. Com análise da qualidade desses espaços para aproveitamento ao lazer e integração social aos elementos naturais da paisagem. Teve como objetivo geral: Analisar a qualidade ambiental dos espaços livres do Residencial Novo Tempo na cidade de Timon-MA, evidenciando uso e percepção dos moradores. Os objetivos específicos foram: Análise do contexto histórico-urbano e socioambiental do município de Timon; Características geoambientais do Residencial Novo Tempo de Timon; Diagnóstico das condições infraestruturais das áreas livres do residencial; Identificação dos tipos de espaços livres na percepção dos moradores; Conhecimento da origem e perfil socioeconômico dos entrevistados do residencial e Apontamento de melhorias ao poder público com base no levantamento de informações. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram levantamento bibliográfico e documental; elaboração e aplicação dos questionários aos entrevistados; coleta de dados e observação sistemática; confecção de gráficos, mapas e registro fotográfico, análise de dados e conclusivos. Dentre os resultados, constatou-se que empreendimentos destinados a população de baixa continuam tendo baixo investimento no urbanismo com oferta de lazer e nula qualidade técnica centralizada em elementos naturais de seus espaços livres. Os espaços livres do residencial se restringem às calçadas e as ruas na percepção dos entrevistados. Percebeu-se ainda que de modo geral esses espaços estão precisando de melhorias qualitativa e quantitativa no que dispõe de condições mínimas para atender a demanda de moradores.

Palavras-chave: Lazer. Habitação. Meio Ambiente.

ABSTRACT

SILVA, Marlene Sousa. Urban Growth and Environmental Degradation: the absence of open spaces in Residential Novo Tempo in Timon-MA. 2016. Dissertation (Master of Science). Rural Federal University of Rio de Janeiro. Deanship of Research and Graduate Studies. Department of Environmental Sciences, Graduate Program in Sustainable Development Practice - PPGPDS.

Cities are now the areas that concentrate the majority of the population. Thus, this densification requires varied demands that, besides natural resources requires infrastructure such as housing and leisure. But not always the planning of these areas takes into account the social and environmental issues, especially regarding the provision of open spaces favoring centralized leisure conditions in the natural elements of the landscape. The situation is more critical still, when it comes to residential housing for low-income population. Therefore, the search for tools and studies that show new ways to integrate man, leisure, housing and the environment becomes increasingly necessary. Timon, located in northeast of Brazil and East Maranhão, is in this context, because it is undergoing major change of its open areas for construction of several residential housing units like Novo Tempo in MCMV without offering spaces for leisure such as squares, parks and green areas. So this master's thesis was titled: Urban Growth and Environmental Degradation: The Absence of Open Spaces in Residential Novo Tempo in Timon-MA. With analysis of the quality of these spaces to use for leisure and social integration to the natural elements of the landscape. We aimed to analyze the environmental quality of the open spaces of the Residential Novo Tempo in the city of Timon-MA, showing use and perception of residents. The specific objectives were: Analysis of historical urban and environmental context of the city of Timon; geo-environmental characteristics of the Residential Novo Tempo in Timon; Diagnosis of infrastructural conditions of the residential open spaces; Identification of the types of open spaces in the perception of residents; Knowledge of the origin and socioeconomic profile of the respondents and residential Pointing improvements to the government based on the survey information. The methodological procedures of the study were bibliographic and documentary survey; development and implementation of questionnaires to respondents; data collection and systematic observation; making graphs, maps and photographic record, data analysis and conclusive. Among the results, it was found that projects aimed at low population continue to have low investment in urbanism with leisure offer and null centralized technical quality natural elements of its open spaces. Residential open spaces are restricted to sidewalks and streets in the perception of respondents. It was noticed though generally these areas are in need of qualitative and quantitative improvements in features minimum conditions to meet the demand of residents.

Keywords: Leisure. Housing. Environment.

LISTA DE SIGLAS

Banco Nacional de Habitação – BNH
Companhia Energética do Maranhão – CEMAR
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
Instituto Federal do Maranhão - IFMA
Núcleo de Estudos de Percepção Ambiental – NEPA
Orçamento Geral da União – OGU
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
Plano Local de Habitação de Interesse Social de Timon – PLHIS
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Programa de Arrendamento Residencial – PAR
Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV
Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU
Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE
Sistema Financeiro de Habitação – SFH
Sistema/Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS/FNHIS

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Organograma de Classificação do Verde Urbano
- Figura 2 – Bairros de Timon até 2014
- Figura 3 – Bairros atuais de Timon
- Figura 4 – Localização do município de Timon – MA
- Figura 5 - Área Livre Urbana em Timon – MA, 1985
- Figura 6 - Área Livre Urbana em Timon – MA, 1995
- Figura 7 - Área Livre Urbana em Timon – MA, 2005°
- Figura 8 - Área Livre Urbana em Timon – MA, 2010
- Figura 9 – Área Livre Urbana em Timon – MA, 2015
- Figura 10 – Espaços Livres Públicos Área urbana de Timon
- Figura 11 – Residencial Novo Tempo em Timon-MA
- Figura 12 – Sexo
- Figura 13 – Estado Civil
- Figura 14 – Idade
- Figura 15 – Grau de instrução
- Figura 16 – Profissão
- Figura 17 – Renda familiar
- Figura 18 – Espécie de domicílio
- Figura 19 – Quantidade de cômodos
- Figura 20 – Número de pessoas por domicílio
- Figura 21 – Tempo de moradia
- Figura 22 – Migração
- Figura 23 – Motivo da migração
- Figura 24 – Espaços livres do Residebcial Novo tempo – área d lazer, rua calçada
- Figura 35 – Áras verdes e arborizadas
- Figura 26 – Espaços Livres do Residencial Novo Tempo – área verde
- Figura 27 – Existência de espços livres no residencial
- Figura 28 – Manutenção de Espaços Livres
- Figura 29 – Atendimento à demanda
- Figura 30 – Área de passeio
- Figura 31 – Área de passeio do Residencial Novo Tempo
- Figura 32 – Espaço Livre do Residencial Novo Tempo - Calçaca e rua
- Figura 33 – Conservação dos equipamentos
- Figura 34 – Segurança

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	Cidades e Urbanização.....	14
2.2	A questão da Urbanização e da Degradação Ambiental.....	16
2.3	Os Espaços Livres e a Qualidade de Vida Urbana.....	19
2.4	Caracterização da Urbanização do Brasil.....	25
2.5	Caracterização da Urbanização do Nordeste.....	27
2.6	Caracterização da Urbanização maranhense.....	29
2.7	A política habitacional brasileira.....	34
2.8	Percepção ambiental.....	42
2.9	História de Timon – MA e seu contexto regional.....	48
3	MATERIAIS E MÉTODOS.....	59
3.1	Pesquisa bibliográfica.....	59
3.2	Pesquisa documental.....	60
3.3	Análise de figuras.....	60
3.4	Coleta de Dados.....	60
3.5	Estudo de caso: Residencial Novo Tempo do MCMV.....	61
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	64
4.1	Dados coletados com os entrevistados.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	93
	APÊNDICE.....	105

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as cidades são as áreas onde vive grande parcela da população. O desenvolvimento dos meios de produção industrial, o processo de urbanização generalizado e a ampliação da sociedade de consumo contribuem efetivamente para aumentar esse fenômeno, que expressa contradições diversas no espaço urbano.

Esse adensamento trouxe consigo um dos problemas mais graves enfrentados em todo mundo, que são os problemas socioambientais. Mesmo nos países capitalistas de economia desenvolvida, com nível cultural e de renda mais elevados, esses problemas estão presentes, porém a sociedade dispõe de mecanismos públicos e institucionais menos vulneráveis e o controle é muito mais rígido. Contudo, eles existem e são graves.

As grandes cidades dos países que enfrentam um processo de industrialização-urbanização acelerado em um curto espaço de tempo, que se desenvolveram através da implantação de tecnologias e capital das empresas transnacionais, como ocorreu em cidades da América Latina, Ásia e África, apresentam problemas socioambientais muito sérios. As cidades brasileiras também convivem com esses problemas, decorrentes de seu rápido crescimento e de ações de planejamento ineficazes para o seu ordenamento.

Para conter essa problemática diante do crescimento desordenado das cidades, o urbanismo surgiu como alternativa de projetar e ordenar os espaços, primando pela cidade ideal em termos de moradia, desenho urbano, circulação e lazer. Outra questão esquecida na maioria do planejamento das cidades é que estes não mantiveram espaços livres com atributos naturais com áreas verdes, beira rio, parques ou jardins de cunho recreativo e comunitário, o que restringe as opções de lazer da população, reduz a qualidade ambiental do local e não promove a integração do homem com a natureza na redução dos desequilíbrios urbanos. Portanto, a inclusão dessas políticas no planejamento urbano assume, assim, uma importância fundamental para o desenvolvimento das cidades.

Neste contexto, à medida que as cidades se desenvolvem, também crescem em extensão territorial, para acompanhar o incremento da população urbana. Com isso, aumentam as áreas construídas para suprirem as necessidades básicas desse contingente humano, tais como, espaços edificadas para habitação, comércio, serviços, indústrias e espaços de circulação e de lazer.

Atualmente, em estudos efetivados pela autora deste trabalho e melhor explanado em parágrafos posteriores, percebemos que a cidade de Timon-MA, localizada de acordo com o IBGE (2010) na região Nordeste brasileira e Mesorregião do Leste Maranhense, vem passando por esse processo de expansão da área urbana, e, dentre os diversos motivos, está a construção de residenciais destinados a população de baixa renda.

E, apesar da expansão urbana e empresarial, ao percorremos as ruas da cidade e do Residencial Novo Tempo em Timon, infelizmente averiguamos que, em consonância com as políticas públicas desenvolvidas nas últimas décadas pela esfera federal, o poder público municipal, tem privilegiado o parcelamento e uso do solo, apenas para garantir a fluidez do sistema viário e de mercadorias. Quanto à política habitacional de acesso a população de baixa renda está tendo baixo investimento em um urbanismo sem preocupação com o suporte e qualidade ambiental dessas áreas em especial da qualidade dos espaços livres públicos destinados ao lazer, encontros, pausa e repouso mental e físico. Os poucos que existem mostram sinais de depredação, má distribuição ou mesmo sem a mínima estrutura de uso que propicie lazer à comunidade.

De acordo com informações divulgadas pela prefeitura de Timon, a cidade registra altas temperaturas durante todo o ano com poucas variações térmicas: às vezes, supera 40° C,

e a mínima raramente é inferior a 22° C, portanto, tornam-se necessários espaços livres com áreas verdes ou lagos para garantir o direito constitucional de desfrutar um meio ambiente equilibrado, sustentável e satisfatório à qualidade de vida. E que permita integração do homem com a natureza e ainda favoreça lazer acessível como por exemplo a realização de caminhada, andar de bicicleta, corrida para os praticantes de esportes ou um simples piquenique, dentre outras atividades deste cunho. Diante das considerações apontadas, torna-se necessária a realização de pesquisas que envolvam os espaços livres nas cidades em crescimento a exemplo de Timon, para que seja possível um planejamento preventivo de caráter ambiental ou, se for o caso, para que se pensem quadros corrigindo possíveis equívocos. Nesse panorama e mediante as análises efetivadas, questionou-se, pois, sobre o porquê da ausência dos espaços livres no Residencial Novo Tempo do Programa Minha Casa Minha Vida em Timon – MA.

Nesse panorama supracitado e na intenção de trazer à tona um estudo empírico que visualizasse esse assunto, os conceitos discutidos nessa dissertação foram definindo o estudo de caso com a temática: Crescimento Urbano e degradação Ambiental: a Ausência de Espaços Livres no Residencial Novo Tempo em Timon-MA. Teve como objetivo principal: Analisar a qualidade ambiental do Residencial Novo Tempo na cidade de Timon-MA, a partir dos EL, evidenciando uso e percepção dos moradores.

Os objetivos específicos foram: Análise do contexto histórico-urbano e socioambiental do município de Timon-MA; Características geoambientais do Residencial Novo Tempo de Timon; Conhecimento da origem e perfil socioeconômico dos moradores do bairro; Diagnóstico das condições infraestruturais das áreas livres do residencial; Identificação dos tipos de espaços livres na percepção dos moradores; e Apontamento de melhorias ao poder público com base no levantamento de informações.

Com relação à metodologia da pesquisa utilizada neste trabalho, seu arcabouço metodológico é baseado na dialética dos quais foram referenciados os seguintes autores dentre outros como: CASTELLS (1983), HIERNAUX (2006), WIRTH (1951), LEFEBVRE (1972, 2001, 1986, 1991, 1999), DIAS (2004, 2012), FRIDMAN (2010), MUMFORD (1998), ROLNIK (1997,2000), SANTOS (2008), SINGER (1985, 1988), SOUZA (2008), SPOSITO (1989), VILLAÇA (2001), DELSON (1979), OLIVEIRA (2001), HOLANDA (1987), PRADO JÚNIOR (1976), REIS FILHO (2004, 1968), CARLOS (1992), CARDOSO e ARAGÃO (2012, 2013), CAVALHEIRO e DEL PICCHIA (1992), NUCCI (2001, 2008), pois tentam compreender a análise espacial urbana e a existência dos espaços livres do residencial novo tempo em Timon como um fenômeno social, que tem como origem processos mais amplo, como o da produção do espaço engendrado pela ação de agentes contraditórios, sejam eles o poder público, empresários e os moradores.

A coleta/geração de dados foi realizada por meio dos seguintes procedimentos e instrumentos: pesquisa bibliográfica ou secundária e documental; elaboração e aplicação dos questionários aos moradores; coleta de dados e observação sistemática; confecção de gráficos, mapas e registro fotográfico.

Para atingir os objetivos a dissertação foi estruturada seguinte forma:

Primeiramente a introdução, onde é efetivada a apresentação do trabalho, com os objetivos, a justificativa, a relevância social e a estrutura do trabalho.

Posteriormente, tem-se a fundamentação teórica, apresentando a revisão bibliográfica, bem como leituras críticas de conceitos fundamentais para o entendimento do trabalho. Foram abordados conceitos de cidade, urbanização, política habitacional do Brasil e espaços livres enfocando a problemática ambiental, que foi dividido em três subitens, abordando: Urbanismo do Brasil e do Nordeste com destaque para a caracterização do Residencial Novo Tempo, com

caracterização das condições geoambientais inserindo a necessidade de intervenção da pesquisa em Timon-Maranhão.

Em seguida, a descrição das estratégias metodológicas adotadas para alcançar os objetivos propostos, apontando e sistematizando os instrumentos adotados no decorrer da pesquisa. O capítulo conta ainda com a descrição geral referente à cidade de Timon

E por fim, foram feitas as análises referentes ao tema estudado, através de mapas, descrição, reorganização dos dados e a apresentação dos resultados.

Nas considerações finais, foram retomados os objetivos e relatado o sumário dos resultados das estratégias adotadas com sugestão de possíveis propostas de intervenções.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Cidades e Urbanização

Por mais que variem as definições das palavras cidade ou urbe, para Singer (1985), a maioria delas concorda num ponto: trata-se na realidade de uma aglomeração humana, formada por um conjunto de pessoas que vivem próximas umas das outras. Porém, conceituar cidade apenas a partir do aspecto demográfico, não responde a toda a dinâmica e complexidade que envolve esse conceito, onde as discussões na tentativa de explicar essa definição extrapolam a diversas ciências, como geografia, filosofia, sociologia, antropologia e ainda as que procuram entender, regular, desenhar e planejar os processos de urbanização, ou seja, não há descrição isolada que cubra todas as suas manifestações.

Henri Lefebvre descreve várias reflexões empreendidas acerca da cidade, do urbano e do rural, bem como suas implicações para o entendimento da contradição entre eles. A cidade segundo o autor é “centro da vida social e política” (1991, p. 12), fenômeno este que se impõe em escala mundial “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (1972, p. 65) ou “a projeção da sociedade sobre um local” (2001, p. 56). Segundo o autor pode ainda ser definida como a base material e arquitetônica, a forma concreta, prático-sensível, que tomou o processo histórico de divisão sócio-espacial.

Seguindo o mesmo pensamento de Lefebvre, o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (1986, p. 159), sendo assim o urbano pode ser definido como a dinâmica à qual engendra o tecido social presente na cidade, a centralidade, as relações e atividades desenvolvidas por “seres concebidos, construídos ou reconstruídos pelo pensamento” (LEFEBVRE, 1999, p. 54).

Pelo fato da cidade centralizar as decisões político-econômica, cultural e militar, é nela então que se vai originar o rompimento da cidade e do campo, através da divisão social do trabalho, embora para o autor a origem da cidade antecede a industrialização. A ela competirá a predominância das atividades secundárias e terciárias que a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, expandiram-se, intensificando-se ainda mais a concentração da população nesses espaços e consolidando seu papel centralizador, onde ainda Lefebvre considera que “o essencial do urbano seria essa centralidade, a reunião, centralização econômica e de poderes em oposição ao insulamento e a dispersão da vida camponesa”. Ainda mediante este autor, tem-se que:

Amontoados de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variado, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o fenômeno urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 108).

Na diferenciação entre cidade e urbano o autor destaca dois conceitos importantes: o de morfologia material (cidade) e de morfologia social (urbano) onde ambos funcionam como totalidade indissociados. O campo e o rural seguem a mesma lógica conceitual, sendo o campo a morfologia material e o rural a morfologia social.

A diferença fundamental seria que, com base na teoria marxista de desenvolvimento histórico, Henri Lefebvre afirma não somente que o urbano está em uma relação de dominância frente ao rural no plano político, econômico e cultural (já que é no meio urbano que se encontram os centros de poder, os elementos mais dinâmicos da exploração capitalista e dos sistemas de informação), mas que estas distinções entre urbano e rural tendem a deixar

de existir, através de um processo de “destruição” da vida agrária e camponesa, dando lugar apenas a uma só dinâmica social, totalizante, da Sociedade Urbana, da “urbanização completa da sociedade” (LEFEBVRE, 1999, p. 13). A distinção entre o campo e a cidade, como bases arquitetônicas e materiais distintos, não deixam completamente de existir, mas as suas funções e conteúdos deixam de expressar uma contradição e ambas estarão imersas no tecido urbano.

Não é de hoje que o conceito de cidade, rural e urbano e suas relações vêm sendo estudados. Louis Wirth (1938) no livro “O fenômeno urbano”, organizado por Otávio Guilherme Velho (1987), caracteriza a cidade como concentração de uma certa quantidade de população, uma certa densidade física, a presença de atividades não diretamente ligadas à produção do campo e um modo de vida distinto do que prevalece nas zonas que – em forma de antinomia – se qualificaram como “rurais”, porém não como opostos ou como dois espaços e modos de vida separados e sem contato. Wirth destaca a interpenetração desses mundos, de forma que a vida urbana é influenciada pela vida rural, até porque muitos de seus habitantes têm origem rural.

E por último, sobre a complexidade do conceito cidade, Hiernaux (2006, p. 2001) comenta que cidade “é antes de tudo uma forma socioespacial, cuja interpretação, tanto pelo habitante como pelo analista, requer um andar labiríntico: a complexidade se aninha na cidade e a transforma em um tecido de caminhos mentais e físicos que obriga os vaivéns, retrocessos, avanços e raras vezes, a chegada a uma saída evidente”.

Assim, como há complexidade envolvendo a tentativa do conceituar cidade, da mesma forma, é necessário precisar a sua origem. Lewis Mumford (1998), um estudioso da história da cidade, diz que “as origens da cidade são obscuras, enterradas ou irrecuperavelmente apagadas uma grande parte de seu passado” (MUMFORD, 1998, p. 9). Assim, o autor ressalta que, se desejamos identificar como as cidades se constituíram, devemos seguir a trilha para trás, partindo-se da cidade de hoje, com suas estruturas e funções conhecidas. Ou seja, ao olharmos para trás, veremos que antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha. E assim foram se originando as cidades.

As primeiras cidades fazem seu aparecimento na esteira da chamada Revolução Agrícola ou, também, Revolução Neolítica, por ter ocorrido no período pré-histórico conhecido como Idade da Pedra Polida ou período neolítico. Graças à descoberta e prática da agricultura é que foram surgindo, aos poucos, assentamentos sedentários, e depois as primeiras cidades. Até então, a subsistência do homem pré-histórico, normalmente nômade, era garantida apenas pela caça, pela pesca e pela coleta vegetal. O domínio da agricultura representou um salto extraordinário, uma mudança radical no seu modo de vida.

Dessa forma, com o desenvolvimento contínuo da agricultura, foi possível alimentar populações cada vez maiores, gerando-se, inclusive, um excedente alimentar. Souza ressalta que:

Se, na base de uma simples economia de caça e coleta, todos os membros adultos do grupo eram obrigados a participar da busca e obtenção de alimento, sob pena de morrerem de fome se não fizessem, a possibilidade técnica da obtenção de excedentes propiciava condições para que certos indivíduos se desvinculassem da produção, dedicando-se a outras funções em caráter “especializado”: fazer a guerra, cuidar dos serviços religiosos etc. A cidade, em contraposição ao campo, que é de onde vinham os alimentos, foi se constituindo, paulatinamente, como um local onde se concentravam os grupos e classes cuja existência, enquanto pessoa não diretamente vinculadas às atividades agropastoris era tornada possível graças à

possibilidade de se produzirem mais alimentos do que o que seria necessário para alimentar os produtos diretos (SOUZA, 2008, p. 44).

Assim, surge o que hoje denominamos de cidade. Em um primeiro momento, o campo essencialmente com práticas agrícolas, ou seja, uma economia natural e autossuficiente abastecia a cidade a partir do excedente dessa produção e a cidade por sua vez ao criar as instituições, ser a sede do poder e, portanto da classe dominante e de exploração, oferecia ao campo serviços livres da produção direta.

Sendo assim, para Singer (1998 p. 9) “a produção de excedente alimentar é uma condição necessária, mas não suficiente para o surgimento da cidade” e ainda “isso pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo da produção e distribuição, ou seja, uma divisão de classes”. Lefebvre (1991) ao analisar tal processo, diz que a separação e oposição campo-cidade acompanha o processo de divisão social do trabalho (separação em classes), se revelando em divisão socioespacial, além de corresponder “à separação entre trabalho material e intelectual, e, por conseguinte, entre natural e espiritual” (LEFEBVRE, 1991, p. 36).

Assim, a concentração da população em áreas relativamente pequenas no espaço, as formas espaciais, estruturas e organização econômica e social apropriadas para o modo de vida rural são, de certa maneira, rompidos e substituídos por novos padrões e relacionamentos, essas formas e estruturas foram mais adaptadas às necessidades urbanas. Esse processo se expande de tal modo, que o conjunto da sociedade passa a ser dominado por valores, expectativas e estilo de vidas urbanas. Este processo de mudança comportamental e relacional é reconhecido como urbanização.¹

2.2 A questão da Urbanização e a Degradação Ambiental

A urbanização não consiste apenas no crescimento das cidades. Para que ela ocorra é necessário um conjunto de mudanças que irão se expressar, tanto na paisagem urbana da cidade, como no comportamento e estilo de vida das pessoas. Primeiro é necessário que a população urbana cresça mais que a população do campo, ou seja, que a população urbana aumente em relação à população rural total do país ou da região. Pode ocorrer, inclusive, o crescimento da cidade sem haver necessariamente urbanização, desde que a população rural cresça na mesma proporção que a população urbana. Na realidade, o crescimento das cidades não tem limites, pois a cidade pode expandir-se indefinidamente. A urbanização, no entanto, tem limites. Nos países em que a população urbana ultrapassa 95% do total, podemos, dizer, que esses países já os atingiram.

Outro aspecto importantíssimo é que a urbanização é, sobretudo, um processo espacial. Esse processo é resultante de modificações sociais e econômicas substanciais que estão na base do desenvolvimento do próprio capitalismo. Segundo Sposito (1989) a concentração do capital é a base do processo desenvolvido na indústria e o progresso técnico ocorrido, a partir da Revolução Industrial que acentuou fortemente esse processo. Sposito (1989, p.50) ressalta ainda que:

¹ Segundo Henri Lefebvre (1991) a cidade arcaica grega ou romana, ligada a posse de escravos. A cidade oriental e arcaica foram cidades essencialmente políticas. Já a cidade medieval, era principalmente comercial, onde predominava no artesanato e nos negócios bancários, uma cidade murada, inserida em relações feudais, onde a luta pela terra foi uma das suas principais características. Nessa cidade, os mercadores foram integrados à vida econômica existente.

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas, sobretudo, porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna das cidades.

Podemos dizer, inclusive, que é fato relativamente recente que regiões, países e até continentes inteiros se apresentem mais e mais urbanizados, ou seja, espaços abrigando cada vez mais um grande percentual de pessoas vivendo em espaços considerados urbanos, ao mesmo tempo em que a população rural diminui em termos relativos e que em muitos países encolheu em números absolutos.

As teorias urbanas de modo geral reconhecem que a cidade representou uma nova escala de qualidade e organização socioeconômica, que se constitui num afastamento inevitável daquela organização estabelecida nas áreas rurais. O processo de urbanização marcou um divisor cultural fundamental. Segundo Santos (2008, p.13), a urbanização é um fenômeno não apenas recente como também crescente, e em escala planetária:

A urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial. Mais recentemente, e paralelamente à modernização, ela se generaliza nos países subdesenvolvidos; por isso, costuma-se associar a idéia de urbanização à industrialização. Se observarmos a população mundial que vive em cidades, constatamos uma expansão do seu crescimento, concomitante à Revolução Industrial.

A primeira grande onda de urbanização, circunscrita aos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, ocorreu entre 1750 e 1950, quando a taxa de urbanização do conjunto desses países passou de 10% para 52%, e a população urbana cresceu de 15 milhões para 423 milhões de pessoas.

A pioneira Inglaterra que, segundo Singer (1988) desponta, no fim do século XVIII, como a potência líder da economia mundial e a vivenciar o fenômeno da industrialização, foi também a pioneira da transformação de um país rural para outro predominantemente urbano. Segundo Giddens (2005, p.456).

Em 1800, um percentual bem inferior a 20% da população residia em cidades de mais de 10 mil habitantes. Até 1900, essa proporção já havia chegado a 74%. No ano de 1800, a capital, Londres, abrigava cerca de 1,1 milhão de pessoas; e sua população expandiu-se para mais de 7 milhões de pessoas até o início do século xx. Londres era então, de longe, a maior cidade que o mundo jamais havia visto um vasto centro manufatureiro, comercial e financeiro no coração de um império britânico ainda em expansão.

Uma segunda onda de urbanização teve início em 1950, nos países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África. Trata-se de um processo muito mais veloz. A Organização das Nações Unidas - ONU estima que a população urbana deverá duplicar entre 2005 e 2030, com crescimento acelerado na América Latina, que já apresenta nível de urbanização superior ao da Europa.

Cerca de 80% do crescimento urbano no planeta entre esses anos deverá ocorrer na Ásia e na África, que no final desse período abrigarão quase sete de cada dez habitantes urbanos no mundo. Entretanto, a China e a Índia, que têm as maiores populações do mundo, ainda contam com grande porcentagem de população rural.

A rápida urbanização dos países subdesenvolvidos traz consigo um novo conjunto de problemas socioambientais, já que não vem sendo acompanhada pelos investimentos em

infraestrutura, como energia, oferta de trabalho, água e principalmente saneamento, gerando assim degradação da qualidade de vida urbana.

De acordo com a ONU, aproximadamente 40% da população mundial em 2030, ou seja, 3 bilhões de pessoas, vão precisar de moradias e serviços de infraestrutura básica. Pouco menos que 1/6 da população mundial, vive em habitações urbanas informais, ou seja, habitações improvisadas ou inacabadas. No caso brasileiro, o direito à moradia está mais do que assegurado no papel - na Constituição de 1988 e legislações posteriores, incluindo o Estatuto da Cidade e a garantia da função social das cidades e da propriedade.

Entretanto, os avanços ocorridos na legislação de direito à moradia, a partir da Constituição de 1988, não se traduziram em avanços concretos nas condições de habitação e acesso a serviços urbanos da população brasileira. Os resultados estão aquém do esperado, a começar pelo déficit habitacional estimado em cerca de 7,9 milhões de moradias. Nas zonas urbanas brasileiras ainda há 54,6 milhões de brasileiros que convivem com pelo menos um tipo de inadequação habitacional (IPEA, 2009).

Essa crescente ampliação dos assentamentos em áreas urbanas tem como característica marcante a importância assumida pela dimensão ambiental dos problemas urbanos, especialmente os associados ao parcelamento, uso e ocupação do solo, com relevante papel desempenhado pelos assentamentos habitacionais para população de baixa renda que têm contribuído para a crescente degradação ambiental no estágio atual do crescimento das cidades. Desse modo,

Acredita-se que os seres humanos, ao se concentrarem num determinado espaço físico, aceleram inexoravelmente os processos de degradação ambiental. Seguindo esta lógica, a degradação ambiental cresce na proporção em que a concentração populacional aumenta. Dessa forma, cidades e problemas ambientais teriam entre si uma relação de causa-efeito rígida (COELHO, p.20, 2011).

Atualmente a degradação ambiental está fortemente ligada aos fatores de uso e ocupação do solo, uma vez que as formas de ocupação e manejo ocasionam o tipo e o grau de impacto, o qual atinge de maneira diferente o ambiente (NOGUEIRA DE SOUZA, 2003).

O termo degradação ambiental é frequentemente citado tanto em publicações de caráter técnico-científico como em textos de caráter jornalístico. Consta na lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, artigo 3, inciso II, o seguinte conceito alusivo ao termo degradação ambiental: “degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente”. Degradação está frequentemente associada à perda ou mudança na função urbana, e uma das causas apontadas como agentes desse processo compreende a inadequação da estrutura física às novas demandas, principalmente a demanda dos conjuntos habitacionais construídos para população de baixa renda, que no geral, historicamente, foram erguidos fora dos centros da cidade, ou seja, na não cidade, sob a justificativa do Estado de diminuir custos para permitir acesso a casa própria.

A degradação do espaço urbano tem implicações profundas na forma e no funcionamento das nossas cidades: pouca concentração de empregos; desequilíbrio de moradia e emprego; desarticulação viária; maximização da necessidade de deslocamento; negação da garantia democrática de acesso a localização adequada para toda população; prática consciente de especulação imobiliária; crescimento dos impactos ambientais decorrentes do processo de espraiamento urbano; desperdício da infraestrutura existente em educação, saneamento, segurança, lazer, dentre outros serviços essenciais.

2.3 Os Espaços Livres e a Qualidade de Vida Urbana

O planejamento de espaços livres, de acordo com Cavalheiro (1982) é uma disciplina relativamente moderna, embora reportada aos antigos egípcios, gregos e romanos; uma sistematização ligada ao desenvolvimento integrado sobre o ambiente urbano, aparece apenas no século passado, ou seja, somente com a industrialização e o adensamento das cidades aparecem a preocupação dos órgãos públicos com seu planejamento, conservação e administração das áreas verdes públicas. Essa é uma realidade tanto nos países da Europa quanto da América como o Brasil.

Sendo assim, percebe-se que nas grandes e médias cidades brasileiras, a ocupação pelas áreas construídas mutilou o espaço que poderia ter sido preservado como componente da qualidade de vida urbana, como profere Serpa (1997), praças, parques, jardins, ruas, largos, pátios, quintais, terrenos baldios, corredores externos, vilas e vielas, são incluídas no conjunto dos espaços livres urbanos, sendo a matéria-prima do paisagismo urbano, que agrega diversas funções. Uma delas é a qualidade de vida urbana, garantida pela existência de um adequado sistema de espaços que favoreça condições de convívio e lazer, e que a quantidade destes espaços seja compatível com o número de habitantes da cidade e que seja distribuída na malha urbana, de maneira acessível a toda a população. E assim, as áreas verdes, os recursos hídricos, solo, ar e os demais organismos pudessem formar um componente centralizador da paisagem nas cidades onde segundo Miller (1997), o primeiro critério para se estabelecer um espaço livre deveria ser o de um local onde a maioria da população teria acesso e não apenas os espaços residuais, mas de acordo com Marcus e Detwyler (1972) afirmam que, "(...) tradicionalmente, os fatores econômicos têm decidido o uso da terra sem levar em consideração os fatores ecológicos". Dessa forma, percebemos que, apesar da necessidade de espaços livres na cidade por questões ambientais e ecológicas, estas não se apresentam por necessidades óbvias na cena urbana, sendo negligenciado no planejamento das cidades.

No Brasil, embora a constatação da baixa oferta e dos poucos critérios de reserva e estruturação dos espaços livres nas políticas urbanísticas brasileiras, a preocupação com a conservação da natureza em áreas urbanizadas, pode ser comprovada pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), talvez a mais importante na atualidade em se tratando do planejamento urbano. Esta lei estabelece as diretrizes para o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (Art. 1º, Parágrafo único).

Outro aspecto referente à política urbana nessa Lei é a garantia do direito ao ordenamento e controle do uso do solo, de forma a evitar a poluição e a degradação ambiental (Art. 2º, inc. VI), e a adoção de padrões de produção e consumo e de expansão urbana, compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental (Art. 2º, inc. VIII) e a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído (Art. 2º, inc. XII). Todas essas questões levadas em consideração no ordenamento da paisagem urbana além da produção do ambiente saudável, viável a longo prazo para os seres humanos e salvaguardando a capacidade dos ecossistemas estaria aproveitando do potencial recreativo da paisagem, retirando assim o máximo de proveito do que a vegetação pode fornecer para a melhoria da qualidade ambiental. Consequentemente, essas questões estariam além da existência de espaços livre e áreas verdes na cidade, contribuindo para o aumento biológico dentro da cidade.

Como já sabemos a ideia de espaços livres já é evidenciada há tempos e de acordo com Tângari (2009), é impregnado de múltiplos significados, sendo geralmente associados ao meio urbano. A despeito disso, Fontes e Shimbo (2003) afirmam que a multiplicidade de

atribuições dos espaços livres define uma diversidade de categorias espaciais que se diferenciam entre si por suas características estruturais. E que o conjunto dessas categorias no meio urbano, forma o que se chama de sistema de espaços livres de edificações, uma estrutura complexa que deve ser concebida com base em uma abordagem interdisciplinar e integrada no planejamento urbano.

Temos, pois, mediante Magnoli (1982) que os espaços livres consistem em locais não edificadas, tais como: quintais, jardins, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues, praias urbanas, ou apenas simples vazios urbanos. Tardin (2008), nos traz a complexidade do tema a partir de dois enfoques; primeiramente a autora destaca as premissas ecológicas com valorização dos atributos biofísicos que adotam a conservação e recuperação dos processos naturais a partir da ecologia urbana, até a ecologia da paisagem e por último os de aproximações socioculturais, sobretudo, a percepção da paisagem como uma experiência sensorial complexa, prevalecendo a percepção visual.

Dada a complexidade do planejamento de espaços livres, interessa-nos aqui discutir critérios e ferramentas específicas de planejamento de espaços livres de lazer que, de maneira geral, buscam favorecer o acesso democrático a esses espaços e na qualidade ambiental do espaço urbano. De acordo com Cavalheiro e Del Picchia (1992), a paisagem urbana é composta por três grupos físicos: as redes viárias (ruas, rodovias e ferrovias), os espaços construídos (habitação, comércio, escola, etc.) e espaços livres (praças, parques, águas superficiais, etc.). O conceito de espaços livres de edificação refere-se a “áreas parcialmente edificadas, com nula ou mínima porção de elementos construídos e/ou vegetação, com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental” (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.24).

Assim sendo, a sua localização, acessibilidade e distribuição formam um sistema com múltiplos papéis urbanos, ou seja, atividades de ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer, recreação, entre outros, podendo ser públicos ou privados. Dessa forma, é mister ressaltar que a caracterização do sistema de espaços livres públicos urbanos de uma determinada cidade perpassa pela identificação de elementos predominantes, que são as praças, parques, ruas e outros. Miller (1997), recomenda que todos os residentes em uma comunidade devem ter contato com a natureza, andando no máximo, cinco minutos a pé e sugere parques e espaços livres localizados a essa distância das residências, para que mantenhamos sempre contato com o verde.

Sobre a suposição de haver uma proporcionalidade ideal entre os tipos de uso, Cavalheiro e Del Picchia (1992) citam exemplo que na República Federal da Alemanha, embora não haja leis e nem obrigatoriedade de uma certa proporcionalidade, observa-se que os espaços de integração viária constituem 10-20% do território urbano, os construídos de 40-50% e os livres de construção de 40-50%. No caso brasileiro, observa-se que a Lei do parcelamento do solo urbano 6766 de 19/12/1979, preocupa-se com uma certa proporcionalidade, obrigando, o parcelador de solo, em seu art. 4º, prever que pelo menos 35% do espaço urbano a ser dividido em lotes seja constituído de “áreas destinadas a sistema de circulação, implantação de equipamentos urbanos e comunitário, bem como a espaços livres de uso público”.

Diante das várias contribuições dos espaços livres para a qualidade urbana, define-se que são três as suas funções básicas, entre outras possíveis (Escada, 1992; Lima *et al.*, 1994; Cavalheiro e Del Picchia, 1992; Guzzo, 1999):

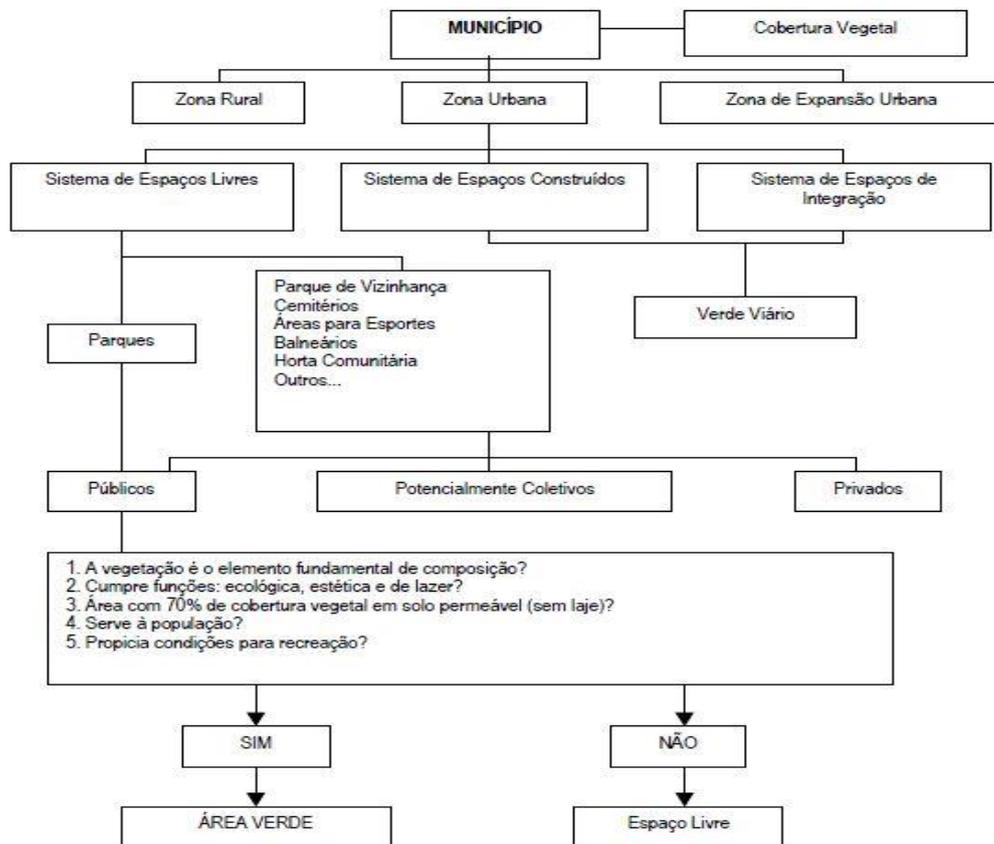
- **Função Social-Lazer:** que diz respeito aos espaços livres de lazer que funcionam, primordialmente, como oportunidade às pessoas em satisfazer suas necessidades de lazer, sejam elas físicas, psicológicas ou sociais;

- **Função Ecológica:** relacionada aos espaços livres para a conservação de recursos naturais que exercem a função de melhorar a qualidade ambiental em relação ao clima, preservação e proteção de recursos hídricos, geomorfológicos, pedológicos, florísticos e faunísticos. Esse tipo de espaço também pode oferecer possibilidade de lazer, porém restrito, para que não ocorra a perda de sua função essencial;

- **Função Estética-Integração:** diz respeito aos espaços livres de ordenamento da forma urbana que desempenham a função de modelar a estrutura urbana, integrando uso conflitantes, ocultando espaços indesejáveis, enfeitando cenários culturais e naturais, diversificando espaços monótonos e ainda, interligando massas de vegetação.

Cavalheiro e Del Picchia (1992), fazem ainda uma distinção entre os termos: espaços livres e áreas verdes, bem como sua função na trama urbana. De acordo com o ponto de vista conceitual dos autores, uma área verde é sempre um espaço livre. Dentro deste conceito incluem-se: áreas com vegetação fazendo partes de equipamentos urbanos, parques, jardins, cemitérios existentes, áreas de “pequenos jardins”, alamedas, bosques, praças de esporte, “play-grounds”, “play-lots”, balneários, “camping” e margens de rios e lagos (GEISER *et al.*, 1975)” conforme figura 1.

Figura 1: Organograma de Classificação do Verde Urbano



Fonte: Cavalheiro *et al.* 1999 (Organização: João Carlos Nucci, 2004).

Richter (1981) opina que o total dos espaços livres de uma cidade, de certa forma, é a somatória dos diversos elementos verdes e diferentes espaços livres isolados em assentamentos urbano-industriais e devem ser designados por Verde Urbano. Incluindo o sistema de espaços livres, tanto os públicos, como os particulares.

De uma maneira, bastante concisa, pode-se dizer que os espaços livres desempenham, basicamente, papel ecológico, no amplo sentido, de integrador de espaços diferentes, baseando-se, tanto em enfoque estético, como de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre.

Para que os espaços livres possam desempenhar satisfatoriamente sua função de qualidade ambiental e de vida da cidade, é necessário que sejam abordados de forma integrada no planejamento urbano aliando sistema de lazer com áreas verdes.

Beer *et al* (2003) levantou a questão de como as áreas verdes podem propiciar uma boa qualidade de vida em cidades compactas. O desenvolvimento de cidades compactas não precisa prescindir de áreas verdes, até mesmo dando oportunidades à criação de novos espaços. Frequentemente, nos espaços verdes urbanos atuais não há mais que caminhos de gramas, sem multifuncionalidade. De acordo com o autor, são necessárias soluções que integrem recreação e espaços que ofereçam biodiversidade.

Além das questões mais relacionadas à qualidade ambiental, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), como já visto, também indica diretrizes para a Política Urbana que garantam a oferta de equipamentos urbanos e comunitários. Entre os diversos equipamentos urbanos estão aqueles que devem propiciar ao cidadão oportunidades de utilização do tempo não obrigatório (lazer) com experiência de livre escolha (recreação). Nesse caso, o sistema de espaços livres tem uma grande parcela de responsabilidade em fornecer opções para que a população encontre possibilidades de escolha para a sua recreação, inclusive ao ar livre.

O planejamento do sistema de espaços livres costuma ser baseado em modelos pré-estabelecidos de índices de área verde por habitantes, sendo esses critérios meramente quantitativos, que podem variar, em função das diferentes tipologias e das especificidades da paisagem de cada local.

Deste modo, uma cidade rodeada de cinturão verde rural, difere muito de outra de mesma dimensão, densamente edificada, localizada numa região metropolitana. Da mesma forma que o percentual de cobertura de área verde numa cidade no interior do continente produz conforto térmico diferentes daquela com mesmo percentual localizado no litoral. Portanto, esses critérios empíricos, transpostos mecanicamente, desconsiderando os contextos, podem resultar em diagnósticos e planos destituídos de qualquer fundamentação científica.

Outra questão pra ser considerada com relação ao “verde urbano” é a existência de uma enorme confusão na conceituação de termos utilizados por várias prefeituras do país que consideram, por exemplo, como áreas verdes, locais onde não existe sequer uma única árvore (LIMA *et. al*, 1994), ou ainda, introduzem qualquer tipo de espécies exóticas no local, na qual apresentam graves problemas futuros. E de acordo com Nucci (2001), isso faz com que os índices sejam um equívoco, pois o índice desacompanhado da definição dos termos, não estabelece parâmetros de comparação. Portanto, os índices de áreas verdes, da maioria dos grandes centros urbanos brasileiros, estão muito aquém desses indicadores,

Beccheri e Nucci (2006, p. 50) afirmam que:

O espaço livre de construção é definido como espaço urbano ao ar livre, destinado a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral, a recreação e entretenimento em horas de ócio; os locais de passeios a pé devem oferecer segurança e comodidade com separação total da calçada em relação aos veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e

pitorescos; os locais onde as pessoas se locomovem por meios motorizados não devem ser considerados como espaços livres.

Porém, na realidade o que se percebe, é que embora os assentamentos urbanos sejam aprovados pela lei do parcelamento do solo municipal e autorizados pelo poder público, o que se percebe é a priorização de circulação de veículos, em detrimento de pedestres, deixando, em média, um espaço exíguo de calçada de 1,5 m, ressaltando a importância ou ampliação de espaços livres e arborização que vias públicas representam.

Beccheri e Nucci (2006) destacam que as áreas verdes são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Elas devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim "verde de acompanhamento viário", que com as calçadas (sem separação total em relação aos veículos) pertencem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana.

Sobre a quantificação, Oke (1973 *apud* LOMBARDO, 1985) estima que um índice de cobertura vegetal na faixa de 30% seja o recomendável para proporcionar um adequado balanço térmico em áreas urbanas, sendo que áreas com índice de arborização inferior a 5% determinam características semelhantes às de um deserto, isso levando em consideração as características de cidades canadenses, possivelmente em regiões tropicais esse índice deveria ser maior, como é o caso da cidade de Timon-MA.

A cidade ideal, segundo Sukopp e Werner (1991), que apresentaria as condições ideais para a conservação da natureza e da paisagem poderia edificar ou pavimentar, aproximadamente, somente dois terços da superfície do centro, ou seja, 33% da área central da cidade deveriam ser permeáveis e não edificados e deveriam apresentar ampla conexão entre a vegetação da zona rural e a das zonas centrais, com uma redução dos gradientes entre esses dois tipos de uso. Na verdade, mediante o que se percebe, essa é uma realidade muito distante em nossas cidades, ou por falta de fiscalização ou má vontade do poder público na execução das leis ambientais e ainda faltam estudos suficientes para se designar os índices "ideais" para as cidades brasileiras.

A especulação do solo urbano deturpa o conceito original da verticalização preconizada pelos idealizadores, particularmente os arquitetos modernistas do início do século XX, que tinham como pressuposto básico a alta densidade construtiva e populacional em troca da liberação do solo para um maior equilíbrio entre o espaço construído e o espaço aberto.

A natureza do espaço livre é a antítese do conceito primordial do paradigma de paisagem. Os planejadores das cidades preocupavam-se antes em dominar a natureza. A cidade bonita, "*The beautiful city*", era aquela que reduzia a natureza a um rol de arbustos, árvores e gramados, envolvendo pavimentos; não havia a preocupação da regeneração da natureza.

O espaço consiste na manutenção, em seu estatuto, na criação dos homens organizados em sociedade, mediante o processo de humanização da natureza. No que tange ao espaço urbano, cuja referência são as cidades, guarda as mesmas propriedades da totalidade espacial do mundo, entretanto, de uma maneira mais especial, devido ao adensamento das populações e edificações, como também da complexidade e da intensificação da divisão do trabalho, bem como dos conflitos sociais. Assim sendo, Corrêa (1989, p. 7) apregoa que:

O espaço urbano capitalista [...] – é produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. [...]. Estes agentes são os seguintes: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos.

Situar Corrêa vem somente reforçar que os sujeitos que produzem o espaço urbano e as suas estratégias necessitam ser identificados. A análise das formas se constitui em aproximação possível do conhecimento espacial da cidade, porém, pode nos remeter a incorrer no espacialismo, isto é, no estudo da forma, sem a devida consideração dos indivíduos produtores dos objetos e que fomentam as ações. Indivíduos tanto da ordem próxima, que se refere ao nacional, regional ou local, como também de ordem longínqua, ou seja, mundial. E, dessa compreensão, é que se pode considerar o estudo e a análise dos espaços livres urbanos.

Neste sentido, percebemos no que tange aos espaços livres, que as transformações ocorrentes no meio ambiente, bem como no meio urbano, vêm sendo constantes, em que se buscam condições para a melhoria da qualidade de vida na Terra.

Dessa forma, constatamos, mediante este estudo que os benefícios oriundos dos espaços públicos livres de lazer são diversos e que, dependendo da estrutura dos mesmos, podem gerar melhoria de vida no ambiente urbano, destacando a possibilidade do desenvolvimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre, em que podem ocorrer as manifestações da vida humana e o bom relacionamento entre as pessoas. No que se refere às palavras de Carlos (1992) o espaço urbano é mais do que um modo de produzir e também um modo de consumir, pensar, sentir, é um modo de vida.

Além disso, as áreas verdes, que também são encontradas nestes espaços, vêm a favorecer psicologicamente o bem-estar do homem, uma vez que influencia a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, o que incrementa a biodiversidade.

Por isso, tais espaços necessitam existir na cidade com a qualidade suficiente que venha a permitir a melhoria da qualidade de vida do homem, mediante já citado anteriormente, à medida que o ser humano necessita estar também ao ar livre. Este fato é, pois, demasiadamente visível quando observamos o interesse da população em estar presente nos processos de implantação de aprimoramento de parques e praças. Assim, consoante Rolnik (1998), os ambientes públicos de uso comunitário cada vez mais se restringem a espaços para circulação, seja de pedestres ou de veículos. As áreas destinadas à permanência vêm se deslocando gradativamente para espaços privados como shoppings centers ou parques. Independentemente da cidade, a parte da população mais afetada pela carência desses espaços, tanto em termos quantitativos como qualitativos, é justamente a população mais pobre, cujas possibilidades não permitem o acesso aos equipamentos.

O Planejamento da Paisagem tem como função assegurar a qualidade ambiental por intermédio da “proteção e desenvolvimento da natureza com o objetivo de salvaguardar a capacidade dos ecossistemas e o potencial recreativo da paisagem como partes fundamentais para a vida humana” (NUCCI, 2008, p. 9). Além disso, de acordo com Lima e Amorim (2007, p. 2), “a qualidade ambiental pode ser considerada como um equilíbrio entre elementos da paisagem urbana através de um ordenamento do espaço, conciliando principalmente os benefícios da vegetação com os diversos tipos de usos do solo através de um planejamento”,

sendo este uma parte fundamental na qualidade de vida humana que abrange outros fatores, como os socioeconômicos, existenciais dentre outros.

A cobertura vegetal arbórea é um “indicador fundamental na qualidade ambiental e de vida da população, no conforto térmico, entre outros fatores” (LIMA e AMORIM, 2007, p.7), no entanto, a cidade, de modo geral, possui um número reduzido de cobertura vegetal arbórea. A maior parte da cobertura vegetal urbana está sob domínio do poder público, como em praças e parques, além de Áreas de Preservação Permanente. Nem todas estas áreas, no entanto, são consideradas como “espaço livre público”, uma vez que não são destinadas ao lazer da população.

Para se obter uma boa qualidade dos espaços livres e a consequente melhoria na qualidade de vida da população, “esses ambientes devem ser agradáveis e estéticos, com acomodações e instalações variadas de modo a facilitar a escolha individual” (NUCCI, 2008, p. 109). Sendo o repouso e o lazer direitos do ser humano assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, o governo, ainda, tem a obrigação de fornecer meios de lazer e recreação para a população para todas as idades e classes sociais, sendo que a liberdade de escolha do cidadão deve ser priorizada no planejamento dos espaços livres.

2.4 Caracterização da Urbanização do Brasil

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou um rápido processo de urbanização no século XX, sobretudo, a partir da década de 1960. Ao longo da história de colonização, o território foi se organizando de maneira distinta e esparsa e, conforme Santos (2009, p. 19), “a cidade era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. Assim, a urbanização brasileira se desenvolve de maneira mais expressiva a partir do século XVIII, amadurece no século XIX e apenas no século XX é que atinge as características da atual urbanização (SANTOS, 2008).

No período imperial, o índice de urbanização pouco se alterou no Brasil, entre os anos de 1890 e 1920 cresceu aproximadamente 3% e foi somente no período entre 1920 e 1940 que o Brasil viu sua taxa de urbanização triplicar, chegando a 31,24% (SANTOS, 2009, p 25). Assim, nossa urbanização se constitui um fenômeno que pode ser considerada recente.

Tanto o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, quanto o aumento da industrialização, tiveram influência no aumento da população urbana. A partir desse momento o urbano passa a ter maior importância na formação sócioeconômica brasileira. Essas transformações estiveram amplamente ligadas ao caráter de capitalismo dependente que a formação econômica e social brasileira adquiriu.

Assim, de forma veloz, os assentamentos urbanos no Brasil foram ampliados de maneira a abrigar milhões de pessoas, ocorrendo, portanto, nesse período, um imenso crescimento das cidades. Esse crescimento foi necessário para abrigar essa população, bem como as suas demandas sociais: moradia, trabalho, educação, saúde, transporte, água e energia embora não sejam acompanhados de qualidade. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, atualmente no Brasil, cerca de 40% do total de domicílios urbanos apresentam ao menos uma das condições de precariedade.

Somente a partir do final do século XIX e início do século XX, muito lentamente, algumas cidades brasileiras conheceram reformas urbanas. Essa iniciativa impulsionou o crescimento da população urbana e lançou as bases de um urbanismo moderno, como ressalta a autora:

Realizavam-se obras de saneamento básico para a eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, nesse período (MARICATO, 2001, p. 17).

Segundo Rolnik (1997) os espaços livres públicos ou as ruas, que durante muito tempo eram considerado lugar da “escravidão”, da “libertinagem” e da “devassidão”, vão se estruturar pela segregação, ou seja, os pobres serão afastados, o público redefinido e estes espaços serão de uso das classes comerciante dominantes para responder à necessidade econômica do momento histórico, como estruturas necessárias para a circulação do capital. Trata-se, porém de um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde imperava a respeitabilidade burguesa, a partir desse momento seria uma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação. Rolnik (1997, p. 28) assevera que:

A largura mínima das ruas foi aumentada, passando para 16 metros, e introduziu-se a largura mínima de 25 metros para as avenidas. O artigo 20 proibia a construção na capital, a não ser que ocupasse um terreno com mais que 15 metros de largura e tivesse uma separação de pelo menos 5 metros entre cada linha de cortiços (ROLNIK, 1997, p. 28).

Como essa era uma realidade muito distante do vivido nos cortiços, compostas por moradores pobres, a primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as ruas centrais, foi tentar eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada (ROLNIK, 1997). Essa exigência do capital por uma urbanização eficiente definida no Código de 1886 ou Código de Zoneamento Urbano, redesenhará claramente a estrutura segregadora da cidade com ausência do Estado nas áreas de subúrbios. Assim, Lobo (1989) conclui que “antes o habitat era segregado pela sua forma e agora é pela localização”.

Desse modo, as mudanças ocorridas mostraram a divisão do espaço urbano entre centro e periferia. Como resultado, a população de baixa renda buscou suprir a crise de habitação ocupando terrenos vazios encontrados em subúrbios ou até em encostas de morros. No Rio de Janeiro, esse processo de expulsão da população de baixa renda já havia se efetivado na década de 1920 e em São Paulo esse processo ocorreu um pouco mais tarde, pois até as décadas de 1930 e 1940 os cortiços eram a “habitação problema” (VILLAÇA, 2001, p. 229).

Acompanhando o crescimento da população, muitas cidades brasileiras vêm também passando por um crescimento físico. Marx (1991) diz que o desenho urbano do Brasil é acompanhado pela quantidade de pessoas que ocupa a cidade; assim o perímetro urbano expande-se e várias áreas são incorporadas às periferias. Sem controle ou planejamento, as cidades esparramam-se e bairros surgem de modo desordenado, transformando regiões pouco povoadas em densos aglomerados urbanos.

As áreas não contempladas com projeto de urbanização e que, portanto, são negligenciadas pelos governos, vão se tornando aglomeradas sem nenhuma infraestrutura para as populações que ali vivem.

Coelho (2011, p. 27) destaca que “os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo espaço urbano. Atinge muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que os das classes mais elevadas”. Essa é uma

característica muito marcante, quando se nota essa população empurrada para espaços como morros, mangues, margens de rios, aumentando os loteamentos irregulares. Maricato (2015, p. 59) complementa que, “se aceita que os pobres ocupem até áreas de proteção ambiental: as áreas de proteção dos mananciais, as encostas, as favelas em áreas de risco, mas não se aceita que ocupem áreas valorizadas pelo mercado”. Não é por falta de leis ou planos que essas áreas são ocupadas, mas por falta de alternativas habitacionais para a população de baixa renda (CARVALHO e ROSSBACH, 2010, p. 9). Como consequência dessa situação, aumentam os problemas sociais, econômicos e ambientais.

Os problemas observados nos espaços de maior concentração humana demonstram que muitas vezes, a queda da qualidade ambiental ocorre pela falta ou insuficiência de planejamento. Algumas cidades, ao atingir a máxima expansão horizontal, ou mesmo sem chegar aos limites de tal expansão, iniciam o processo de verticalização. O fato de se tornarem populosas sem o planejamento do adensamento urbano as transforma em centros de problemas que extrapolam os limites político-territoriais a dimensão físico-ambiental, que, por ser de difícil delimitação, nem sempre recebe o tratamento apropriado. Assim,

As propostas de adensamento apenas se preocupam com a disponibilidade de infraestrutura e de espaços físicos, não se importando com a qualidade ambiental e com as outras necessidades dos moradores dos centros urbanos, tais como quantidade, qualidade e distribuição de espaços livres que possam permitir o saudável contato do cidadão com a natureza, fornecendo também possibilidades de socialização e expressão cultural (SCHMIDT *et al*, 2005, p. 395).

As áreas livres são importantes para o equilíbrio das cidades, pois representam locais de convívio social e de encontro com a natureza, que contribuem para a formação e agregação da sociedade se constituindo ambientes importantes para manifestações culturais, sociais e políticas, portanto devem existir e de forma planejadas, para atenderem as necessidades da população e viabilizem os fins a que se propõem, garantindo assim a manutenção das áreas de circulação, da coleta do lixo, da varrição das ruas, das áreas públicas, da iluminação pública e do padrão das edificações para evitar o excessivo adensamento e a insalubridade. (CARVALHO e ROSSBACH, 2010, p. 13).

Como a urbanização brasileira ocorreu rápida e desordenada, tornou-se primordialmente urbano em apenas 20 anos (VICENTINO e DORIGO, 2002), principalmente devido ao êxodo rural (MILLER-JÚNIOR, 2008). Isto resultou em graves problemas socioambientais, os quais necessitam “políticas (programas, projetos e legislações) específicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população que habita essas cidades” (MENDONÇA e LIMA, 2000). Quanto maior a densidade de determinado local, maior é a demanda por áreas livres e pelos benefícios provenientes destes espaços. Embora, muitas vezes, ocorra justamente o contrário, pois historicamente as cidades foram resumidas como local de trabalho e de desenvolvimento econômico, não havendo uma preocupação maior sobre como a qualidade de vida da população e a qualidade ambiental se correlacionar. Além disto, a maioria das cidades não manteve muitas áreas verdes e de recreação comunitárias, o que restringe as opções de lazer da população.

2.5 Caracterização da Urbanização do Nordeste

O nordeste foi uma das portas de entrada dos europeus para a colonização do Brasil, em um processo de penetração lento, iniciado principalmente através da monocultura da cana-de-açúcar. Segundo Prado Júnior (1976) “a perspectiva principal do negócio está na cultura da

cana-de-açúcar”, por se tratar de um produto que naquele momento era de grande valor comercial na Europa e o Brasil oferecer condições, físicas e climáticas favoráveis e ainda de mão-de-obra numerosa dos indígenas no litoral. Cidades como Salvador e Recife, eram respectivamente, os centros políticos e econômicos do Nordeste açucareiro, depois estendida por toda costa brasileira. De acordo com Prado Júnior (1976) “é nessa base, portanto, que se iniciarão a ocupação efetiva e a colonização do Brasil”.

O regime de posse da terra deu-se através de doação feita pelo Coroa portuguesa aos colonos de sua escolha e inteira confiança. Delson (1997 p. 10) cita que, “entre os anos de 1532 e 1536, a Coroa portuguesa dividiu o litoral do Brasil em 15 capitanias (ou donatários), largas faixas de terras concedidas a 12 homens de alto prestígio no reino”. Assim fica evidente a forma antidemocrática de acesso a terras no Brasil, com prioridade ao sistema de latifúndio e da monocultura. Maurício Abreu (1997 p. 197) assim expressou que “a estrutura agrária injusta do país é sempre relacionada ao sistema sesmarial que vigorou em outros tempos”.

Sendo assim, o Nordeste urbano, resultou mais do peso da agricultura e da pecuária no processo de organização do espaço. O sistema de cidades decorrentes da lavoura canavieira e da interiorização das fazendas de gado recebeu grande impulso com o advento do algodão, engenhos e fazendas que deram origem às cidades localizadas às margens e foz dos rios, pontuando o litoral com pequenos núcleos. Para Delson (1997) a povoação do interior do Nordeste e a zona da mineração era a solução eficaz para manter a autoridade e segurança “uma fortificação humana” para Fridman (2010, p. 13) “um serviço prestado ao rei”.

A cana-de-açúcar gerou um sistema urbano na área correspondente à Zona da Mata, que se estende do Sul do Rio Grande do Norte até o Nordeste da Bahia, porém como essa produção era de base escravocrata, propiciou a formação de extensas áreas de pobreza no entorno da mesma.

Caio Prado Júnior (1976), revela que, de 1580 a 1640, perdendo o domínio do comércio asiático, Portugal viverá uma situação de empobrecimento. Esse fato fortalecerá totalmente seus interesses na sua colônia americana como meio de subsistência e o processo de emigração para o Brasil em meados do século XVII, será considerável. Ainda para Prado Júnior, esse fato terá largas consequências e determinará um rápido crescimento da população e extensão da colonização, antes limitada à faixa do litoral ou em pequenos núcleos esparsos no interior nordestino, mas estender-se-á rapidamente invadindo até áreas que posteriormente, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, eram terras pertencentes a Espanha.

Mesmo na formação desses “núcleos esparsos” para Prado Júnior (1976), os Espaços Livres públicos sempre estiveram presentes, pois estes são a gênese da cidade, a esfera da vida pública. São esses espaços que frequentemente condicionam os espaços construídos, conferindo suas formas, seus relevos e suas características. Para Holanda (1987, p. 63) “a construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior”. Praças são definidas como pontos marcantes no traçado urbano das cidades e representam a identidade da comunidade, pois funcionam como referência no entorno e local de encontro, onde acontecem as principais manifestações socioculturais (LOPES, 2015). Ainda de acordo com a autora, as praças localizadas nas áreas centrais, criadas geralmente no início das cidades, acompanham o desenvolvimento urbano, presenciando as modificações e absorvendo novos usos e configurações estruturais, além de fornecer a esses espaços um relevante valor histórico-cultural.

De acordo com Silva (2007) na civilização ocidental, a praça significou o espaço livre urbano de domínio público, comum, aberto, coletivo e desnudo, e o jardim se consolidou como o espaço livre privado, doméstico e vegetado, mas no século XVII, começou a

extrapolar o limite edificado, ganhando também o estatuto de público. Enquanto a praça, cuja origem remonta à *Ágora*, na cidade grega, e ao *Fórum*, na polis romana, constitui o espaço de todos, destinado ao encontro e à manifestação do público, o jardim recua aos primórdios da civilização humana, como uma das formas mais antigas da relação homem e natureza.

De acordo com Silva (2007), ao longo da história também ocorreu uma ampliação das funções desempenhadas pelos jardins, os quais podem ser destinados à recreação (esportiva ou contemplativa), embelezamento urbano, produção de conhecimento científico (estudo da fauna e da flora), educação, equilíbrio ecológico (conforto térmico, sonoro e conservação da biodiversidade). Seu elemento fundamental e caracterizador, o que o aproxima da ideia de espaço verde (ou vegetado), seja no domínio público, seja no âmbito privado.

No Brasil as primeiras preocupações com a produção de espaços livres dessa natureza embora privados, tiveram lugar no Recife holandês com o Príncipe Maurício de Nassau com a arborização de ruas e com a construção dos Jardins do Palácio Friburgo em meados do século XVII, um marco no paisagismo brasileiro.

No Brasil português, embora existissem e fossem construídas praças, estas tinham função principalmente de representação, onde se localizavam as principais edificações das vilas e cidades (REIS FILHO, 1981), porém será com os portugueses que surgirão espaços livres de lazer pensado para o público. Sobre isso Delson (1997) nos diz:

Os administradores portugueses agora procuravam oferecer espaços de recreação mais para o público em geral. Esses parques não só constituíram centros de recreio para os habitantes da cidade, como serviam de cenários botânicos, onde se pudesse levar a efeito de experimentação agrônômica.

Delson (1997), também fala que no Rio de Janeiro o jardim público foi projetado para passeio com mais alto requinte. Sua construção deveu-se a desejo expresso do Vice Rei Luis Vasconcelos de Souza (1779-1790) que ordenou que fosse construído um jardim de passeio sobre no local do pântano, a construção foi inspirado nos jardins do Palácio de Versailles (perto de Paris), o mesmo ficou a cargo do arquiteto Valentim Fonseca e Silva. No final do século XVIII, por ordem régia de 1798, Portugal inicia uma política de jardins botânicos em cidades do Brasil como em Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Ouro Preto e São Paulo com funções de ordem científica, ambiental e econômica.

No século XIX, o Rei D. João VI, determina a Missão paisagística e urbanística da arte francesa no Rio de Janeiro, com plantação de algumas árvores nos jardins públicos da cidade com o intuito de camuflar as suas deficiências. Depois D. Pedro II, encarrega a missão paisagística do Rio de Janeiro novamente a urbanistas franceses, dessa vez com melhoramento da paisagem urbana como um todo.

2.6 Caracterização da Urbanização maranhense

De acordo com Silva (2010), a ocupação do espaço Maranhense e a sua colonização, desenvolveu-se através de duas frentes de expansão, em áreas geográficas distintas: uma pela planície via litoral, tendo como ponto de partida o Golfão Maranhense, e a outra pelo sertão, no planalto, tendo como via de penetração o médio vale do rio Parnaíba (sertão de Pastos Bons). Aquela tendo como principal elemento econômico a agroexportação e esta a pecuária, e que, por isso apresenta características próprias, com relações sociais e comportamentos socioculturais bastante definidos.

A origem etimológica do Maranhão, de acordo com Feitosa (2006) é marcada por algumas controvérsias, assinalando-se denominações por motivos físicos e culturais. De

acordo com o autor a primeira denominação, relaciona-se ao nome do rio Marañon, descoberto em 1499 por Gonçalo Pizarro, atribuído em homenagem a seu companheiro de viagem Fernando Gonçalves Marañon. A segunda, tendo em vista que o litoral do Maranhão se particulariza por ser em forma de rias, Macedo (2001) a relaciona a um “emaranhado de canais costeiros”. Assim, “do que não há dúvidas, porém, é de que o nome da terra nos veio do rio, ainda hoje Marañon em plagas peruanas, porque assim designado antes e porque confundida a sua foz com o golfeão em que demora a ilha” do Maranhão (MEIRELES, 2001, p. 31).

Segundo Ferreira (2008) apesar de onze tentativas que visavam à conquista do Maranhão, e de Dom João III ter instituído a estratégia geopolítica de efetivar a ocupação do Brasil em 1534, mediante o sistema das capitanias hereditárias que vigorou até 1548, foram os franceses, que sob o comando de Jacques Riffault chegaram à ilha do Maranhão em 1594. Nesta fundaram feitorias e retornaram à França, porém Charles des Vaux permaneceu dois anos e voltou com o intuito de divulgar as riquezas encontradas e defender as “vantagens de sua colonização pelos franceses” uma vez que os portugueses pretendiam retomar a posse da capitania do Maranhão.

De acordo com Feitosa (2006) o rei ordenou a Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, que partisse para as novas terras a fim de comprovar a veracidade das notícias que tinha recebido. Em 1612, chegaram ao Maranhão, ancorando em frente à ilha, onde trataram imediatamente da construção de um forte em lugar alto e próximo ao ancorado.

O autor, após a construção do forte, Rasily atribuiu-lhe o nome de São Luís, em homenagem a Luis XIII, rei da França de Navarra, e, ao porto, o nome Santa Maria, em atenção a Maria de Médicis, rainha da França e de Navarra, mãe do regente Luis XIII.

Após três anos, os portugueses atacaram os franceses que, após lutarem bastante, foram derrotados, voltando assim o Maranhão para o domínio lusitano, cuja principal herança é representada pela arquitetura colonial (FERREIRA, 2008).

De acordo com Ferreira (2008) em 1640, Bento Maciel Parente (1638-1641), que era o governador da capitania do Maranhão, confiou no acordo de paz e ignorou o aviso do inglês Thomas William, que sustentava a eminência de invasão holandesa, a qual dominou São Luis com uma esquadra composta de 18 velas com dois mil homens de desembarque (MARQUES, 1970, p. 407). A partir daí atravessaram a baía de São Marcos, dominaram a povoação de Taquitapera e ainda seguiram à montante do rio Itapecuru, subjugaram o forte Vera Cruz e ficaram com as cinco mil arrobas de açúcar dos cinco engenhos tomados, assim como construíram outros sete. Em 1641, foi consumado a invasão holandesa no Maranhão, e em 1644 a sua expulsão pelas tropas comandadas por Antonio Teixeira de Melo (RIOS, 2005, p. 220).

De acordo com Ferreira (2008) após a expulsão dos holandeses o que sobrou da incipiente economia açucareira não a tornou competitiva como a das florescentes capitanias do nordeste, o que foi agravado pelo ataque indígena, o que levou a Coroa portuguesa a extinguir o estado Colonial do Maranhão, substituindo-o por duas capitanias autônomas, isto é, a do Maranhão e a do Grão-Pará. Considerando que não havia um controle da economia regional, em 1677 a Metrópole portuguesa interveio duas vezes. A primeira com o Estanco da Fazenda Real e a outra se relaciona à Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, cujas atividades se iniciaram em 1682, porém fracassaram em função de irregularidades que incluíam comercialização de produtos de baixa qualidade, não cumprimento de prazos, imposições de preços e confisco de terras daqueles que não produzissem algodão.

Segundo Ferreira (2008) as tentativas de erguer a economia da capitania do Maranhão só se concretizaram com o marquês de Pombal que criou em 1755 a Companhia Geral do

Comércio do Grão-Pará e Maranhão, substituiu a escravidão indígena pela negra africana e expulsou os jesuítas, a qual se instalou em São Luis em 1758. Foram financiadas as culturas do arroz, algodão e cana-de-açúcar, além da expansão das fazendas de gado do sertão com intuito de avançar a ocupação, ampliar a oferta de couros e reforço da defesa militar. Foi com a referida companhia que as exportações da capitania do Maranhão cresceram sustentadas pelo algodão, peles e arroz.

Portanto, a identidade maranhense resulta do caráter de transitoriedade ambiental natural do Estado e dos dois movimentos colonizadores, com tendência e padrões socioculturais específicos, característicos dos dois espaços ocupados: 1) na planície, ligado ou domínio europeu colonizador (francês, holandês, e português) que se desenvolveu entre fortificações, conflitos entre colonos e religiosos missionários, entre a influência da Companhia do Comércio do Maranhão e do Grão Pará, e que se imortalizou na história pela revolta do Beckman e pelas reformas pombalinas. É a ocupação que deixou como herança um rico patrimônio cultural alicerçado na economia de cana-de-açúcar e principalmente do algodão, e que deu á capital a alcunha de Atenas Brasileira (IMESC, 2010).

E ainda de acordo com o Instituto, na primeira metade do século XX teve início a ocupação dos migrantes nordestinos em busca de terras disponíveis e que fugindo da seca e da dificuldade de utilização da mão-de-obra rural, buscaram o Maranhão, ocupando o espaço vazio correspondente aos médios vales dos rios genuinamente maranhenses, desbravando a mata, plantando roças principalmente para o cultivo do arroz onde implantaram um novo modelo social, econômico e cultural que resultou, não só, na revitalização da economia rural decadente, como também na transformação das cidades mais antigas em áreas de agroindústria, a exemplo de Bacabal e Pedreiras, como também pelo avanço itinerante do arroz que se afastou dos antigos portos fluviais de exportação, colaborando para o surgimento de núcleos de concentração rural que se transformaram em povoados que mais tarde deram origem a sedes dos municípios de origem rizícola como Lago Verde, Lago do Junco, Conceição do Lago Açu, Pio XII, Olho d`Água das Cunhãs além de muitos outros.

A interiorização da plantação de arroz e a conseqüente distância das vias navegáveis, as paradas e veredas deixadas pelos povoados itinerantes, serviram de entrada para que os caminhões buscassem o arroz na área de produção. Assim como no sudeste o café chamou as ferrovias, no Maranhão o arroz chamou as rodovias (IMESC, 2010).

Com relação às implementações e melhorias do aparelho urbano, o Maranhão, assim como as demais cidades coloniais do Brasil, teve início por intermédio do poder administrativo em 1842 através dos Códigos de Posturas.

De acordo com Maranhão (1842), o documento visando o conforto térmico da capital, destacava a importância de a cidade adotar mecanismo que permitissem prazer aos transeuntes ao circular pelas ruas, como a arborização o que demonstraria o cultivo a idéia de preservação ambiental no espaço urbano.

Este instrumento normativo estabelecia também, parâmetros gerais para o convívio em sociedade, disciplinando a ocupação do espaço público, regulando a expansão do modelo urbanístico e iniciativa de embelezamento das ruas a partir de 1848 e ainda regras de convivência na cidade.

Estabelecia também, implementação de medidas sanitárias, como inauguração do Cemitério do Gavião, antigo Cemitério do Pantaleão em 1855. Dentre outras questões destaca-se a preocupação com a higiene e saúde pública, que apesar das precárias condições de sanitárias, a cidade ainda era vista como saudável para a época, neste caso, os elementos climáticos eram os mais considerados para avaliar a salubridade. Palhano (1988) diz que as

moléstias contraídas pela população da cidade, foram provocadas pela escassez de água potável, esgoto, remoção de lixo e pouca higienização.

Em 1892, o médico Almir Parga Nina, exercendo a função de Inspetor da Higiene do Estado, propôs o Programa do estudo de saneamento e implantou a chamada medicina urbana. Diversos pontos foram apresentados como principais pelo programa como necessários a saúde urbana, dentre eles destacamos: pavimentação e arborização das ruas e praças, transformação de cortiços em habitações higiênicas e alargamento das ruas.

Com relação ao lazer no espaço citadino, o Código de Postura de 1842, não impedia manifestações culturais, como espetáculos de caráter circense, desde que tivessem autorização da Câmara Municipal e ainda era permitido jogos em praças públicas desde que cumprida às regras estabelecidas principalmente de horário, o que muitas vezes essas regras eram quebradas, gerando uma série de conflitos da população com a polícia.

De acordo com Prazeres (2011), no final do ano de 1924, a capital maranhense iniciou o tão esperados “melhoramentos” urbanos, e puderam contar com a iluminação pública à energia elétrica, com os bondes de tração elétrica no transporte público, além de instalação de saneamento básico com abastecimento de água e esgoto no perímetro central da cidade.

A partir de 1936, a cidade passou a contar com um novo sistema de regularização urbana moderna, baseado na aprovação do novo Código de Posturas (Decreto nº205, de 03 de novembro de 1936), um novo Regime Tributário (Decreto nº217, de 19 de novembro) e a proposição de Zoneamento (Decreto nº219, de 19 de novembro), que propicia a execução do anteprojeto de remodelação da cidade, com transformações estruturais no espaço urbano e na arquitetura das edificações.

De acordo com Diniz (2015), em 1936 com a expansão da cidade, surge a necessidade de descentralizá-la e a circulação de veículos foi o objetivo declarado para essa expansão. A solução para esse dilema foi a criação do Plano de Expansão da Cidade, elaborado por José Otacílio Saboya Ribeiro, propondo a remodelação da cidade de São Luís, com a criação de avenidas e contornos, configurando um anel viário em torno do centro antigo, ligando as novas regiões de praias com eixo na área industrial. Para Saboya Ribeiro, o estado em que se encontrava São Luís, “uma cidade em desespero, aguardando morte próxima”, havia sido determinado “porque nada existia que obrigasse a todos ou a cada um, o zelo pelo aspecto geral da cidade” (SABOYA RIBEIRO, 1937). Caberia, portanto, ao poder público municipal, fornecer a cidade “os elementos necessários ao seu soerguimento, realizando obras dentro de um plano de conjunto” (SABOYA RIBEIRO, 1937), de uma visão geral da cidade.

Esse plano era fundamentado numa visão totalizante da paisagem com ênfase primeira na circulação viária, nas relações higienísticas e também uma preocupação estética onde previa a criação de áreas de recreação que assim recomendaram. Assim,

(...) é necessário exigir também a criação das grandes zonas de recreação próximas à cidade (zonas de repouso). Estas zonas devem ocupar os locais que reúnam as melhores condições e mais atrativos naturais (proximidade de lagos, praias ou rios, bosques, boa orientação e boas condições climáticas) (SAMPAIO, 2001, p.85).

O Plano de Expansão, além da preocupação com a higiene, salubridade, das edificações e sua adequação aos preceitos de iluminação e ventilação do “urbanismo moderno”, por sua vez, propõe a criação de um zoológico, na Granja Barreto, e um Grande Parque da Cidade no Jaracaty, com a seguinte descrição:

O imenso mangal que se desenvolve nas margens dos igarapés Jansen e Jacarati, na área limitada pelas as terras firmes do Asilo de Mendicidade e outras adjacentes,

trecho da Avenida Ponte de São Francisco – São Marcos – Tirirical, terras firmes do sítio Jaracati e outras adjacentes até à ponta do Sítio Novo e trecho da Avenida marginal e paralela ao rio Anil compreendido entre a ponta do Sítio Novo e a ponta do Angelim, deverá ser totalmente saneada para localização do “GRANDE PARQUE DA CIDADE”, com avenida perimetral para veículos automotores, pista para bicicletas, excelente arborização, um grande lago artificial de diversões para ambos os sexos e todas as idades, incluindo-se campos de futebol, de golf, de tênis, de basquetebol, de voleibol, área para patinação, esqui, hipódromo, área para exposições, circos etc.” (MESQUITA, 1958).

Nesse plano conjunto concebido por Saboya, os edifícios públicos cumprem o importante papel de “caracterizar os diversos órgãos de uma cidade. As intervenções previstas na mensagem do prefeito passam pela reconstrução ou relação de edifício voltado para o abastecimento da cidade (Mercado Central e Matadouro Municipal, além dos açougues) com a intervenção de melhorar suas condições de higiene, pela criação de um centro cívico para a cidade.

Como fundamento do anteprojeto de melhoramento da cidade, reservamos o trecho compreendido entre a avenida Pedro II e seu prolongamento até a rua Tarquinio Lopes, e seguindo por esta última (que deverá ser alargada construindo uma avenida) até a avenida 5 de Julho (cães da Sagração) e por este é o armazém do Tesouro, para que nelle sejam localizados os principais edifícios públicos e semi-públicos, constituindo o que se convencionou denominar “Centro Cívico” (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Para Saboya Ribeiro, era necessário, também, fazer a ligação “entre a cidade velha e a nova que se está formando, tendo como centro, aproximadamente, o sítio denominado João Paulo”, com a construção de uma avenida (João Paulo) “cuja largura total deverá ser de 40 metros”, possuindo “uma faixa central, onde serão montadas duas linhas de bonds, ladeada de duas faixas rodoviárias, com 7,50 metros de largura cada uma, havendo, ainda, margem para construção de amplos passeios arborizados” (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Após o mandato de Saboya Ribeiro, Pedro Neiva de Santana assume a prefeitura de São Luís e vai dar continuidade ao plano urbanístico de Saboya que era baseado em “perspectivas modernas”, em uma nova arquitetura, presença do verde na cidade e principalmente ao relacionado ao sistema viário da cidade, às quais acrescentou outras intervenções, geralmente em edifícios públicos municipais como a sede da prefeitura e estaduais como o próprio palácio do governador.

No início da década de 1940, como medidas de caráter higienista, foram realizados investimentos em edifícios hospitalares, a taxação de cortiços e casa populares na área central e o próprio investimento em arborização nas vias e praças da cidade.

Para efetivar as obras viárias como alargamento de ruas, foram demolidas dezenas de exemplares da arquitetura tradicional luso-brasileira e imóveis estilo ecléticos, inclusive da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, que teriam motivado as primeiras ações federais de preservação do acervo ludovicense.

Economicamente as décadas de 30 e 40, foram apontadas por Meireles (1992), como de crescimento econômico industrial para São Luís. As indústrias eram de beneficiamento de produtos naturais agrícolas, embora numa posição economicamente frágil, tanto em relação ao Brasil quanto ao mercado exterior. No intuito de incrementar o processo econômico, a Associação Comercial estabeleceu a cobrança, a algumas firmas do Maranhão, de uma taxa destinada para a construção de estradas, sistemas de saúde e apoio técnico às áreas rurais e como consequência, os resultados foram positivos.

No final dos anos 50, o Brasil havia alcançado um expressivo estágio de transformação econômica e social, incluindo investimentos externos, industrialização, urbanização e desenvolvimento de transporte. A construção da nova capital do Brasil, assim como estradas inter-regionais nas áreas centrais e ao norte do Brasil, como a Belém-Brasília, que corta a cidade de Imperatriz, ao sul do Maranhão. Em consequência, estas regiões passaram a estar mais integradas aos eixos econômicos do país do que o norte e o litoral do Maranhão, onde encontra-se sua capital. São Luís, desse modo, perde sua tradicional posição comercial entre o Maranhão, o país e o exterior.

Os anos 60, o país passa por instabilidade política, e em seguida instaurou-se o regime militar, com centralização de poder e ausência de autonomia e liberdade do Parlamento e das autoridades estaduais e municipais. Aliado a esses fatores, São Luís deparou-se com um cenário centralizado pelo isolamento econômico, pelo escasso suprimento de energia, pelo apoio técnico deficiente e pela concorrência comercial, bem como a ausência de suporte financeiro e de crédito. Consequentemente, a atividade industrial declinou, algumas até chegaram a falência na década de 70 e a renda do Estado caiu. O governo militar adotou como política corrente a captação de empréstimos internacionais para investimento federais de infraestrutura, transportes, estradas e comunicação, então é construída na fronteira do Maranhão com o Piauí a Usina de Boa Esperança, em São Luís foram implantados o anel rodoviário no centro da cidade, o sistema viário inter-bairros, a ponte sobre o rio Anil, a barragem atravessando o rio Bacanga e vários projetos habitacionais. Em 1972, foi construído o Porto de Itaqui, no entanto, já era muito tarde, pois o setor industrial como um todo, estava em total decadência.

Nos anos 80, outras atividades tiveram desempenho, mas setor da construção civil confirmou a liderança, não apenas em razão dos recursos públicos, mas também em função da implantação de dois projetos em particular. Houve ainda a implantação de uma iniciativa pública de exportação de minério, através da Companhia Vale do Rio Doce, e a instalação de um consórcio privado internacional de produção de alumínio, através da companhia Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR. O período de implantação destes produtos ativou o mercado, envolveu grande parte de empresas e gerou inúmeras oportunidades de emprego. No entanto, provocou um impacto de imigração bastante elevado. Ainda na década de 80, o Brasil atravessa uma grave recessão econômica, com altas taxas de inflação, instituições públicas e privadas faliram, consequentemente redução nos investimentos em infraestrutura, transporte e moradia no país em Maranhão.

Atualmente a cidade de São Luís, ainda é fortemente afetada por intervenções econômicas externas e, como na época colonial, permanece em posição periférica no contexto nacional e internacional.

2.7 A política habitacional brasileira

A eliminação do déficit habitacional brasileiro é um dos grandes desafios públicos. É possível perceber que, o direito à cidade e as reivindicações em relação à habitação emergem da frágil e ineficiente política de promoção habitacional - especialmente a população de baixa renda - ao longo desses anos em áreas periféricas e favelas. Nesse sentido, torna-se pertinente uma retomada histórica da questão da habitação urbana no Brasil.

O Brasil no final do século XIX, uma conjuntura de acontecimentos históricos, fez com que o país desse início a ampliação da população e a formação decisiva dos seus espaços urbanos. Os fatores como o fim da escravidão, que fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade, a chegada de imigrantes europeus para

trabalhar tanto no campo quanto na cidade e a nascente indústria brasileira, provocaram o aumento da população nas cidades e na revolução da estrutura física das velhas cidades, inadequadas às novas necessidades criadas pelo aumento da população (BENCHIMOL, 1992, p 126), especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, fato que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos, até então inédita (MARICATO, 1997).

Para Villaça (2001, p. 226), “um dos traços mais marcantes do processo de urbanização que se manifestou no Brasil a partir do final do século XIX foi o rápido crescimento das camadas populares urbanas”. No ano de 1901, existiam, aproximadamente, 50 mil operários no estado de São Paulo e a construção de habitações operárias salubres e baratas era realizada pelas indústrias, companhias ferroviárias, empresas de mineração. No Rio de Janeiro, já no final do século XIX iniciou-se o processo de conformação da periferia pela classe de baixa renda, onde, segundo Villaça (2001, p. 231) “em 1890, a população suburbana era quase 18% da total”. Assim, o Brasil se urbanizava de maneira e intensidade diferente em cada cidade.

A partir desse momento o urbano passa a ter maior importância na formação socioeconômica brasileira. Essas transformações estiveram amplamente ligadas ao caráter de capitalismo dependente que a formação econômica e social brasileira.

No início do século XX, com base no movimento europeu pela reforma urbana sanitária, as cidades brasileiras, iniciaram uma reforma urbana no Rio de Janeiro para melhorar a circulação de serviços, pessoas e principalmente a fim de atender aos interesses da burguesia do período industrial. Foram demolidos 590 prédios velhos para construção de 120 novos edifícios, construção de grandes avenidas e implantação de saneamento básico para a composição paisagística (HOLZ, 2008). Essas realizações, por parte do Estado começam a dificultar a construção de novas moradias populares no centro da cidade, posteriormente proíbe a sua construção, fechando-as, e em alguns casos, efetua a sua demolição, gerando a expulsão de diversas famílias pobres de suas moradias, a ocupação dos subúrbios e a formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro (MARICATO, 1997).

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), a medida do governo brasileiro para resolver o problema da produção de habitação foi oferecer crédito às empresas privadas. Foi nesta época que surgiu o Sistema Financeiro de Habitação - SFH, instituído pela Lei 4.380/64, que objetivava a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupança, e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS através do Banco Nacional de Habitação -BNH. O SFH foi dividido em dois ramos: um, direcionado à classe média e alta, e o outro, voltado para a classe de baixa renda. Porém, igual para os dois sistemas foi o autofinanciamento, sendo necessário, portanto, que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento. Esta forma de financiamento acabou por prejudicar as populações com baixa renda, já que não conseguiam provar que seus ganhos suportariam o pagamento da dívida.

Essa medida do governo deixou evidente, então, que o setor privado não seria capaz de resolver o problema da habitação para as camadas populares e que tal tarefa teria que ser assumida pelo Estado, que passou a sofrer pressões dos trabalhadores e do empresariado (o constante aumento dos alugueis fazia com os trabalhadores reivindicassem melhores salários). Como resposta, o governo propôs o financiamento, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, de casas a serem destinadas ao aluguel. Tal medida, além de pontual e insuficiente para modificar a situação da moradia no Brasil, atendia apenas aos associados dos institutos, ou seja, sempre beneficiavam muito mais as classes com renda mais elevadas do que aquelas de baixa renda.

De acordo com Holz (2008), esse sistema funcionou por poucos anos e entrou em crise no início dos anos 1980. A crise foi causada pelo efeito combinado da política recessiva

adotada pelo governo militar e a da inflação elevada do início da década de 80, e também da redução na capacidade de arrecadação tanto do FGTS quanto do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, causando aprofundamento da inadimplência dos financiamentos concedidos pelo sistema. Esta crise financeira levou a extinção do BNH em 1986. Por essa razão, a partir de meados da década de 90 até os anos 2000, o Fundo passou por um momento de instabilidade. Essa situação só será superada a partir dos anos 2000, quando volta a ocorrer um equilíbrio entre depósitos e retiradas e quando os rendimentos das aplicações financeiras do Fundo passam a compensar os déficits passados.

Com a extinção do BNH em 1986, as suas funções e encargos foram transferidos para a Caixa Econômica Federal. Com isso, ocorreram várias mudanças no quadro institucional do governo que auxiliou na desarticulação da política urbana e habitacional existente no país (HOLZ, 2008).

Por outro lado, programas federais que se sucederam passaram a privilegiar os municípios (e alguns governos estaduais) como os principais agentes promotores da habitação de interesse social. Essa tendência foi reforçada pela centralidade dos municípios na reforma institucional e política promovida pela Constituição de 1988 e também pelo fato de que a crise do sistema de financiamento e a instabilidade institucional das políticas federais pós-BNH levaram vários municípios e alguns estados assumirem, por conta própria, iniciativas no campo da habitação social, num processo caracterizado em alguns estudos como “descentralização por ausência” (CARDOSO e ARAGÃO, 2013)

O crescimento desenfreado do espaço urbano ilegal, a exclusão social e o descaso do poder público frente às questões habitacionais, sobretudo na década de 1980-90, fizeram com que a questão urbana ressurgisse relacionada aos movimentos sociais quanto ao direito de todos os cidadãos à cidade – especialmente articulados no movimento pela reforma urbana – se apresentaram com força ao longo da elaboração da Constituição Federal de 1988, assumindo papel de destaque (HOLZ, 2008).

Segundo Oliveira:

Pela primeira vez, a cidade foi tratada na Constituição Federal, que nasceu com o intuito de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na harmonia social (OLIVEIRA, 2001, p. 3).

A inclusão dos artigos 182 e 183, compondo o capítulo da Política Urbana foi uma vitória da ativa participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa do direito à cidade, à habitação, ao acesso a melhores serviços de infraestrutura e regularização das áreas ilegais e, por decorrência, a oportunidades de vida urbana digna para todos (OLIVEIRA, 2001).

Ao final do período, estava claramente em curso um processo de municipalização da política habitacional, que viria a ser reconhecido e institucionalizado, após 2003, com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

A atuação do governo Collor na área da habitação, seguindo um padrão que se institucionalizava desde o governo Sarney, foi caracterizada por processos em que os mecanismos de alocação de recursos passaram a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas ou ao favorecimento de aliados do governo central. Essa foi a característica do Plano de Ação Imediata para a Habitação, lançado em 1990, que se propunha a apoiar financeiramente programas construção de unidades e de oferta de lotes urbanizados, para atendimento de famílias com renda até 5 salários mínimos, financiando a projetos de

iniciativa de COHABs, Prefeituras, Cooperativas, Entidades de Previdência, etc. (AZEVEDO, 1996).

No governo Itamar Franco, embora não tenha colaborado com o financiamento de um número elevado de residências, foi o responsável pela implementação de programas governamentais de habitação que estruturaram as futuras investidas tanto de Fernando Henrique quanto do ex-presidente Lula e o seu Programa Minha Casa Minha Vida. Itamar Franco, durante seu governo, pôs em prática o “Habitar-Brasil” e o “Morar-Cidade” que com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e do Imposto Provisório sobre Movimentação da Caderneta Financeira –I PMF financiaram 54 mil unidades para famílias de baixa renda em 1993 e 1994 (BONDUKI,1999).

Durante o seu governo, Fernando Henrique Cardoso instituiu outros grandes importantes programas, dentre eles a Carta de Crédito Individual e Associativa e o Programa de Arrendamento Residencial - PAR. O PAR se destinava à faixa de renda de 3 à 6 Salários Mínimos, mas os primeiros estudos avaliativos mostraram que as populações atendidas se concentravam nos limites superiores da faixa (ANDRADE, 2012).

O mecanismo de autofinanciamento e o PAR geraram uma consequência importante ocasionando uma mudança de estratégia no processo à progressiva consolidação de um conjunto de empresas da indústria da construção e incorporadoras, que redirecionaram seu foco de atuação e passaram a se especializar em produtos direcionados para os setores de renda média baixa, desenvolvendo técnicas específicas de barateamento dos custos de construção, o que se revelará como um elemento fundamental para o crescimento da produção empresarial para a chamada “classe C” já no governo Lula (CARDOSO e ARAGÃO, 2013). Esta mudança de estratégia empresarial originou-se a partir do somatório de diversos fatores, entre os quais se destacam: a) aumentos constantes dos recursos direcionados ao financiamento da habitação de interesse social; b) forte entrada de recursos no mercado imobiliário, c) déficit habitacional crescente, altamente concentrado nas faixas de menor renda dentre outros (CAMPOS, 2013, p. 73).

Ainda de acordo com CAMPOS (2013), diante deste cenário favorável, o público de menor renda tornou-se atrativo para a indústria da construção, que passou a contar com uma enorme massa de “clientes” em condições de consumir a mercadoria habitação.

A partir de 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, com a criação do Ministério das Cidades, a política habitacional brasileira passou por um novo arranjo institucional. Seu principal foco de atuação é a inclusão dos setores excluídos do direito à cidade, já que a habitação e o acesso aos serviços básicos são fundamentais para a cidadania (RUBIN e BOLFE, 2014).

A partir de 2005, elevaram-se os investimentos para o financiamento habitacional, o foco se direcionou para a população de baixa renda. Essas mudanças foram uma resposta às reivindicações de vários setores que lutavam pela priorização de investimentos nas políticas sociais. Em 2007, foi anunciada pelo Governo Federal a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que traz investimentos em várias áreas como a infraestrutura, os setores de habitação e saneamento e a urbanização de assentamentos precários. (RUBIN e BOLFE, 2014).

De acordo com Maricato (2010), em 2009, como resposta à crise internacional iniciada em setembro de 2008, o Governo Federal, pela primeira vez na história do Brasil, lança um forte investimento no setor habitacional para financiar a moradia social, inspirado nas experiências chilena e mexicana que, na ocasião, foram avaliadas pelos órgãos representativos do setor empresarial como aquelas mais adequadas para dinamizar a produção habitacional, resguardando um papel protagonista para o setor empresarial, o governo Luís Inácio Lula da

Silva lançou, estimulando a geração de emprego e renda, conforme tabela 1, o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida - PMCMV, originalmente desenvolvido na Casa Civil e no Ministério da Fazenda, como parte do Programa de Aceleração do Conhecimento - PAC.

Tabela 1 – Benefícios Indiretos do Minha Casa Minha Vida

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013
Empregos diretos e indiretos (mil)	158,7	804,3	1.108,3	1.260,7	1.273,1
Renda direta e indireta (milhão)	R\$ 4,5	R\$ 21,4	R\$ 24,9	R\$ 30,1	R\$ 29,8
Compra matérias e serviços (milhão)	R\$ 2,5	R\$ 12,6	R\$ 17,4	R\$ 22,2	R\$ 22,4

Fonte: IPEA, Edição 79 - 2014

O PMCMV, cuja intenção era construir um milhão de moradias exclusivamente voltado para a população de baixa renda, o Programa incentiva por meio de taxas de juros abaixo das de mercado e por subsídios o acesso à unidade habitacional. Pretendia-se com o programa promover o crescimento econômico do país, porém o programa recebeu diversas críticas devido à sua forma de operação e por estar fora do Sistema/Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS/ FNHIS, que promove o controle e participação social (RUBIN e BOLFE, 2014).

Segundo a Caixa (2014)

Em geral, o Programa acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Na primeira fase foram contratadas mais de 1 milhão de moradias. Após esse sucesso, o Programa Minha Casa Minha Vida pretende construir na segunda fase, 2 milhões de casas e apartamentos até 2014 (SITE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2016).

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, foram aportados recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades. Desta forma, buscou-se manter o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquecer as atividades do ramo da construção civil, que experimentava uma fase de intenso crescimento desde 2006, mas que vinha sofrendo impactos da crise econômica nos Estados Unidos em 2008, que teve origem no mercado de hipotecas, afetando todo o sistema financeiro globalizado.

O programa foi aprovado pela Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei no 11.977, de 7 de julho 2009, e pelo Decreto no 6962, de 17 de setembro de 2009. Tinha como meta a construção de um milhão de moradias, em curto prazo, tendo para isso alocado R\$ 34 bilhões. Desse total, R\$ 25,5 bilhões originavam-se do Orçamento Geral da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS. Foi ainda previsto um investimento de R\$ 1 bilhão para complementação de infraestrutura urbana, a ser distribuído através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES.

Os recursos do PMCMV foram distribuídos pelas diversas unidades da federação de forma proporcional à estimativa do déficit habitacional dos estados, a partir dos estudos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro.

Essa distribuição estabeleceu, na verdade, cotas máximas de acesso a recursos, já que o acesso dependeria da demanda a ser apresentada à Caixa Econômica pelas empresas. Por essa razão, no final de 2010, alguns estados reclamavam junto ao governo por terem já “estourado” a sua meta e não disporem de mais recursos enquanto outros permaneciam aquém da meta original.

O PMCMV se estruturou operacionalmente a partir das modalidades de subprogramas (PNHU, PNRH, MCMV Entidades, MCMV abaixo de 50.000) e pelas faixas de renda, segundo os princípios apresentados a seguir:

O Programa apresenta a seguinte classificação de subsídios por grupos de atendimento:

1) Famílias com renda até 3 salários mínimos (S.M.), até R\$ 1.600,00. Construção de um total de 400 mil unidades habitacionais: subsídio máximo (ou seja, a maior possibilidade de auxílio fornecida pelo programa com recursos do próprio orçamento), com isenção do seguro, além de pagamento de prestações mensais limitadas a 10% da renda por um período de dez anos (120 meses);

2) Famílias com renda entre 3 e 6 -S.M, até R\$ 3.100,00. Construção de um total de 400 mil unidades habitacionais: aposta no incentivo ao crescimento do mercado imobiliário por meio do SFH. Com subsídio parcial (complementação de renda) nos financiamentos, redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor, os financiamentos podem chegar ao máximo de 30 anos com comprometimento de renda de 20%. Foram alocados para este grupo R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 2,5 bilhões do Orçamento Geral da União.

3) Famílias com renda de 6 a 10 -S.M, até R\$ 5 mil. Construção de um total de 200 mil unidades habitacionais: receberão estímulos à compra da moradia com redução dos custos do seguro (danos físicos ao imóvel, morte e invalidez permanente) e acesso ao Fundo Garantidor.

De acordo com o relatório da Un-Habitat (2013, p. 1), o PMCMV criou mecanismos próprios para construir uma política habitacional de interesse social nos moldes das parcerias público-privadas na modalidade patrocinada. Novos arranjos legais e institucionais foram criados no sentido de permitir um fluxo de recursos e contratos de trabalhos de forma a dividir a responsabilidade entre as esferas municipais, estaduais e federal.

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), a integração entre provisão habitacional e desenvolvimento econômico tem estimulado o setor de construção civil e a geração de empregos. No entanto, os recursos que deveriam ser destinados a habitação social foram desviados de seu objetivo principal. O crédito passou a ser usado para estimular “a acumulação de capital e redistribuição de riqueza e renda aos grupos de maior poder aquisitivo” (ROYER, 2009, p. 22).

O fato é que o PMCMV, ao ser colocado como o principal programa habitacional do governo federal, a partir de 2009, adotou a maior parte da provisão habitacional de interesse social no Brasil, atuando fora do marco do FNHIS, e “colocando em segundo plano, como orientador da política habitacional para as famílias de mais baixa renda, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab)” (KRAUSE *et. al.*, 2013, p. 7).

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), a supremacia do setor privado, a pressão por resultados e o despreparo dos municípios para organizar administrativamente e geograficamente o programa tem repercutido na criação de um modelo de cidade menos igualitária. A habitação vista apenas como uma mercadoria não é capaz de formar uma

sociedade urbana, democrática, justa e sustentável. Pelo contrário, a mercantilização da moradia torna-se mais importante do que a gestão das cidades que apresentam um modelo de desenvolvimento urbano predatório e excludente, apresentando uma dinâmica econômica que desafiam as cidades a absorver esse crescimento, melhorando suas condições de urbanização de modo a sustentá-lo do ponto de vista territorial.

Neste contexto, a localização distante dos centros e subcentros urbanos definida pelo setor privado gera novos vetores de expansão urbana e de degradação ambiental. A construção de domicílios inadequados promove péssimas condições de urbanidade e reforça a tendência ao processo de periferização da HIS (CARDOSO e ARAGÃO, 2013).

Da mesma forma, Rolnik e Nakano (2009) afirmam:

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade de vida coletiva. Ademais, o predomínio das opções sobre pneus – especialmente os automóveis que usam combustíveis fósseis e emitem gás carbônico – contribui para a poluição do ar, o aquecimento global e as mudanças climáticas, cujos efeitos já estão afetando milhões de pessoas no mundo inteiro.

A produção habitacional para a população de baixa renda atualmente obedece ao mesmo padrão de localização nas cidades. Nos anos de 60 e 70 as COHABS promoveram a periferização dos conjuntos habitacionais, atualmente as construtoras definem não apenas a localização e o público alvo, mas os projetos, tipologias e qualidades das edificações. Segundo Lago (2011, p. 08) as prefeituras não tem condições técnicas nem vontade política para imporem ações regulatórias, direcionando os empreendimentos para áreas com infraestrutura. Isso resulta em conjuntos habitacionais com vários problemas no que se refere a localização, infraestrutura e no comprometimento de relação pessoal.

De fato, a ausência de uma política fundiária impacta negativamente a localização e a inserção dos conjuntos nas cidades. Sendo o mercado imobiliário, e não as prefeituras (dotadas dos instrumentos legais previstos no Estatuto das Cidades), o responsável pela escolha da localização da habitação social, os empreendimentos estão sendo produzidos em áreas periféricas onde, naturalmente, o preço da terra é mais barato, o que representa, em parte, a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa.

A produção dos empreendimentos em espaços periféricos é marcada pela exclusão das classes populares no processo de produção e de distribuição da riqueza social, prevalecendo, assim, suas precárias condições ambientais e de sobrevivência, que por consequência, dificultam a sua mobilidade na cidade.

Esta, por sua vez, se apóia em quatro pilares: (i) integração do planejamento do transporte com o planejamento do uso do solo; (ii) melhoria do transporte público de passageiros; (iii) estímulo ao transporte não motorizado; e (iv) uso racional do automóvel.

Para Cardoso *et. al.* (2011), o modelo implementado pelo PMCMV, ao priorizar a geração de renda e emprego, não está preocupado com os efeitos de periferização. Por isso, as moradias estão sendo construídas longe dos centros urbanos e de suas centralidades. Na realidade, o debate sobre moradia digna foi praticamente abandonado, cedendo espaço para

propagandas que incentivam a compra de um imóvel, transformando a moradia em um produto e objeto de consumo (FERREIRA, 2012).

Rolnik (2006), no entanto, explica que o Estatuto da Cidade não tem conseguido alcançar seus objetivos. Por exemplo, não se verifica nas cidades brasileiras a articulação da política habitacional com a política urbana; a especulação imobiliária e o elevado preço da terra têm contribuído para a construção de habitações populares em espaços desprovidos de uma infraestrutura ajustada às necessidades da população de baixa renda. A ausência da regularização fundiária, por outro lado, acaba por cooperar para o avanço desordenado das habitações e prevenir o crescimento imobiliário irregular nos municípios.

Como resultado, no futuro, os governos locais precisarão elevar seus gastos com a provisão da infraestrutura e das instalações urbanas nas localidades onde estão sendo edificados os empreendimentos. Estes investimentos, por sua vez, dependerão da sua capacidade para formular e programar as ações necessárias. Como existe uma distribuição muito desigual desta capacidade, o planejamento em algumas cidades ficará comprometido (BRASIL, 2007).

O controle das construtoras sobre a promoção imobiliária tem também outras consequências sobre os custos de construção. Por estarem trabalhando com valores pré-estabelecidos como limites para o preço final de seus produtos, as construtoras de maior porte certamente buscam racionalização da construção e, serão apropriados como lucros e não transformados em benefícios ao comprador, pela redução do custo dos imóveis ou pela melhoria da sua qualidade e dimensionamento. E assim, como medida, será necessário ampliar a escala dos empreendimentos e também investir na estandardização

O problema da escala já era apontado nas primeiras análises. Maricato (2009) assim o exprime:

Está de novo se pensando em coisas muito grandes, em megaconjuntos – o formato preferido das construtoras e empresas imobiliárias, quando há tanto espaço vazio, mal-aproveitado ou passível de retrofit nas áreas centrais das grandes cidades. É o mercado que vai comprar as terras e definir aonde os conjuntos vão se localizar. É a velha inversão de papéis, o rabo abanando o cachorro. Todos esses investimentos - para lá de bem-vindos - vão ser jogados na nossa cultura patrimonialista de administração do solo, por mais que o programa fale que os empreendimentos devem estar inseridos no tecido urbano. E o pior é que muitas prefeituras aprovam qualquer coisa. Elas acham que é progresso, que vai ter emprego, vai ter construção. Não se dão conta que essa população vai depois demandar, que vai ter necessidades de tudo.

Para enfrentar esse problema, a regulamentação do programa propunha um limite de 500 unidades por empreendimento. No entanto, os empreendedores resolveram facilmente esse problema ao subdividir os megaempreendimentos, aprovando projetos em terrenos contíguos, mas com as mesmas tipologias arquitetônicas, soluções construtivas e implantação nos terrenos.

Mas essa estratégia de valorização do capital tem como consequência um aumento do “custo” social final do empreendimento, já que os adquirentes terão que arcar com maiores despesas de transportes e com problemas de infraestrutura no entorno, já que a maioria deles é feito em áreas periféricas, muito distantes, pouco conectadas com a malha urbana. Temos exemplos de moradias que foram feitas completamente isoladas em relação à cidade propriamente dita, o que gera implicações em termos da qualidade de vida da população que vai morar ali e terminam “pagando” então pelo lucro das construtoras e reafirmando o modelo da espoliação urbana que caracteriza o processo de urbanização brasileiro historicamente.

Os municípios foram meros coadjuvantes, pouco influenciam nos aspectos morfológicos e na localização dessa produção, já que a estrutura de provisão passou a seguir a estrutura de mercado de fato, deixou de ter controle sobre a implantação dos empreendimentos habitacionais de interesse social.

Tem também a complexidade à tipologia e às tecnologias usadas nestes empreendimentos. Observa-se uma série de problemas em relação a isso, já que as soluções de plantas são convencionais e pouco adaptáveis à população de baixa renda. Isso quer dizer que o projeto arquitetônico não é pensado para essa população, alguns projetos foram feitos com custos condominiais relativamente altos, fato que irá gerar implicações para a família com renda mais baixa.

Temos ainda o modelo de condomínio fechado, idealizado para o estilo de vida da classe média e, depois, adaptado para estes novos empreendimentos. É um modelo de comunidade fechada, sem integração com a cidade, sendo que no caso do MCMV as áreas de lazer não são suficientes para o número de pessoas que mora ali.

No caso de empreendimentos construídos em áreas muito periféricas, surge ainda o problema da ausência de serviços para aquela população, já que dentro de um conjunto não é permitido ter áreas comerciais. Além disso, percebe-se que as soluções arquitetônicas são convencionais e se repetem no Brasil inteiro, sem uma adaptação às necessidades regionais da população. Dessa forma, diante de inúmeras falhas fica explicitado a falta de regulação e de diretrizes do MCMV com relação à qualidade e a ele ser adaptado à baixa renda.

Portanto, o ensaio sobre política habitacional e urbanização no Brasil, sinalizou para o fato de que tal política não ter atendido, na íntegra, a seu objetivo maior, isto é, o de solucionar o problema da moradia para a população carente, mas viabilizou a expansão capitalista nas áreas urbanas.

De acordo com o Programa Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Maranhão (PEHIS-MA) (2012), após muitos anos de redução de investimento no setor habitacional, essa política assume papel de extrema importância na tentativa de melhorar o déficit brasileiro de cerca de 5,5 milhões de residências. O país carece de moradia para 4,6 milhões de famílias em áreas urbanas.

Ainda de acordo com o PEHIS-MA (2012), o Maranhão ocupa em termos absolutos, a quarta posição em déficit nacional de habitação, com carência atualmente calculada de 550 mil moradias.

O diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Timon (PLHIS) apresenta o seguinte déficit habitacional do município, embora seja uma das cidades do Maranhão que tem recebido grandes investimentos da escala Federal.

- Déficit Quantitativo em área urbana = 24.095 domicílios
- Déficit Qualitativo em área urbana = 21.126 domicílios
- Déficit Qualitativo em área rural = 2.667 domicílios
- Déficit Qualitativo total = 23.793 domicílios

Na faixa de renda de até 3(três) salários mínimos as unidades habitacionais que são construídas pelo CEF são construídas e depois vendidas às famílias selecionadas. Haverá contribuição mensal do beneficiário com um financiamento em até 120 meses, com prestações mensais de 5% da renda bruta da família, sendo o valor mínimo da parcela de R\$ 25,00.

2.8 Percepção ambiental

O homem, ao separar cultura e natureza construiu um tipo de racionalidade que buscou na razão técnica formas de se separar do ambiente natural, que, na sequência, se materializa

nas diferentes práticas de degradação ambiental e estas, ocorrem principalmente em função do tipo de relação que o ser humano estabelece com o meio ambiente.

Segundo Porto-Gonçalves (2006) toda sociedade, toda cultura cria, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Assim, “o conceito de natureza não é natural, pois é criado e instituído pelo homem” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 23). Sendo assim a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO (1973) ressaltou a importância da pesquisa em percepção ambiental para planejamento do ambiente na proposição de que “uma das dificuldades para a proteção dos ecossistemas naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes, ou de grupos socioeconômicos, que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes”. Hume (2005), afirma que todo conhecimento é percepção. As coisas e os fatos não são reais ou imaginários; os relatos e enunciados sobre eles é que são verdadeiros ou falsos (CHAUÍ, 2000, p. 154)

Sob a ótica de diferentes visões, o meio natural passou a ser fortemente tratado como fonte de recurso para o desenvolvimento científico e econômico partir da Revolução Industrial. Nessa perspectiva, os ecossistemas naturais presentes nos limites urbanos são afetados de acordo com o sentido, a organização, o progresso e a expansão que cada cidade assume. “O potencial destrutivo gerado pelo desenvolvimento capitalista colocou o homem numa posição negativa com relação à natureza” (GADOTTI, 2005, p. 31).

Para Alves (1995), abrangendo os modos de sentir, pensar e fazer dos diversos grupos sociais, a cultura, à medida que engloba práticas e representações, interfere diretamente na percepção humana, onde:

(...) nos discursos dominantes, o tempo e o espaço do sentir passam, cada vez mais, ao ritmo industrial. (...) Onde estão os nossos ritmos naturais básicos (a respiração, o peristaltismo, o batimento cardíaco, os movimentos corporais), nosso contato com os ritmos gerais da natureza (o sol, a lua, as marés, as estações climáticas) e com os ritmos sociais (os rituais que marcam a passagem pelos diversos estágios da vida coletiva e a relação cultura-natureza, por exemplo), neste universo onde o tempo e o espaço estão cada vez mais comprimidos e fragmentados? (ALVES, 1995, p. 12 -13)

As relações humanas com a natureza passam então a ser estabelecidas dentro de uma ótica na qual o meio ambiente permanece restrito ao ambiente físico, “o selvagem” (TUAN, 1980, p. 125), fora de qualquer contato e convívio humano, ou ainda com uma visão romântica de natureza dócil, intocada, em constante equilíbrio.

Dessa forma, o ser humano passa a perder cada vez mais o contato com a natureza, o que, segundo Matarazi (2001) é agravado pelo fato de que nosso desligamento da natureza começa desde cedo, quando a maioria das crianças é obrigada a uma vivência essencialmente urbana. Isso passa a influenciar fortemente a percepção ambiental das pessoas e na sua maneira de compreender os fenômenos naturais e os problemas que envolvem a conservação do ambiente. A construção de uma consciência ecológica é precedida à construção de uma percepção ambiental, de uma vivência junto à natureza. Assim, é preciso resgatar e estimular novos sentidos de percepção do ambiente, buscando a reintegração do ser humano ao meio natural e se encarar como meio ambiente a fim de que uma consciência crítica das relações sociedade-natureza possa emergir, reelaborando novas formas de convívio e de agir (OLIVEIRA e VARGAS, 2009).

A cidade, de acordo com Carlos, é uma realização humana e um fazer-se intenso e ininterrupto, que com o avanço tecnológico, se tornou ponto de concentração da indústria e de grande massa populacional atraindo não só o poder econômico e político, mas também

problemas ambientais urbanos acarretando queda na sua qualidade de vida. As cidades são os locais onde o homem produz o seu maior impacto sobre a natureza (DIAS, 2004).

O desenvolvimento das forças produtivas produz mudanças constantes com modificação do ambiente urbano na condição de valor e de troca. Essas mudanças são cada vez mais rápidas e complexas, gerando novas formas de configuração espacial, novo ritmo de vida, novos relacionamentos entre homem/meio e novos valores objetivos e subjetivos de vida. Na verdade, as relações do ser humano com o ambiente natural se tornaram bem mais complexas depois da criação dos aglomerados urbanos (DIAS, 2004, p. 228)

Em consequência desse papel do homem e dos avanços das forças produtivas, a deteriorização das condições ambientais vem sendo agravada em todo o mundo, que passam a comprometer a vida dos seres habitantes do planeta, dentre eles o próprio homem, como afirma Gadotti (2005):

Pela primeira vez na história da humanidade, não por efeito de armas nucleares, mas pelo descontrole da produção, podemos destruir toda a vida do planeta. É a possibilidade que podemos chamar de era do exterminismo. Passamos do modo de produção para o modo de destruição; teremos que viver daqui para frente confrontados com o desafio permanente de reconstruir o planeta. (GADOTTI, 2005, p. 15)

Sendo assim, a ocupação em massa das cidades que nem sempre possuem uma política habitacional e urbana, contribui para um crescimento desordenado, com destruição desenfreada dos recursos naturais existentes, influenciando diretamente na qualidade de vida de milhões de pessoas. De acordo com Batista (2006), a maioria das cidades não consegue manter um equilíbrio harmônico entre seu crescimento populacional e geográfico com o meio ambiente.

Porém, de acordo com Melazo (2005), a cidade deve ser entendida como espaço integrante da natureza, assim como a natureza também deve ser respeitada e conservada, não sendo tratada através da superficialidade de meros paisagismos ou pela racionalidade do sistema capitalista, dando-lhe valores materiais de venda e compra.

Portanto, para um melhor planejamento e compreensão do ambiente urbano, fazem-se necessários estudos que enfoquem a percepção da população em relação ao meio ambiente, pois no uso cotidiano dos espaços, dos equipamentos e serviços urbanos, a população sente diretamente o impacto da qualidade ambiental (RIO & OLIVEIRA, 1999).

A descrição ou mensuração do comportamento manifesto pelo homem, subordinado a atividades intrínsecas – sentir, perceber, pensar – caracteriza o vínculo entre a Psicologia e outras áreas de estudo (MISIAK, 1964). Neste contexto, o diálogo entre autores constitui em um elemento fundamental no esclarecimento de questões específicas, no avanço das discussões e na construção de relações. (LEFF, 2007).

Os primeiros estudos sobre percepção ambiental surgiram no final da década de 1950 e início da década de 1960, advindos da intensa preocupação global com a temática ambiental a partir da degradação e queda da qualidade de vida - principalmente em áreas urbanas - e de se conhecer e tentar explicar quais eram os valores atribuídos por determinada população ao que se referia sobre as questões ambientais (MENDES, 2006).

No Brasil, o destaque para o desenvolvimento de trabalhos pertinentes a essa área do conhecimento ocorreu a partir dos anos 70, e no ano de 2002 o curso de Engenharia de Produção Civil da Faculdade Brasileira, localizada no Estado do Espírito Santo, criou o Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental – NEPA, que vem desenvolvendo pesquisas com segmentos da sociedade (FILHO, 1992).

Viola (1987), enfatiza que o Brasil passou por um processo acelerado de crescimento econômico nas últimas quatro décadas e que, portanto sofre a crise ecológica, o que levou ao surgimento de movimentos ecológicos no país.

O autor chama a atenção para o fato de que a burguesia brasileira, em geral tem rejeitado o discurso ecológico e mantém o seu padrão de consumo e comportamento selvagem em relação ao meio ambiente e ainda menciona que o que falta no Brasil, além de maior conscientização por parte das elites e do poder público, é uma penetração mais ampla da preocupação ecológica nas classes mais pobres.

A legislação brasileira por meio da lei nº.6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no seu artigo 3º, inciso I, não faz distinção entre ambiente natural e construído, nesse sentido não é possível distingui-los, já que tudo é meio ambiente e, destaca no artigo Art.. Que para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, os conjuntos de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Em relação a essa interação, devemos entender a cidade como um “organismo vivo”, que depende de todos os seus órgãos em bom funcionamento, interligados em um processo de equilíbrio e harmonia. Essa interdependência está relacionada aos aspectos naturais relacionados à reprodução do espaço seja no setor habitacional, comercial, industrial, de lazer, etc. O agente responsável por esse equilíbrio ou desequilíbrio é o homem e suas respectivas ações. Nesse sentido o meio ambiente e o homem tornam-se protagonistas de uma importante relação de interdependência, onde têm como “palco” dessas relações, o meio em que vivem as cidades (MELAZO, 2005, p. 2).

Segundo Ferrara (1999), a linguagem ambiental e a percepção que dela têm os usuários de um local têm sua existência identificada pela observação que capta e registra as imagens e as associa inferencialmente. Por outro lado, a rápida transformação que constitui o signo por excelência da cidade moderna, relativiza em curto espaço de tempo, aquelas imagens.

Em face disto, o estudo da percepção ambiental ganhou importância fundamental, para compreender melhor a inter-relação entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações, julgamentos e condutas (FERNANDES *et al.* 2004, FAGGIONATO, 2005).

Do ponto de vista científico, é interessante notar como o conceito de percepção ambiental tem estabelecido conexões entre teoria e prática, além de se fazer uma reflexão sobre as relações do meio físico-biológico com a subjetividade, própria do ser psicológico e social. A percepção é uma conduta vital, uma comunicação, uma interpretação e uma valoração do mundo (CHAUÍ, 2000, p. 154).

De acordo com Rempel *et al.* (2008), a importância da pesquisa em percepção ambiental para planejamento do ambiente foi ressaltada juntamente com várias organizações multilaterais e governamentais que empreendeu-se num imenso esforço conceitual e metodológico para desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem estar e da mudança social diante do quadro de crescimento do PIB dos países afim de orientar melhor suas ações, proporcionar níveis crescentes de bem estar social, redistribuindo melhor as riquezas geradas e superando as iniquidades do desenvolvimento econômico acelerado.

Para Simão e Tiedemann (1985) “[...] a correta interação do ser humano com o ambiente em que habita depende tanto da percepção dos estímulos nele existentes quanto do preciso julgamento da posição e condições de seu próprio corpo” (SIMÃO E TIEDEMANN, 1985, p. 51). Neste sentido, Tuan (1980, p. 05) apresenta seu conceito de “topofilia”, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Para o autor, percepção, atitudes, valores

e suas consequências – a visão de mundo – devem ser o foco no entendimento da relação homem x natureza e seus respectivos reflexos.

Trigueiro (2003) define percepção ambiental como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo “homem”, ou seja, perceber o ambiente que se está localizado, aprendendo a proteger e cuidar dele da melhor forma possível.

De acordo com Dias Guillen *et al.* (2012), percepção é o processo através do qual os indivíduos interpretam as informações que afetam seus sentimentos e ações, bem como, de outras pessoas. Portanto, não é necessariamente igual à realidade, pois lhe fornece apenas um significado limitado, próprio de cada ser humano. A percepção é construída pela familiaridade – conjunto de experiências vivenciadas pelo indivíduo, sua cultura e habilidade cognitiva. A compreensão do espaço e seu nível de organização são questões circundadas de dúvidas, questionamentos e ponto de vistas distintos. Desta forma, as percepções e respostas de duas pessoas não serão necessariamente as mesmas quando descreverem um mesmo fato.

Segundo o trabalho de Tuan (1980), existem diversas maneiras de perceber as paisagens, de se construir a realidade através de experiências únicas. Ao entrar em contato com o meio ambiente, as pessoas fazem uso dos cinco sentidos em um processo. Associado com os mecanismos cognitivos, ou seja, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Para Morin (2000, p. 20), “[...] todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos”.

Conforme Faggionato (2005), a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência das problemáticas ligadas ao ambiente, ou seja, ao ato de perceber o ambiente em que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Por outro lado, de acordo com Rosa & Silva (2002), a percepção ambiental pode ser definida pelas formas como os indivíduos vêem, compreendem e se comunicam com o ambiente, considerando-se as influências ideológicas de cada sociedade.

Nesta perspectiva Panceri (1997), entende que:

[...] a percepção envolve um ator ativo, pertencente a um determinado ambiente, que constrói e reconstrói suas percepções. Na medida em que suas estruturas de sensibilidade e cognitivas vão se transformando, transforma sua forma de olhar, percebendo os espaços com novas imagens e valores adquiridos com a interação com o ambiente a partir de novas lentes de observação. Assim toda forma de perceber envolve um saber, um relacionar e um agir (PANCERI, 1997, p. 29).

É possível melhorar a percepção do indivíduo através de intervenções quando se verifica que o ritmo natural do ambiente foi mudado em decorrência das necessidades humanas. É importante que o ser humano reveja seus atos e as consequências das degradações ambientais e da má qualidade de vida urbana, por isso quando o indivíduo percebe-se como pertencente a este meio ele poderá se sensibilizar.

Percepção ambiental é uma representação científica e, como tal, tem sua utilidade definida pelos propósitos que embalam os projetos do pesquisador. [...] Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto, uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito (PACHECO e SILVA, 2006, p. 2).

A percepção ambiental diferencia e reúne os segmentos necessários para o entendimento das ciências, intervindo junto a conceitos sócio-ambientais essenciais para a sociedade contemporânea, contribuindo para a construção de uma reflexão que propicie ações interdisciplinares (MIRANDA, 2007).

Para Whyte (1978), projetos que investigam a percepção ambiental contribuem para a utilização mais racional dos recursos naturais, possibilitam a participação da comunidade no desenvolvimento e planejamento regional, o registro e preservação das percepções e dos sistemas de conhecimento do ambiente. Além disso, podem proporcionar uma interação harmônica do conhecimento local (do ponto de vista do indivíduo, da população e da comunidade) com o conhecimento do exterior (abordagem científica tradicional) enquanto instrumento educativo e de transformação.

Ao se estabelecerem relações perceptivas e cognitivas com o espaço urbano é preciso considerar de acordo com Oliveira (2009), os anseios da população: o que quer, o que gosta/não gosta, o que sonha, o que espera do futuro. Os governantes e os planejadores devem partir de baixo para cima. Primeiro fornecer informações dos planos, depois saber das necessidades e vontades da comunidade e assim o planejamento ocorrer de forma conjunta.

Oliveira (2009) considera que, aí que entra a percepção ambiental urbana. Como os indivíduos ou grupos percebem o meio ambiente. De que maneira este meio ambiente era e é visto pela sociedade. Lembrar à própria sociedade que a implantação de uma cidade está sobre um relevo, sobre um solo, constituído de rochas e sedimentos; que antes havia uma cobertura vegetal natural, que abrigava pássaros e animais, insetos e répteis; que as águas drenadas eram limpas e potáveis. Especialmente, em cidades grandes, de proporções metropolitanas, estas lembranças são esquecidas. Só são lembradas quando, após as chuvas torrenciais de verão, os córregos estouram as tubulações e os rios provocam enchentes, cobrando seus espaços para espriarem suas águas atingindo as várzeas, que sempre foram de seus domínios.

Ainda na concepção de Oliveira (2009 p. 25), a autora destaca que:

Precisamos mudar essa maneira de perceber e conhecer a natureza; precisamos reconhecer os direitos da natureza; desenvolver uma consciência pública e individual, insistir na informação básica e na comunicação; e talvez, o mais importante formar atitudes e condutas positivas e afetivas para com o meio ambiente, conduzindo toda a comunidade a reconhecer a topofilia como o elo afetivo fundamental entre as pessoas e os seus lugares.

Em se tratando de percepção ambiental urbana, Oliveira (2009 p. 56), enfatiza também que:

É fundamental prever e organizar áreas recreacionais intra-urbanas. É preciso planejá-las através do tempo do espaço, considerando as dimensões duração e extensão. Sabe-se, perfeitamente, que as áreas recreacionais, quer denominadas parques de diversão, de playground, áreas verdes, campinhos de futebol ou de basquete, são locais onde se pode passar o tempo, se divertir, folgar, sentir prazer ao ar livre. Portanto, elas necessitam de uma concretização no espaço, de uma extensão que comporte os equipamentos de recreação, desde sofisticados aparelhos de diversão até uma simples bola.

Do ponto de vista ambiental, tanto perceptivo como cognitivo, os planejadores e urbanistas ao implantarem uma área verde recreacional, devem considerar a localização, o uso, a finalidade em relação aos cidadãos, moradores ou visitantes da cidade.

Para Davidoff (1993), a percepção implica em interpretação, ou seja, é um processo de organização e interpretação das sensações recebidas para que a consciência do ambiente se desenvolva pelo que nos cerca. Complementando, Soulé (1997) aponta que o envolvimento

com o meio ambiente é fundamental no entendimento de como a mente percebe a natureza, e o fato de cada indivíduo possuir uma “lente” própria lapidada por sua cultura, educação e temperamento as percepções são as mais diversas possíveis, o que permite o compartilhamento do mesmo ambiente de modo pacífico. Segundo Corson (1993), essa característica é imprescindível, uma vez que se todos partilhassem das mesmas percepções, a competição pelos mesmos recursos tornaria a vida em sociedade inexecutável. Tuan (1983) acrescenta que essa relação com o meio ambiente se manifesta por meio de nossas ações, no entanto, é dispensável generalizar normas, justamente pelas diferenças culturais que influenciam a interpretação de cada sujeito em relação ao meio ambiente. Para Simão e Tiedemann (1985) “[...] a correta interação do ser humano com o ambiente em que habita depende tanto da percepção dos estímulos nele existentes quanto do preciso julgamento da posição e condições de seu próprio corpo” (Simão e Tiedemann, 1985, p. 51).

Conforme Ferreira (2001), a percepção ambiental pode ser utilizada para avaliar a degradação ambiental de uma determinada região. Com isso, pesquisas avaliando a percepção ambiental do indivíduo, podem também ser instrumentos educativos e transformadores (SANTOS *et al.* 2000) desde que propiciem as condições para reflexão do próprio indivíduo.

Além disso, a percepção ambiental é fundamental na percepção dos problemas ambientais e se tornam armas na defesa do meio natural e ajudam reaproximar o homem da natureza, garantindo um futuro com mais qualidade de vida para todos, já que despertam maior responsabilidade e respeito dos indivíduos em relação ao ambiente em que vivem, e podem ainda servir de instrumento no monitoramento e controle ambiental. Assim, a população pode atuar fiscalizando ações que devem ser cumpridas por ela mesma e pelos gestores, averiguando se estão sendo feitos ou não de forma correta e quando não, devem atuar exigindo o cumprimento de ações estabelecidas (RODRIGUES *et al.*, 2012).

2.9 História de Timon-MA e seu contexto regional

Acostumados à visão da cidade do presente, poucos atentam para a antiga ocupação do espaço localizado à margem esquerda do rio Parnaíba, e que se constitui como a origem do povoamento de Timon. Segundo Santos (2007, p.24), já havia pessoas habitando “aquelas planuras do leste maranhense, em fazendas como a Gramileira, desde 1760, e Boa Vista, desde o início do século XIX”.

Já Sousa (2005, p.17) defende uma origem um pouco mais recente. Baseada em “testemunho e narrações” de “pessoas interessadas na preservação de nossa cultura, que, com dados adquiridos em diversas informações que armazenaram no percurso de suas existências”, a historiadora timonense situa o início da ocupação da região hoje correspondente a Timon por volta da década de 1820, relacionando-a a um fato relevante na história do Brasil Império, a Confederação do Equador, ocorrida em 1824:

De um grande fato histórico deu-se o início da História de Timon: a Confederação do Equador, revolução encabeçada pelo Frei Caneca a favor da independência do Nordeste em 1824, que, [...] quando o exemplo do castigo dado ao líder intelectual da revolução, Frei Caneca [...] esta execução acendeu o desespero e o medo dos seguidores do movimento, originando fugas precipitadas para os mais diversos pontos do país. Destes fugitivos, três eram egressos da cidade de Flores de Pernambuco [...]. A trilha mais longa que conheciam era a que conduzia para a Vila do Poti Velho, onde o pessoal vinha a procura de gado para levar aos engenhos de Pernambuco [...]. Sabemos que um era o senhor Raimundo Annes, pai dos outros dois, João e Adão [...]. Chegando ao Poti Velho Raimundo Annes, impulsionado pelo medo [de ser denunciado, atravessaram o Parnaíba e] [...] encontraram uma

cachoeira, onde hoje se localiza o Balneário Roncador e, extasiados pela oportunidade, pararam e fizeram sua radicação à terra, acima da cachoeira cerca de 2 Km. [...] Já que se originavam de região açucareira, passaram a fazer o cultivo da cana. Construíram o engenho dando-lhe o nome de “Flores” [...]. Nascia o engenho, nascia a denominação da futura Vila. (SOUSA, 2005, p.17-19).

Apesar da discrepância entre os referidos historiadores quanto à época e os primeiros povoadores, seus relatos sugerem que, muito provavelmente, o fato motivador do povoamento da região foi a implantação de engenhos de cana de açúcar e fazendas voltadas para a criação de gado, ainda nos primeiros anos do século XIX, constituído pelo segundo movimento de urbanizadores do Maranhão.

O surgimento do núcleo urbano do que viria a ser a cidade de Timon, pode ser relacionado às atividades comerciais realizadas entre Aldeias Altas (hoje Caxias), no Maranhão e Oeiras, no Piauí. Segundo Raimundo Santos, em meados do século XIX, à margem do rio Parnaíba havia um ponto de passagem entre os dois estados, denominado Passagem de Santo Antônio.

Segundo Santos (2007, p. 24):

Com a transferência da capital da Província do Piauí, em 1852, de Oeiras para Teresina, na Chapada do Corisco, foi criado um porto – na margem esquerda do rio Parnaíba – diante da sede da nova capital. Esse porto, denominado Cajazeiras, assim batizado por haver inúmeras cajazeiras orlando o rio, impulsionou o transporte fluvial deste povoado, tornando-se um ponto de parada, embarque e desembarque de mercadorias, carnes secas, couramas, solas, algodões, dentre outras e de gentes entre Pastos Bons e Caxias, que antes ocorria na Passagem de Santo Antônio (SANTOS, 2007, p. 24).

Também segundo Sousa (2005, p.20):

Quando da transferência da capital piauiense para Teresina, em 1852, se tinha conhecimento da existência de um porto, onde as pessoas pernoitavam, o qual veio denominar-se Porto das Cajazeiras, às margens do Parnaíba, em frente à capital do Piauí, onde se fez uma pequena povoação que, posteriormente chamava-se São José da Parnaíba para alguns, [...] para outros, a maioria, São José das Cajazeiras [...] (SOUSA, 2005, p. 20).

A transferência da capital piauiense para Teresina, portanto, foi fundamental para estimular o desenvolvimento demográfico, político e econômico do povoado surgido em torno do Porto das Cajazeiras. Segundo o pesquisador Venâncio Lula, apenas três anos após a transferência da capital, o então presidente da província do Maranhão Dr. Eduardo Olímpio Machado:

A 30 de junho de 1855, promulgou a Lei nº 386, elevando à categoria de vila o povoado de São José de Parnaíba, por transferência de São José de Matões [...] [e] justificava a sua lei dizendo que este povoado São José do Parnaíba já possuía umas vinte casas cobertas de palha com algumas de telha, tendo muitos engenhos de cana-de-açúcar, vislumbrando um futuro muito promissor, principalmente por situar-se defronte à recém-fundada capital do Piauí – Teresina, (LULA, 1991, p.09-10).

O documento citado por Venâncio Lula confirma, portanto, tanto a importância do cultivo da cana-de-açúcar quanto da proximidade de Teresina para o desenvolvimento da então Vila de São José da Parnaíba. No entanto, a referida lei foi revogada em 6 de julho de 1863, atendendo às solicitações dos conselheiros municipais de Matões, que argumentavam a falta de infraestrutura do local, “em virtude do povoado não ter uma casa onde pudesse

instalar a Câmara, uma casa para funcionar a cadeia e nem um templo para se fazer orações” (LULA, 1991 p.10).

Os dois registros apresentados por Venâncio Lula ajudam a dimensionar a antiguidade do núcleo urbano do qual Timon se origina, cujas primeiras casas já existiam desde o Segundo Reinado, nos dão indícios da precária infraestrutura do povoado por volta de 1855, e da intensa disputa política travada entre os moradores do lugar e os “conselheiros de Matões” em torno da elevação à condição de vila.

Ainda segundo Venâncio Lula, a contenda só foi resolvida em 22 de dezembro de 1890, já no início do regime republicano, quando o 1º Vice Governador do estado do Maranhão sancionou o Decreto-Lei nº 50, elevando definitivamente o povoado de São José das Cajazeiras à categoria de vila com o nome de Flores. Esta data até hoje é considerada o marco de origem da cidade, servindo de referência para as comemorações de seu aniversário.

No ano seguinte, em 2 de fevereiro, foi sancionado outro Decreto-Lei, nº 61, fixando os limites da vila da seguinte forma:

Pelo lado sul – A começar da Barra da Garapa e os lugares Inchú, Condurú, Brejinho, Entre-Morros e Bonito; pelo lado poente – Bonito, Chapadinha, Tempero, União, Buriti Cortado e Lagoa do Carneiro; pelo lado do norte – Cupim, Baixa Grande, Bebedouro, Araçá, Sítio do Meio, Buriti Bravo e Matapasto (SOUSA, 2005 p.124).

Novo decreto seria sancionado em 1903, aumentando os limites da vila, a partir de então,

Tendo o rio Parnaíba como limite natural, estendeu-o [o limite] rio abaixo, até o lugar onde deságua no Parnaíba o riacho Itaguará, a 100 braças abaixo da localidade Mata-Pasto. E, para o lado de cima até a embocadura do riacho Garapa, na localidade de Varjota, circulando, o limite passava pelo Conduru, Muquém, Morros, Tapera, Bonito, Poções, Buriti Cortado, Cupins, Fazenda Velha, Cavalão Morto, Buritizinho, Santa Rosa e Mata-Pasto. Desta forma a Vila Flores ficou com o seguinte limite: Norte e nordeste: Caxias – Leste: o rio Parnaíba separando-a de Teresina – PI – Sudeste, sul e noroeste: São José dos Matões (LULA, 1991, p.10-11).

Desde a elevação à condição de vila, o núcleo urbano de Flores sofreu transformações visando à melhoria da infraestrutura e o desenvolvimento econômico. Em 1895, deu-se a conclusão da estrada-de-ferro ligando Caxias à Flores. Entre 1903 e 1907 foi construída a Casa da Intendência, “com compartimentos para funcionar a Câmara Municipal e dependências para residências quando estava na sede da vila” (LULA, 1991, p.19), situada onde hoje fica a rua Coronel Falcão. A citação de Lula, associada ao fato que os primeiros governantes da vila eram, em sua maioria, grandes fazendeiros, sugere que, neste período, a principal função da vila era a de sede administrativa e o núcleo urbano servia apenas como local de estada temporária para a elite local.

Entre 1919 e 1922, foi introduzido o serviço de iluminação pública com lampiões a querosene, iniciada a construção de uma nova Casa da Intendência e murado o cemitério São José. Em 1923 foi construído o Mercado Público.

A disponibilização de serviços urbanos, como a iluminação pública, deve ter provocado o desenvolvimento demográfico e político do núcleo urbano, visto que trinta e quatro anos após sua elevação a vila, pela Lei nº 1.139, de 10 de abril de 1924, (SOUSA, 2005, p.127), Flores foi elevada à condição de cidade, mantendo o mesmo nome, até que, em 1943, atendendo a uma contingência do IBGE que buscava renomear cidades homônimas, seu

nome foi modificado para Timon. O novo nome, segundo Venâncio Lula, foi sugerido por Odilo Costa Filho, que:

Batalhou para que o nome da cidade de Flores [...] pelo menos significasse comando, como também homenageasse ao Dr. João Francisco Lisbôa, fundador, em São Luís do Maranhão, em 1853, de um jornal que tinha o nome de Jornal de Timon” (LULA, 1991, p.11).

A localização dos beneficiamentos sugere a existência de uma malha urbana ainda pequena, formada por vias de chão batido (piçarra), cujos moradores tinham suas principais atividades relacionadas a Teresina, visto a construção e manutenção dos portos à margem do rio Parnaíba terem preocupado as autoridades locais a ponto de serem citados pelo cronista como obras importantes nos mandatos de cada intendente.

Durante a restauração do regime democrático brasileiro (1947-1964), continuam as mudanças no sentido de “modernizar” a cidade, o que, na visão de Venâncio Lula, estava relacionado à instalação do serviço de iluminação elétrica (1947-1951) e à construção de novos prédios, como o Posto de Saúde na rua Miguel Simão, o Grupo Escolar Padre Delfino e o matadouro, situado no bairro Formosa (1951-1961); a construção da nova sede da Prefeitura Municipal e ampliação do Mercado Público (1961-1964).

É desta época a origem do bairro Santo Antônio, iniciado a partir da compra e loteamento de suas terras pela Prefeitura Municipal. Hoje região densamente povoada, na década de 1950 ainda era considerada periferia da cidade, assim como o bairro Formosa, visto que o matadouro foi ali implantado para retirar “a matança de gado do centro da cidade” (LULA, 1991, p.22).

Na memória popular, no entanto, foi sob o comando de Napoleão Guimarães, que

CENSOS	POPULAÇÃO (hab.)					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
ANOS	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1950	21.154	100	3.091	14,60	18.063	85,40
1960	28.616	100	7.723	26,98	20.893	73,02
1970	36.893	100	16.195	43,90	20.698	56,10
1980	74.460	100	55.579	74,60	18.881	25,40
1991	107.394	100	90.759	84,50	16.635	15,50
2000	129.692	100	113.07	87,20	16.626	12,80
2007	144.333	100	127.396	88,27	16.927	11,73
2010	155.460	100	135.134	86,93	20.326	13,07

governou, direta ou indiretamente, a cidade de Timon entre 1964 e 1993 que se deu o maior crescimento da cidade. Tendo ganhado as eleições numa disputa acirrada com o grupo político dominante até então, liderado por Padre Delfino, a primeira gestão de Napoleão Guimarães ficou fortemente marcada no imaginário popular e nos mais antigos escritos históricos.

Tabela 2 – Evolução da população urbana e rural de Timon-MA de 1950-2010

Fonte: IBGE – Censos Demográficos do Maranhão 1950/2010

Para Lula (1991, p.24), ele revelou-se:

Um grande administrador, ao ponto dos jornais da época o terem cognominado “Prefeito de Arromba” e outro, parodiando a história francesa, escreveu “Timon tem dois lados históricos, um antes e outro depois de Napoleão”, neste primeiro mandato – 1966-1969.

Também para Sousa (2005 p.37-38):

A administração de Napoleão Guimarães constitui-se um marco na história de Timon, pois nela se iniciou a face mais progressiva da vida do município que verdadeiramente tornou-se um canteiro de obras, sendo as principais: Escolas José Sarney [...], Serviço de abastecimento d’água com criação da autarquia municipal Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE.

Segundo Santos (2007), o crescimento urbano e demográfico que se inicia em Timon por volta da década de 1960 se insere num contexto de crescimento das cidades ocorrido em todo o Brasil. Na tabela 2, mostra a evolução da população urbana e rural de Timon de 1950-2010 (IBGE, 2009).

Seguindo a dinâmica brasileira, em Timon a década de 1980 também é marcada pelo crescimento populacional – atestado pela realização de obras visando à melhoria da infraestrutura de bairros considerados até então periféricos, como a construção de 8.000 m² de calçamento e de dois bueiros para dar acesso ao Conjunto Boa Vista e a recuperação do Posto Fiscal de Timon, no bairro Parque Alvorada – e de vários problemas urbanos dele decorrentes. Daí a necessidade de novas obras, para atender à crescente demanda por serviços públicos de saúde, educação e moradia, como sugere o texto de Venâncio Lula ao citar as obras realizadas por Napoleão Guimarães entre 1983 e 1986:

Aproveitando o que existia, comprou os terrenos e construiu seis chafarizes com bombas possantes e 20 torneiras cada. Recuperando os quatro já existentes, eram 10 chafarizes, aliviando muito o problema de falta d’água, notadamente aos moradores da periferia da cidade (LULA, 1991, p.28) [grifo nosso].

Assim como os problemas de infraestrutura, o crescimento populacional foi acompanhado do agravamento das discussões em torno da Segurança Pública. Segundo matéria do Jornal O Dia, de 5 de dezembro de 1984,

Moradores do bairro Santo Antônio, em Timon, denunciaram a existência de quadrilhas de marginais naquele bairro e que constantemente estão em atrito. Recentemente integrantes de uma “gang” de assaltantes se desentenderam e houve na ocasião um grande tiroteio. Os moradores do bairro Santo Antônio estão apavorados, pois é inútil solicitar providências da Polícia de Timon, que não está se preocupando em solucionar ou apurar as denúncias que são feitas na Delegacia daquela cidade. Vários moradores já deixaram suas casas e passaram a residir na Zona Centro de Timon, temendo serem assassinados. Os bandidos atuam livremente e alguns deles chegam a conversar e dar dinheiro a policiais para não serem presos. Um abaixo-assinado será encaminhado para o secretário de Segurança do Estado do Maranhão solicitando providências contra a atuação de quadrilhas de marginais que se refugiam em Timon e durante a noite atuam livremente, arrombando residências, assaltando e puxando carros (O DIA, 5-dez-1984, p. 12).

De acordo com Santos (2007), em Timon, o desenvolvimento urbano se deu devido à proximidade com a capital piauiense e alcançou uma grande proporção a partir da década de 1960, quando aquela urbe do leste maranhense passou a acompanhar a onda nacional de deslocamento da população do campo para as cidades.

O espaço urbano de Timon, desde a formação do povoado até o início da década de 1960, resumia-se ao atual centro da cidade, contando apenas com algumas funções administrativas do governo municipal, além de poucas atividades religiosas e um incipiente comércio de gêneros alimentícios. A cidade não possuía calçamento até a década de 1960 as casas eram dispersas, e as ruas, sem nenhuma urbanização, eram cobertas de mato, o que tornava difícil distinguir o campo da cidade (LULA, 1991).

A cidade era um aglomerado humano sem saneamento básico, portanto, só começou a se urbanizar a partir da década de 1960. No governo de Napoleão Guimarães (1966-1969), deu-se início ao desenvolvimento urbanístico de Timon, com a pavimentação de algumas ruas e do saneamento básico. Além dessas “medidas elementares”, a população de Timon era carente de áreas de lazer propícias para o encontro dos cidadãos. Então, foi construída, na segunda metade da década de 1960, a praça São José, em frente à Igreja- matriz de mesmo nome, no centro da cidade.

Com a construção da praça, os timonenses passaram a desenvolver várias práticas de sociabilidade – conversar com os amigos, namorar e brincar, as quais se acentuavam quando havia os eventos públicos, como os festejos de São José, que reuniam milhares de pessoas (SANTOS, 2007).

De 1980 em diante, a tendência demográfica em Timon tem apontado para um constante crescimento populacional, que tem sido acompanhado da ocupação dos espaços vazios da cidade e com a aplicação de obras que têm favorecido a valorização dos terrenos. A população de baixa renda tem se deslocado para as áreas periféricas, buscando novos espaços que sirvam como solução à sempre crescente demanda por habitação.

O município não possuía esgotamento sanitário e somente a partir do ano de 2008 foi iniciada sua implantação, de forma bastante lenta. Grande parte da população utiliza fossas sépticas e a maioria dos domicílios lança as águas servidas diretamente nas sarjetas, o que, em alguns bairros, configura um quadro potencialmente danoso à saúde pública.

Atualmente, o sistema municipal de abastecimento de água da cidade foi privatizado para um período de dezoito anos, a empresa denominada de AGUAS DE TIMON, pretende investir na qualidade do serviço prestado a população. Antes, este serviço era de responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, que abastecia a população através de uma rede de 51 poços artesianos.

O crescimento desordenado, aliado à não existência de infraestrutura e saneamento, a ausência de políticas públicas em relação aos espaços livres de lazer e vivência sociocultural e ambiental, contribuem para os efeitos negativos na qualidade de vida da cidade, historicamente percebidos no urbanismo de Timon. Essa negligência se percebe claramente também, ao analisar o Plano Diretor da cidade, pois, no que se refere o acesso aos serviços e equipamentos urbanos, as diretrizes e objetivos são generalistas e pouco específicos quanto a realidade local, e com relação as questões de Meio Ambiente, nem se quer são tratados no Plano (RELATÓRIO 21, 2009).

Para Rolnik (2000), a falta de qualidade de vida urbana é apontada como a responsável pelo estresse dos cidadãos, pela deterioração que assola as cidades nesse século. Infelizmente não é possível, hoje imaginar o lazer como vida simples, algo oposto ao trabalho, quando o lazer é reduzido ao consumo de mercadorias de prazer, mercadorias culturais e mercadorias

turísticas.

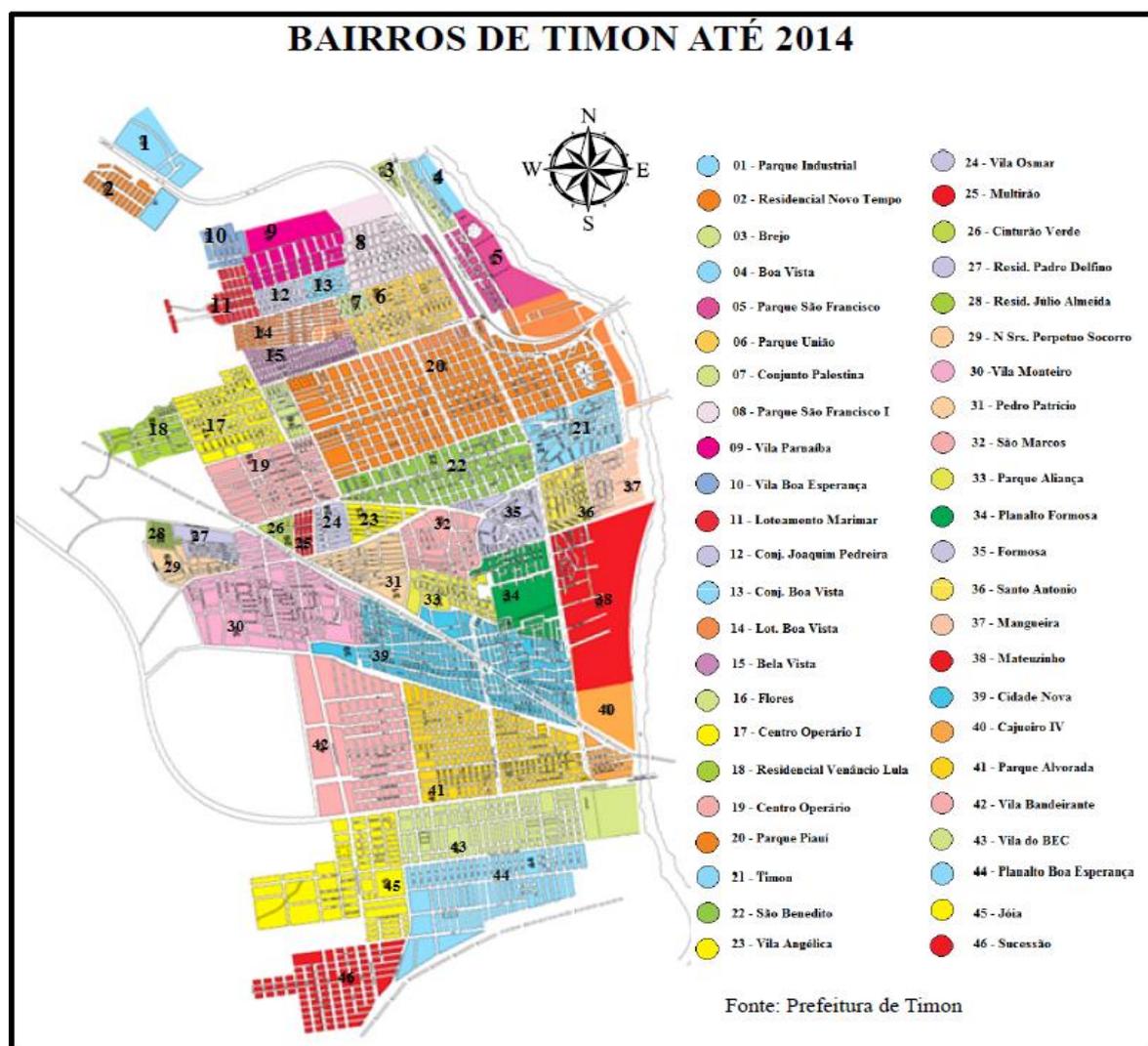
Dessa forma, sem nenhum critério, muitos terrenos estão sujeitos a construções onde não é observado nenhum requisito básico de conforto, segurança, higiene e lazer no ambiente urbano, tornando assim, o parcelamento do solo de Timon, composta por um grande número de pequenos agrupamentos, não muito densos, separados por grandes vazios urbanos que não ocorrem apenas em função de terrenos não loteados, principalmente por conta da falta de infraestrutura. Nas áreas urbanas, mais planas, ao sul e sudeste da malha urbana, é muito frequente a imagem de ruas abertas, com a regularidade que denuncia a existência de um loteamento formal, apresentando, no entanto, grandes extensões desabilitadas. Mesmo nas áreas mais densas, a ocorrência de terrenos baldios é muito significativa, de acordo com Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon, (AGENDA 21, 2002).

De acordo com Silva (2010), Timon é de modo geral favorável à ocupação urbana, com declividades baixas ou moderadas, caracterizando três setores bem típicos e nitidamente diferenciados. Próximo às margens do Rio Parnaíba, onde se apresentam trechos completamente planos e com cotas médias a 60,00m, podem ocorrer inundações nas cheias sazonais do rio. Após esta área, o terreno urbano apresenta um aclive suave, sem transições bruscas, até próximo dos limites da área urbana, genericamente com elevações entre as cotas 100,00m e 110,00m, livres de inundações. Nas atuais fronteiras de expansão, onde o padrão de loteamento é menos rigoroso, já se observam muitas ocupações em áreas pouco favoráveis, acidentadas, sujeitas a erosões e com grandes descontinuidades topográficas, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon, (AGENDA 21, 2002).

De acordo com Silva (2010) em 2007 a cidade, já contava com 29 bairros: Sucessão, Vila do Bec, Parque Alvorada, Cajueiro, Cidade Nova, Vila Bandeirante, Mutirão, Vila Osmar, Vila Angélica, São Marcos, Formosa, Mateuzinho, Santo Antonio, Centro, São Benedito, Parque Piauí I, Parque Piauí II, Centro Operário, Flores, Bela Vista, Marimar, Residencial Palestina, Loteamento Boa Vista, Joaquim Pedreira, Conjunto Boa Vista, Loteamento Karina, Parque União, Parque São Francisco I, Parque São Francisco II e Pedro Patrício; alguns dos quais representam exemplo marcante do recente e intenso processo de ocupação, reprodução e remodelação do espaço urbano.

De acordo com a Prefeitura de Timon até 2014, o município passou a compreender um total de 46 bairros: Parque industrial, Brejo, Boa Vista, Parque São Francisco, Parque União, Conjunto Palestina, Parque São Francisco I, Vila Parnaíba, Vila Boa Esperança, Loteamento Marimar, Conjunto Joaquim Pedreira, Conjunto Boa Vista, Loteamento Boa Vista, Bela Vista, Flores, Centro Operário I, Residencial Venâncio Lula, Centro Operário, Parque Piauí, Centro São Benedito, Vila Angélica, Vila Osmar, Mutirão, Cinturão Verde, Residencial Padre Delfino, Residencial Júlia Almeida, N. Sr^a. Perpetuo Socorro, Vila Monteiro, Pedro Patrício, Parque Aliança, Planalto Formosa, São Marcos, Formosa, Santo Antonio, Mangueira, Mateuzinho, Cidade Nova, Cajueiro IV, Parque Alvorada, Vila Bandeirante, Vila do Bec, Planalto Boa Esperança, Jóia, Sucessão e Residencial Novo Tempo, mediante consta na figura 2. Porém, vale ressaltar que, alguns tiveram sua origem com a formação de assentamentos com característica marcante da ocupação de áreas da cidade com inexistência de uma legislação específica definindo critérios de utilização do solo como também a falta de um Código de Obras, Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon, Agenda 21 (2002).

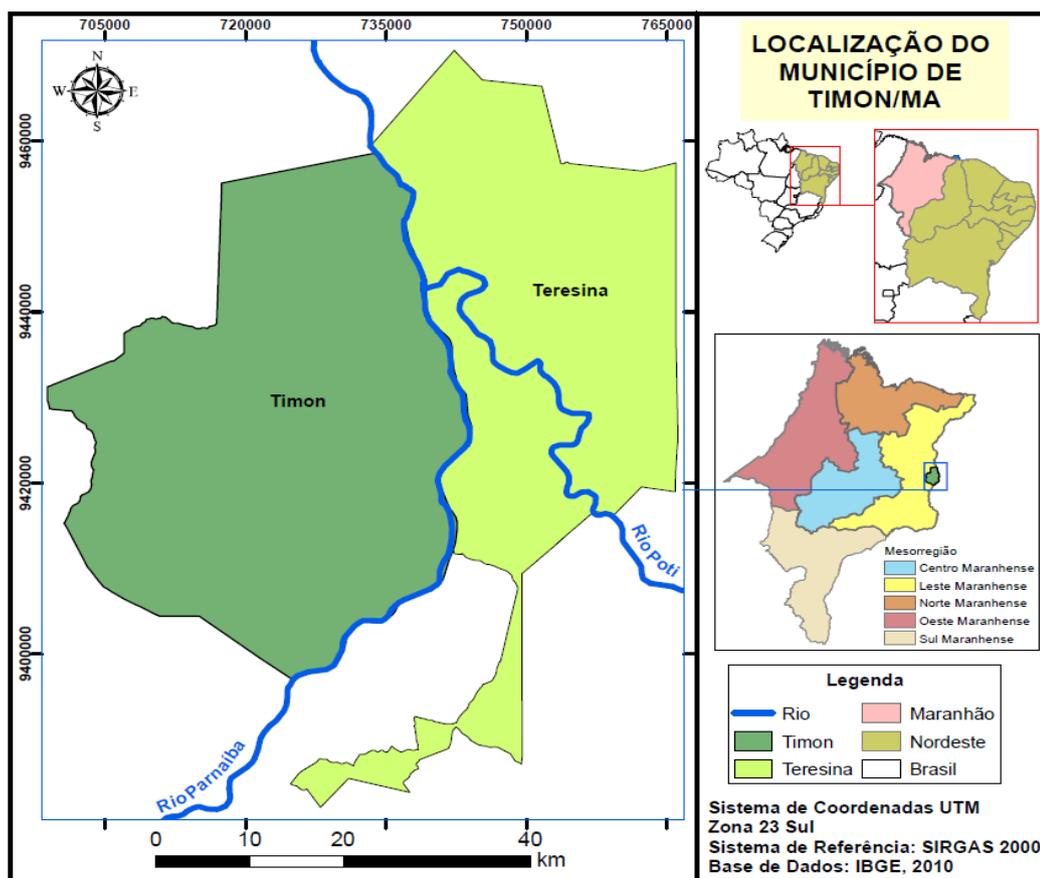
Figura 2- Bairros de Timon até 2014



Fonte: Prefeitura de Timon

Ainda de acordo com a Prefeitura de Timon, a partir de 05 de Dezembro de 2014, a Lei Municipal Nº 1940 entrou em vigor, essa lei denomina e delimita hoje os bairros do município de Timon-MA componentes da área urbana, estabelecidos através desta lei, conforme descrição e figura 3 dos quais se destacam: Centro, Mangueira, Santo Antônio, Formosa, Planalto Formosa, Parque Aliança, Mateuzinho, Cajueiro, Parque Alvorada, Vila do Bec, Jóia, Vila, Bandeirante, Cidade Nova, Mutirão, Flores, Bela Vista, Marimar, Boa

Figura 4 – Localização do município de Timon – MA



Fonte: IBGE, 2010

De acordo com o Plano Participativo de Governo de Timon (2013/2016), o município está classificado, segundo tipologia municipal do Observatório das Metrôpoles, como: E – Aglomerado e centro regional N e NE, isto é, municípios com baixo estoque de riqueza natural, porém com grande importância regional. São cidades pólo em regiões menos urbanizadas, e situadas de menor dinamismo.

Ainda de acordo com esse plano, o território do município de Timon é modelado em rochas sedimentares permianas (formação pedra de fogo) e cretáceas (formação do Itapecuru), com predomínio de arenitos, possui relevo dissecado em formas tabulares com topografia plana e suavemente ondulada, destacando-se, na porção ocidental, a serra Valentim, composta de arenitos cretáceos. As cotas altimétricas oscilam de algumas dezenas de metros a 200 metros. Descreve-se ainda que a rede hidrográfica é constituída pelo rio Parnaíba, que serve

de limite natural com o estado do Piauí, e por seus afluentes, os riachos Itagurara, Pinto, Gameleira, Seco, Riachão, Barra e garapa. Destaca-se, ainda, os riachos Bacaba e Poção, estes pertencem à bacia do Itapecuru.

Ainda de acordo com o Plano Participativo de Governo de Timon (2013/2016), a vegetação do Município era constituída, originalmente, por duas formações: uma florestal, tropical, mesófila - floresta estacionária com babaçu, e outra, não florestal, semidecídua xeromorfa - cerrado caracterizada pela presença de mangaba e paus-terra. A atividade extrativa predominante é a da amêndoa do babaçu, além da pecuária extensiva e das lavouras cíclicas, notadamente no vale do Parnaíba, que alteraram significativamente a cobertura vegetal primitiva. Entretanto, essa vegetação caracteriza-se por ser transicional entre a caatinga, o cerrado e a floresta (BANDEIRA, 2013, p. 34).

Com relação ao clima, é definido como clima tropical megatérmico, sendo um dos mais quentes do Brasil, e subúmido do tipo seco. Os totais anuais predominantes das chuvas situam-se em torno de 1.300mm, porém a distribuição destas é muito desigual ao longo do ano.

Sobre os solos do município, é predominante a associação de solos geralmente profundos, bem drenados, baixa fertilidade natural, apresentando-se bem desenvolvido, ácido e bastante poroso (latossolo vermelho-amarelo associado a areias quartzosas) (PLANO PARTICIPATIVO DE GOVERNO DE TIMON, 2013/2016, p.16).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Com relação à metodologia da pesquisa, utilizada neste trabalho, seu arcabouço metodológico foi baseado na dialética sistêmica por ser condizente com as ciências humanas, de caráter social e ambiental e ainda por apresentar-se como metodologia mais conveniente para esse tipo de ciência, uma vez que revela e agrega, ao meio e aos fatos, os fenômenos históricos. Assim,

Consideramos a dialética a metodologia mais conveniente para a realidade social, ao ponto de a tomarmos como postura metodológica específica para essa realidade no sentido em que não se aplica à realidade natural, porque esta é destituída do fenômeno histórico subjetivo (DEMO, 1995, p. 88).

Esta pesquisa, de acordo com Gil (2002), trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e um estudo de caso, por se tratar de uma pesquisa social e envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiência práticas com o problema pesquisado, com descrição de suas características e ainda estabelecimento de relação, neste caso, a percepção dos moradores sobre os espaços livres do Residencial Novo Tempo em Timon-MA. A pesquisa conta ainda com a utilização de técnica padronizada de coleta de dados, tais como questionário.

Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2002, p.42).

Para obtenção dos dados necessários às análises, foram realizadas entrevistas numa modalidade de amostragem qualitativa com 11 moradores, onde obtivemos riquezas de detalhes na descrição do objeto de estudo pelos entrevistados, na qual se constituem de grande importância nesta pesquisa, por maior aproximação na resposta da problemática e dos objetivos propostos.

Para a realização deste trabalho foram realizados os seguintes procedimentos listados a seguir:

3.1 Pesquisa bibliográfica

Foi realizada através de um amplo levantamento de acervo bibliográfico disponível nas bibliotecas das universidades e centros de pesquisas como também em internet, contemplando livros, teses, dissertações, periódicos dentre outros, envolvendo aspectos relacionados às questões pertinentes a cidade, urbanização, lazer urbano, habitação e espaços livres.

Com relação às questões da organização espacial e urbanização de Timon, foram coletadas informações junto as Secretarias de Planejamento Municipal (SEPLAM), Secretaria de Habitação e buscou-se os autores: LULA (1991), SOUSA (2005), SANTOS (2007) e SILVA (2010).

3.2 Pesquisa documental

Foram analisados documentos que tratam do espaço urbano de Timon, disponíveis na SEPLAM e no site da prefeitura municipal disponível na web: Plano diretor, Lei orgânica, Denominação e limitação de bairros de Timon, Código de obras e edificações e dá outras providências, Lei construção e reconstrução de muros e calçadas e dá outras providências, Código de Postura, Lei do Parcelamento do Solo, Relatório N° 21 do Plano Diretor de Timon.

3.3 Análise de figuras

Com intuito de compreender a dinâmica do uso do solo urbano de Timon e a existência de espaços livres no Residencial Novo Tempo, buscou-se, a elaboração de uma cartografia detalhada de mapas-sínteses, onde se destacou, através da cobertura vegetal e uso do solo em diferentes décadas, na identificação dos Espaços Livres na evolução urbana da cidade e em especial a existência ou não no Residencial Novo Tempo. As figuras foram captadas nos seguintes anos: 1985 (sensor L1-5 MSS), ano 1995 (sensor L4-5 TM), 2000 – 2010 (Sensor L 7ETM+ SLC-off), 2013 e 2015 (Sensor L8 OLI/TIRS).

Os dois mapas aqui apresentados, da divisão de bairros de Timon, foram cedidos pela equipe responsável pelo trabalho de denominação e delimitação urbana da cidade junto a (SEPLAN) de Timon. Os demais mapas do Maranhão, assim como as informações do respectivo estado foram pesquisados em teses, institutos, atlas e relatórios de divulgação como: IMESC, EMBRAPA, PEHIS-MA, IBGE, ANUÁRIOS e dentre outros.

Com relação aos planos urbanos elaborados para a cidade de Timon, embora alguns documentos se encontram defasadas para o atual contexto e tímidos em relação as melhorias urbanas, ambientais e principalmente aos espaços livres de lazer e vivência sociocultural, tornou possível compreender a organização espacial do solo urbano da cidade de Timon, e ainda conhecer as ações do poder público para possibilitar o acesso da população a essas áreas. Este estudo também abrangeu matérias jornalísticas referentes aos espaços do Residencial Novo Tempo na cidade de Timon-MA.

3.4 Coleta de dados

A pesquisa de campo foi estruturada envolvendo as seguintes etapas:

- Aplicação de questionários destinados aos moradores, combinados com perguntas abertas e fechadas (RICHARDSON, 2012, p. 193). As perguntas fechadas destinadas a obter informação sócio-demográfica do entrevistado (sexo, escolaridade, idade dentre outras) e respostas de identificação de opinião (sim – não, dentre outras), e as perguntas abertas, foram destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistador em relação ao objeto de estudo.

Em geral, o questionário estava organizado de modo semi-estruturado, deixando espaço para que o entrevistado pudesse se estender sobre outros aspectos que lhe parecessem relevantes com relação ao tema proposto. Os indivíduos foram escolhidos aleatoriamente, observando apenas ter um público diversificado em faixa etária e sexo, com o intuito de compreender a percepção deles com relação aos espaços livres existentes no residencial Novo Tempo em Timon (MA). As pessoas foram abordadas e questionadas se gostariam de colaborar com a pesquisa.

- Foram feitos registros fotográficos dos espaços livres do residencial durante o processo de coleta de informações. Esses registros permitiram avaliações e comparações junto às informações colhidas aos entrevistados.

- Logo após a pesquisa de campo, iniciou-se a digitação dos dados na planilha Excel, para a formatação e processamento do banco de dados.

O procedimento das entrevistas aportou um material valioso para o trabalho, já que permitiu relacionar características físicas, foco das análises, com as realidades sociais e culturais do caso de estudo referentes aos espaços livres, além de contribuir para sua validação.

Durante a realização desta pesquisa, surgiram alguns entraves para a coleta de dados. O principal foi a falta de informação sobre o residencial Novo Tempo junto ao poder público, pois, trata-se de um conjunto habitacional recém construído na administração municipal passada e adversário ao atual governo, no qual dispõe de escassos documentos e informações desconstruídas.

As análises dos dados estão organizadas, primeiramente abordando a análise dos dados referente ao aspecto socioeconômico dos entrevistados, em seguida temos as análises da percepção dos entrevistados em relação aos espaços livres do Residencial Novo Tempo-MA.

Para analisar o objeto da dissertação, os espaços livres no Residencial Novo Tempo-MA do PMCMV, foi necessário primeiramente compreender o contexto em que eles estão inseridos para o entendimento da região em estudo. Desta forma, procurou-se descrever seus aspectos gerais nesse capítulo.

3.5 Estudo de caso: Residencial Novo Tempo do MCMV em Timon-MA.

Em relação ao PMCMV, Timon possui quatro residenciais: Residencial Novo Tempo, Residencial Padre Delfino I e II, Residencial Primavera, Residencial Júlia Almeida e Residencial Novo Jóia. Entretanto, esses residenciais possuem várias complexidade que vão desde a relação de situação fundiária, referente a localização, como problemas socioambientais decorrentes e ainda de estrutura urbana. Entretanto, eles abrigam um grande número de moradores de baixa renda, que por falta de oportunidades em adquirir um imóvel nas áreas com melhores estruturas da cidade, se vêm obrigados a conviver com esses problemas diariamente. Todos os residenciais do PMCMV de Timon estão localizados em áreas periféricas, mas com grande valorização dos terrenos.

Para este estudo de caso, foi selecionado o Residencial Novo Tempo, atualmente o maior da cidade e pertence ao bairro denominado Boa Esperança, aprovado recentemente a partir da nova Lei de Denominação e Delimitação dos bairros de Timon (MA), (Lei 194 de dezembro de 2014). O residencial Novo Tempo fica localizado em uma área considerada de grandes investimentos, tantos privados quanto públicos na proximidade da Rodovia Federal 316 no trecho Timon (MA)/ Caxias (MA).

Este bairro limita-se de acordo com a Lei 194 de dezembro de 2014 com os seguintes bairros: AO NORTE: Avenida Francisco Carlos Jansen, do Morro do Mangal até o perímetro urbano. AO SUL : 1. Rua H, da avenida Francisco Carlos Jansen até a rua 16; 2. Rua 06, da rua 16 até a rua 01; 3. Rua 08, da rua 01 ao perímetro urbano. AO LESTE: 1. Rua 16, até a rua 06 a rua II; 2. avenida Francisco Carlos Jansen, da rua H, até o morro do Mangal. AO OESTE: 1. Rua 01, da rua 06 até a rua 08; 2. limite do perímetro urbano, da rua 08 até a BR 316. E está localizado a cerca de 8 km de distância do centro da cidade que, conseqüentemente acentua diversos problemas urbanos de degradação ambiental como: desequilíbrio moradia e emprego, desperdício da infraestrutura urbana já existente, impactos ambientais do processo de espraiamento urbano (lixões ou terrenos baldios inseguros) e exclusão da garantia de localização adequada para todas as classes sociais, principalmente a população de baixa renda (ROLNIK, 2010, p. 10).

O processo de construção do residencial foi feita através de duas etapas: a 1ª etapa iniciou-se em 12/03/2010 com a construção de 1000 residências. A 2ª etapa em 11/08/2010 e sua conclusão se deu em 13/09/2011 com a construção de mais 1000 residências, que teve sua entrega aos moradores contemplados em julho de 2011. Na categoria de deficientes físicos foi destinado 60 casas, a categoria de idosos 60 casas e na categoria geral 1880 casas. Cada casa contém em sua estrutura original dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro e uma área de serviço, em um total de 36 m².

De acordo com a Lei Municipal N° 1599 (20 de Novembro de 2009), o Poder Executivo de Timon autorizou, através da Secretaria Municipal de Planejamento a conceder Licença à empresa Canopus Construções Ltda, para a execução do parcelamento do solo urbano no Município de Timon-MA.

Em seu parágrafo único, a Lei estabelece que: “O parcelamento do solo urbano, que trata o caput deste artigo servirá para o loteamento denominado Residencial Novo Tempo, data São Miguel, neste município” (LEI MUNICIPAL N° 1599, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009).

Esta Lei estabelece ainda, em seu inciso 1º que, as obras de infraestrutura pública como: arruamento, demarcação dos lotes, meio-fio, pavimentação poliédrica, rede de distribuição de água e esgoto, rede de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública serão realizados pela construtora.

De acordo com o Regulamento do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), está estabelecido na Seção II, artigo 5º incisos I, que com relação à localização do Terreno este, deve estar na malha urbana estabelecida no Plano Diretor, II – Deve estar em adequação ambiental do projeto, III – Infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, abastecimento de água e energia, e IV – Existência ou compromisso do poder público local de instalação de serviços relacionados à educação, saúde, lazer e transporte público (BRASIL, 2009).

A despeito do regulamento estabelecido do PNHU, a situação atual que o residencial se encontra é: está localizado na malha urbana, porém, cerca 8 km da área central que para a realidade de uma pequena cidade, isso desencadeia problema de demanda de transporte público; com relação a infraestrutura básica possui: pavimentação asfáltica nas vias, abastecimento de energia com iluminação da concessionária Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, abastecimento de água pela empresa Águas de Timon, embora a água seja de má qualidade², a água de pia e chuveiro são depositadas diretamente nas sarjetas das ruas, esgoto lançados em fossa séptica, insuficiente demanda de transporte público e ausência de equipamentos básicos de lazer e vivência social como: praças, parque, áreas verdes, calçadas, dentre outros.

Com relação a outros equipamentos urbanos obrigatórios de responsabilidade do poder público, conforme descreve o PNHU, o residencial dispõe de: 1 posto de saúde, 1 creche e em fase de construção uma escola de ensino fundamental.

Todo o residencial Novo Tempo é caracterizado por habitação multifamiliar horizontal, com 2000 casas com área total de 460.000 m². A área central do residencial possui 16.000 m² e estão destinados aos equipamentos urbanos e cada lote padrão possui as medidas de 8 x 20 (160 m²).

A violência também é algo preocupante, a presença da polícia não é constante, e nem possui um posto policial no residencial, e isso causa muita insegurança para os moradores e

² Água em condição imprópria ao consumo humano devido ao alto teor de salinidade das rochas do lençol freático dos poços tubulares

infelizmente os furtos tem se tornado constante. Outro problema vivido pelos moradores do Residencial Novo Tempo está relacionado ao acesso ao residencial, que só pode ser feito através da Rodovia 316, um trecho de fluxo intenso de veículos leves e pesados, o que tem causado vários acidentes próximo ao local após a construção do Residencial Novo Tempo. Não existem redutores de velocidade e o local é pouco iluminado à noite, por isso o trecho é bastante perigoso para veículos e pedestres, nem possui outra via de acesso que ligue o Residencial ao centro da cidade.

Embora não defina os instrumentos e nem os programas específicos de urbanização, o Plano Habitacional de Timon está tratado no Plano Diretor do município que tem como objetivo principal no Art. 19:

(...) o déficit de moradias, melhorar as condições de vida e de habitabilidade da população, sobretudo a de menor poder aquisitivo, inibindo a ocupação desordenada e implementando medidas que garantam o atendimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

O poder executivo da cidade de Timon, através da câmara municipal, aprovou a da Lei Municipal Nº 1578 de 03 de setembro de 2009, que, destina-se, a regulamentar as Zonas de Especial Interesse social e criar o Plano Habitacional de Interesse Social, que compreende o Programa de Regularização Fundiária e o Programa de Produção de Lotes e de Habitação Popular, em atendimento ao disposto nos artigos 19, 20 e 21, do Plano Diretor da cidade, fixando normas para propiciar às famílias, com menor poder aquisitivo, acesso a terra urbanizada e moradia digna.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando, a importância dos dados geográficos e da necessidade de manipulá-los com maior facilidade, neste item utilizou-se o uso das geotecnologias no auxílio da elaboração de representações temáticas no estudo da dinâmica de paisagem dos Espaços Livres urbanos de Timon (MA).

A partir da interpretação das figuras com o uso de Sistema de Informação Geográfica - GIS foi possível identificar e delimitar os Espaços Livres da cidade de Timon. Para análise neste item, os Espaços Livres são definidos como terrenos não-edificados (FARIA, 2011).

As figuras de 5 a 9 mostram a ocupação e as áreas livres urbanas no município de Timon-MA, nos anos de 1985, 1995, 2005, 2010 e 2015. Conforme as figuras, percebe-se que nos últimos 30 anos, Timon, vem passando por um considerado processo de adensamento, expansão - motivado pela realização de algumas obras, visando à melhoria da infraestrutura de bairros considerados até então periféricos com ocupação dos espaços vazios da cidade - e vários problemas urbanos dele decorrentes. Segundo o IBGE, em 1980 a população timonense era de 74.460 habitantes e no ano de 2010 foi para 155.460 (IBGE, 2010), ou seja, houve crescimento populacional de mais de cem por cento. Na década de 1980, a população urbana era de 74% e 26% rural. Seguindo a média nacional, Timon conta hoje com, 87% de sua população urbana e apenas 13% da população rural. Esses números populacionais podem justificar o adensamento da mancha urbana nas respectivas figuras.

Porém, apesar de todo o crescimento populacional e conseqüentemente da mancha urbana, Timon, segue a mesma lógica do crescente processo de urbanização aliado ao desenvolvimento desordenado que configura um cenário de irregularidades tanto na constituição do espaço urbano como em seus aspectos socioambientais. Como se percebe na figura 10, o município cresce mais adensado em volta do centro e ao mesmo tempo se espraia com formação de algumas ocupações irregulares seguidos por longos vazios urbanos. Essas ocupações são formadas, em sua maioria, por população de baixa renda, que, em geral, não tem acesso à habitação formal.

Algumas dessas ocupações surgiram sem controle ou critério, e os moradores destes locais vivem em situação de insegurança, não têm título de propriedade, não podem acessar linhas de crédito para realizar melhorias na sua moradia e, muitas vezes, não contam com serviços básicos como distribuição de água, energia elétrica e saneamento.

De acordo com o Estatuto das Cidades, no artigo 182, fica estabelecido que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir qual deve ser o uso e as características de ocupação de cada porção do território municipal. Portanto, a análise que se segue sob a expansão urbana de Timon, se dará na perspectiva de seu Plano Diretor, em relação ao que ele prevê sobre o ordenamento do espaço urbano da cidade, conforme as figuras 5 a 10, onde se percebe que de modo geral é desordenada.

O Plano diretor Participativo de Timon foi aprovado pela câmara municipal, em outubro de 2006 (Lei Municipal Nº 1384, de 10 de Outubro de 2006). De acordo com este Plano, ele é resultado do trabalho coletivo efetivado pelos Poderes Executivo e Legislativo, bem como dos vários segmentos representativos da sociedade timonense, no sentido de dotar o município de regras e critérios de desenvolvimento que garantam o exercício da função social da cidade e da propriedade e a consolidação da cidadania através da participação social, obedecidos os preceitos legais estipulados pela legislação Federal, Estadual e Municipal.

O Plano Diretor estabelece os seguintes objetivos: Garantia do pleno desenvolvimento das funções da cidade e o pleno uso da propriedade dentro dos limites da Lei; A preservação do meio ambiente e da cultura; E o desenvolvimento socioeconômico do Município.

Ainda neste mesmo documento é estabelecido em seu complemento, os seguintes instrumentos normativos da política de desenvolvimento e ordenação territorial: Lei do Parcelamento do Solo; Lei do Uso do Solo; Lei de Ocupação do Solo; Código de Obras e Edificações; Código de Postura; Lei de Preservação Ambiental e a Lei de Preservação do Patrimônio Cultural. Destas mencionadas, só se localizou as seguintes: Lei do Parcelamento do solo (Lei Nº 934, de 11 de Dezembro de 1991); Código de Postura (Lei Complementar Nº 028, de 15 de Dezembro de 2014); Código de Obras e Edificações (Lei Complementar Municipal Nº 033, de 17 de dezembro de 2015). Com relação à Lei de Preservação Ambiental e a Lei de Preservação do Patrimônio Cultural, estão contidas na Lei Orgânica Municipal (revista e atualizada até 20/12/2013).

O Plano também menciona as diretrizes do desenvolvimento do município como: ordenação do crescimento do município, em seus aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e administrativos; racionalização do uso do solo com distribuição da infraestrutura e serviços públicos; urbanização e regularização fundiária e a titulação de áreas para moradores de baixa renda; destinação de áreas às atividades agrícolas; criação das áreas especiais de interesse social; saneamento e programas de habitação; implementação de áreas de lazer e recreação nos diversos bairros e localidades; definição do sistema de transporte público integrador; ocupação de espaços vazios ociosos ou subutilizados e otimização dos serviços públicos; incentivo e fortalecimento das atividades econômicas.

O Plano Diretor de Timon, ainda cita os instrumentos financeiros para viabilização do plano, além das Leis Orçamentárias constitucionais, nas quais são: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), progressivo e diferenciado por zonas; Os Fundos Municipais, Taxas e Tarifas e Recursos e convênios.

O Plano menciona sobre o Saneamento Básico, Sistema Viário e de Transportes; Habitação; Desenvolvimento econômico; Setorização do Município, dos Instrumentos de intervenção urbanística e por último sobre a Implantação do Plano Diretor.

Quanto ao ordenamento do espaço urbano de Timon, o Plano Diretor menciona no art. 3º, parágrafo I, como sendo um dos objetivos do desenvolvimento do município a ordenação do crescimento da cidade e no parágrafo VI – ele menciona que, a ordenação e ocupação do solo visa boa adequação urbanística no desenvolvimento municipal. Porém, o Plano não estabelece as estratégias para o ordenamento.

No art. 9º, ainda sobre a ordenação do espaço urbano, o Plano menciona as normas gerais e os instrumentos legais para regimento da política de desenvolvimento do município, nos quais ele aponta: Lei do Parcelamento do Solo; Lei do Uso do Solo; Lei de Ocupação do Solo; Código de Obras e Edificações; Código de Postura; Lei de Preservação Ambiental e a Lei de Preservação do Patrimônio Cultural. Destas mencionadas, só se localizou as seguintes: Lei do Parcelamento do solo (Lei Nº 934, de 11 de Dezembro de 1991); Código de Postura (Lei Complementar Nº 028, de 15 de Dezembro de 2014); Código de Obras e Edificações (Lei Complementar Municipal Nº 033, de 17 de dezembro de 2015), como complemento ao ordenamento solo urbano, ou seja, o Plano diretor em si, não estabelece os parâmetros de uso e ocupação do solo de forma condizente.

O zoneamento é um instrumento amplamente utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos. Dentre seus principais objetivos, destaca-se o controle do crescimento urbano. Quanto ao zoneamento de Timon, o Plano Diretor aborda no art.30, como a setorização do “território timonense” em duas áreas: Área Urbana, dividida em seis (06) setores e Área Rural dividida em nove (09) setores, porém sem detalhamento dos critérios de uso.

As Macrozonas e/ou Zonas e seus coeficientes e/ou parâmetros de utilização, não foram definidas no Plano. A análise do Zoneamento não foi realizada, já que o Plano não aborda o tema e o Município não possui a Lei de Zoneamento.

O Plano não estabeleceu parâmetros e tampouco o prazo para a criação da Lei de Zoneamento. E de acordo com os arts. 11 e 12, a Lei do Uso do Solo e a Lei de Ocupação do Solo, “(...) serão elaborados num prazo máximo de dez meses, considerando-se a participação popular”.

As definições do que é subutilização, não utilização e terreno vazio, não constam no Plano, apenas no inciso XI, do art. 09, que trata do desenvolvimento do Município diz que: “O adensamento da área urbana, deverá ser feito ocupando os espaços vazios, ociosos ou subutilizados, otimizando o emprego dos serviços públicos”.

O Plano não prevê a atualização e tampouco a criação de regras para a extensão do Perímetro Urbano da cidade, assim como não foram definidas as Áreas de Expansão Urbana. Não foram estabelecidos Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo condizente com os princípios da Função Social da Propriedade, e tampouco a definição de uma Política de extensão da rede de serviços do Sistema Viário e de Transportes para as Áreas de Expansão Urbana.

Com relação ao ordenamento urbano, o Plano Diretor de Timon menciona que os instrumentos legais para o regimento da política de desenvolvimento do município estariam de acordo com a Lei de Parcelamento e uso do sol. Esta Lei foi aprovada pela Câmara Municipal (Lei Nº 934, de 11 de Dezembro de 1991), que contempla a Lei Federal Nº 6.766 de acordo com esta lei, ficam estabelecidos os planos de arruamento, planos de loteamento, desmembramento de terrenos e remembramentos de lotes da cidade; Estabelece os procedimentos para a realização e os impedimentos para o parcelamento do solo como: documentos comprobatórios, prazos e exigência para a aprovação do projeto, das dimensões, da execução das obras, dos loteamentos de interesse social, infrações e penalidades. Nesse sentido, a legislação é bem detalhada e aborda praticamente todos os aspectos concernentes à questão do parcelamento do solo. Porém, a aplicação da lei não é efetivada, pois não existem fiscalização e cadastramento dos loteamentos como norma a exigência de aprovação dos projetos.

A Lei do Parcelamento do Solo elaborou também uma proposta de zoneamento. Nela estão definidas duas zonas (ZI-1 e ZI-2), uma zona Industrial Especial (ZI-E) e quatro zonas Comerciais (ZC-1 a ZC-4). O texto apresenta apenas uma rápida e pouco clara descrição do perímetro de cada zona, sem qualquer detalhamento dos critérios de uso. Também, não define as zonas residenciais, o que faz supor que toda a área da zona urbana se destina a esse uso. Ver-se-á que o principal problema do desordenamento urbano de Timon refere-se às normas propostas que não demonstram refletir uma intenção de estruturação urbana consistente.

Em relação à ocupação do solo urbano de Timon, de acordo com os demais instrumentos de complemento ao Plano Diretor como o Código de Obras, Código de Posturas, Lei de Preservação do Patrimônio e a Lei de Preservação Ambiental, apenas o último instrumento faz menção a este quesito, quando no art. 198, inciso II, nos diz de forma não específica que, o uso e ocupação do solo, em área de proteção aos mananciais localizadas no município, devem observar as normas estabelecidas à legislação estadual e federal cabível.

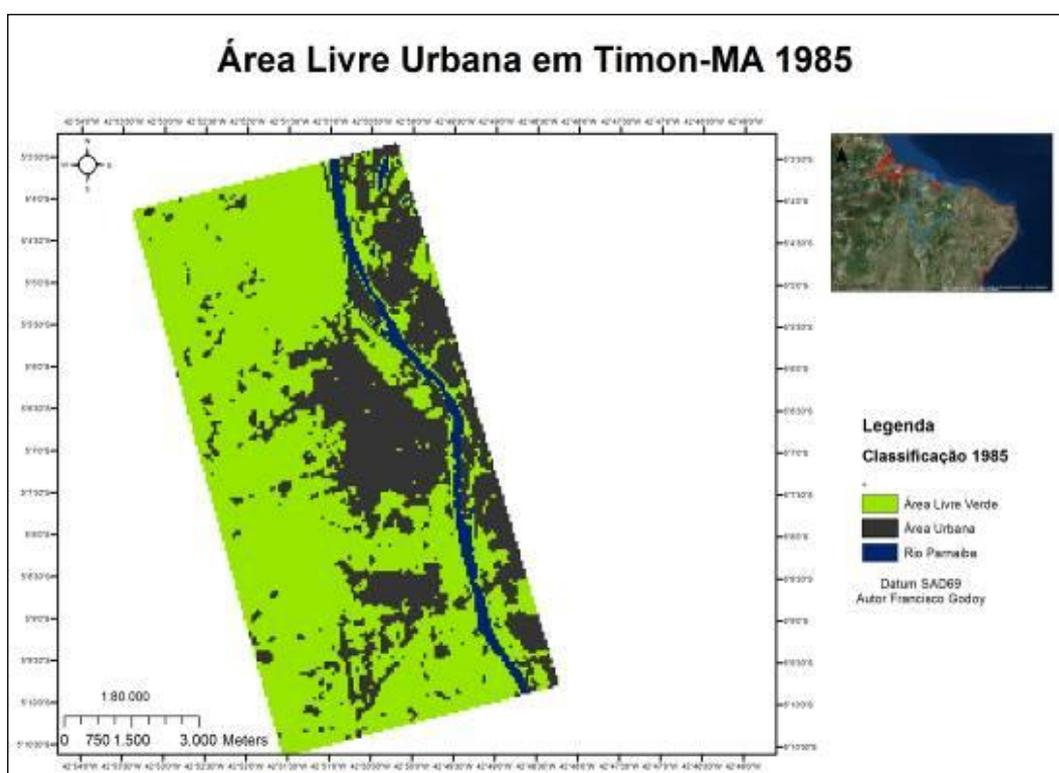
Com relação ao Programa de Regularização Fundiária - PRF de áreas a moradores de baixa-renda, o Plano menciona como sendo uma de suas diretrizes do desenvolvimento do município, mas não descreve as estratégias para a sua implantação efetiva. O PRF significa transformar a posse de determinada área, em propriedade com endereço, identidade, acesso a serviço de infraestrutura, equipamentos urbanísticos, participação social nos processos de

gestão, cumprimento às leis ambientais na preservação dos atributos naturais (áreas verdes, lagos, riachos) associado ao crescimento urbano, tudo para que a cidade se integre no quesito ambiental.

Com efeito, propicia também a transformação da economia informal em economia formal, beneficiando os moradores com a legitimação de sua posse, concedendo-lhes novos direitos, como, por exemplo, a segurança à posse da área que ocupam há muitos anos e acesso ao crédito para melhoria na habitação, garantindo o direito constitucional à moradia digna e à cidadania.

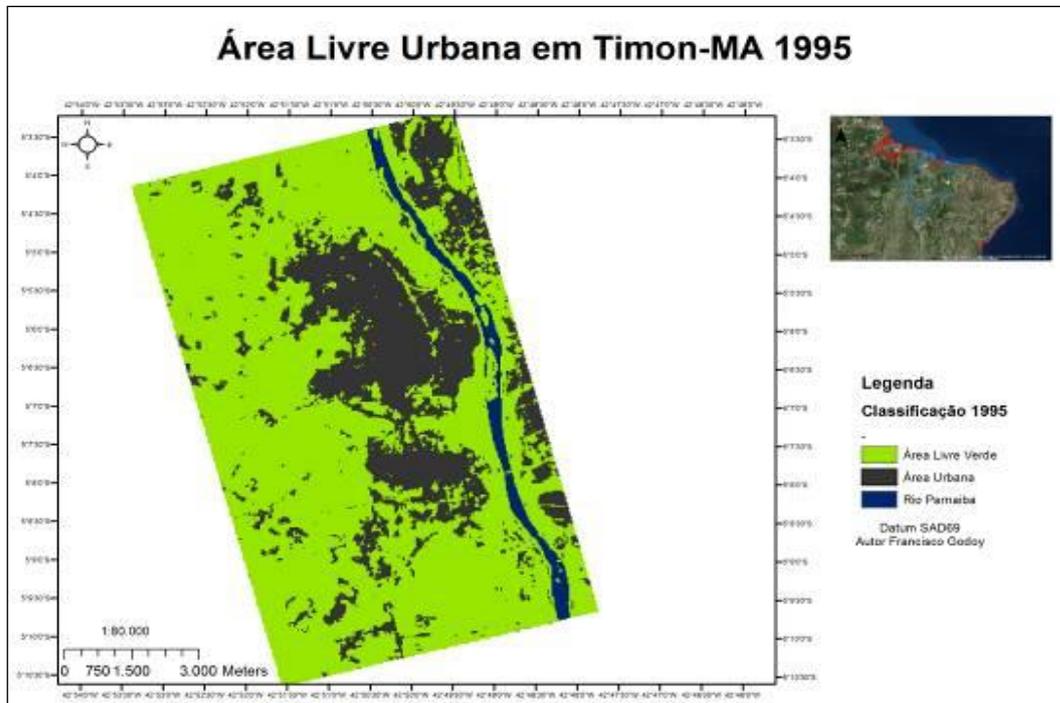
Sobre o PRF, que está contida na Lei municipal Nº 1578, que trata da criação dos ZEIS e do PHIS, a lei aborda dos objetivos, das condições e etapas, porém não delimita a localização dessas zonas no espaço urbano da cidade, e assim, não consolida medidas efetivas que evite o contínuo espraiamento e o aproveitamento da otimização da infraestrutura urbana existente.

Figura 5 – Área Livre urbana em Timon – MA, 1985



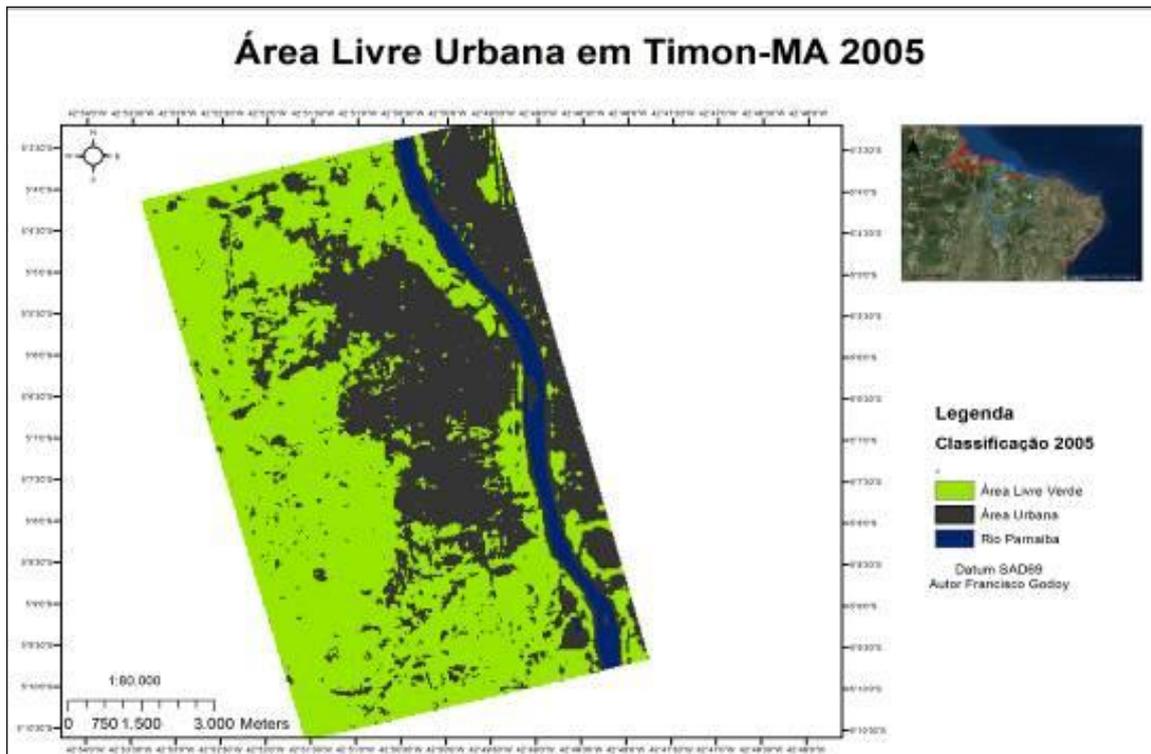
Fonte: earthexplorer.usgs.gov

Figura 6 – Área Livre Urbana em Timon – MA, 1995



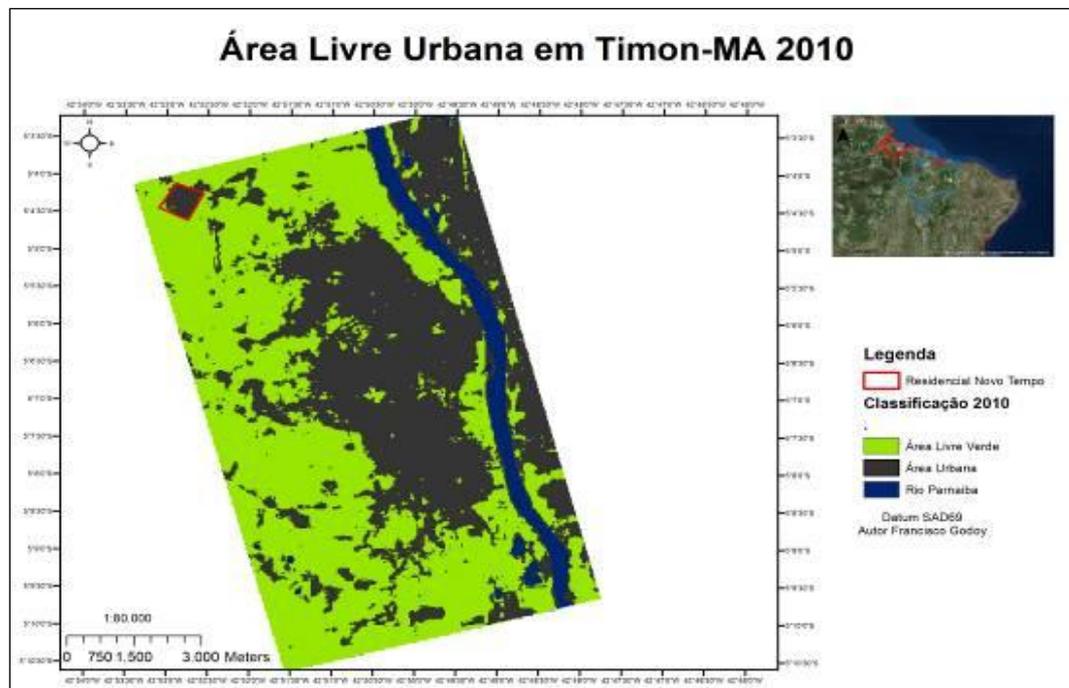
Fonte: earthexplorer.usgs.gov

Figura 7 – Área Livre Urbana em Timon – MA, 2005



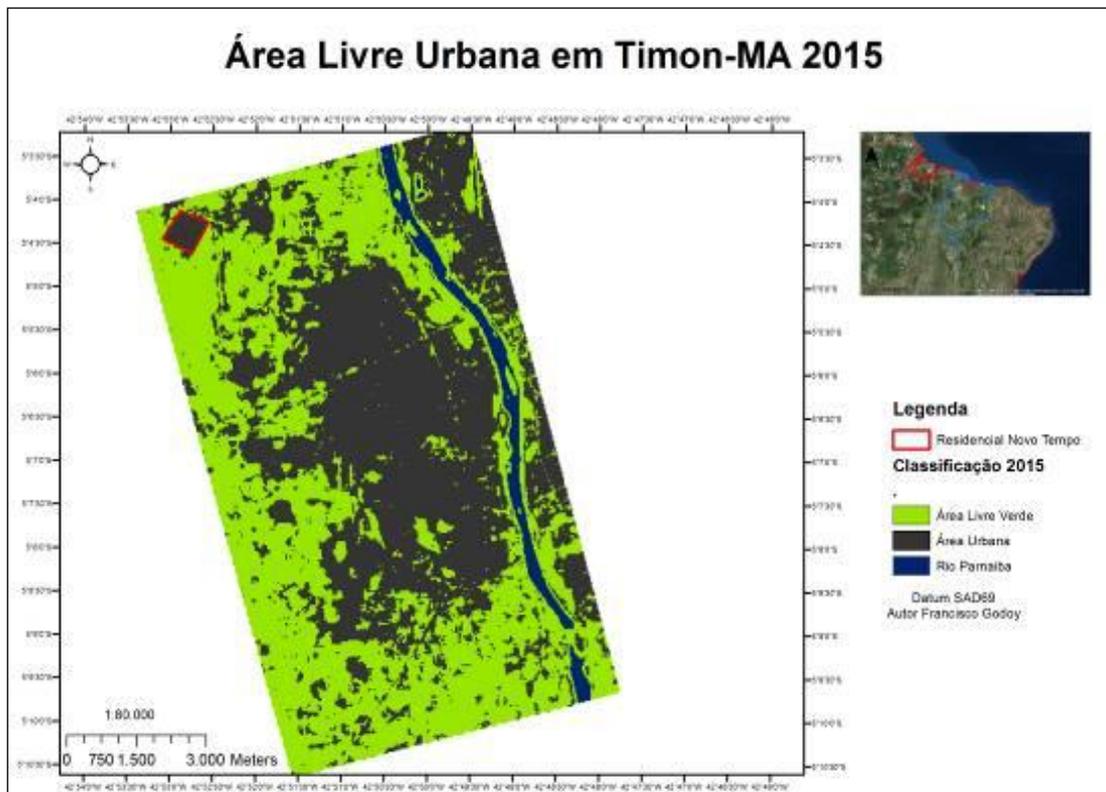
Fonte: earthexplorer.usgs.gov

Figura 8 – Área Livre urbana em Timon – MA, 2010



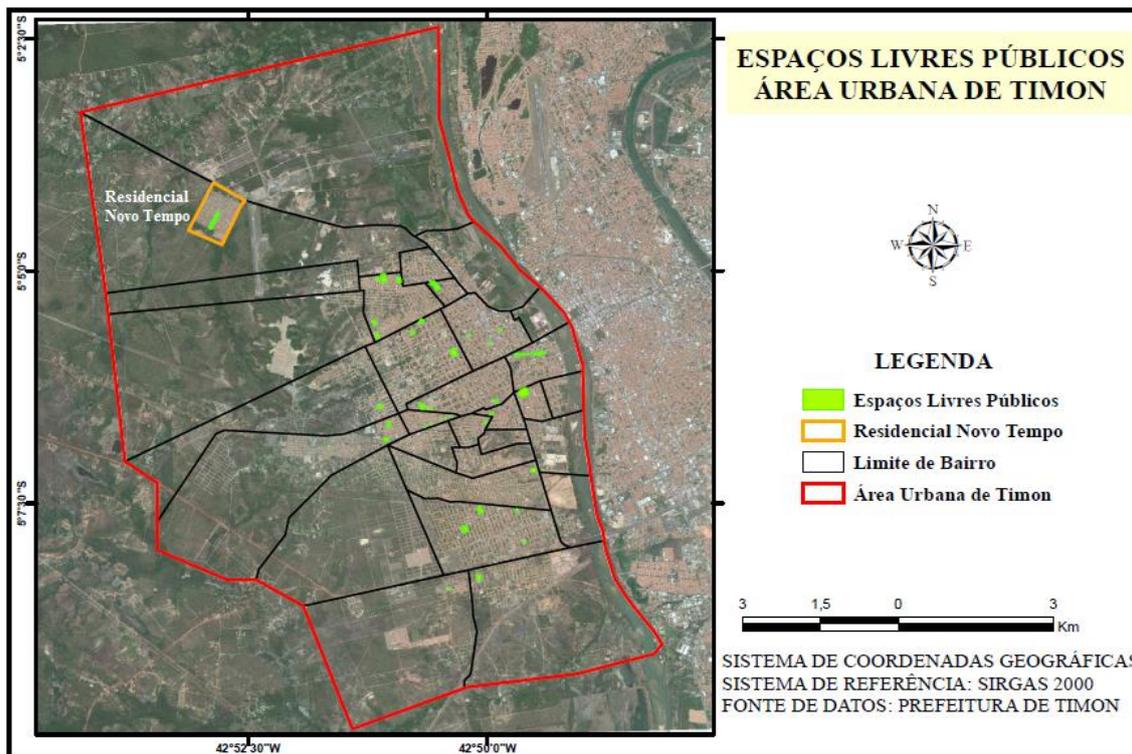
Fonte: earthexplorer.usgs.gov

Figura 9 – Área Livre Urbana em Timon – MA, 2015



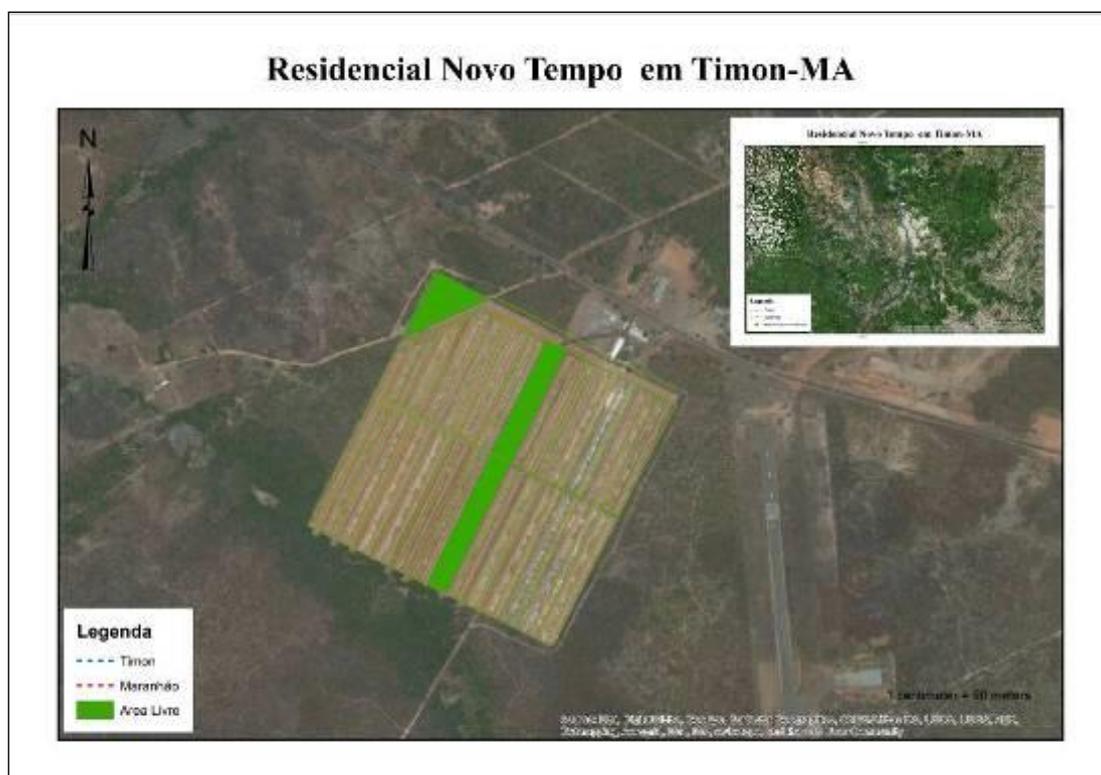
Fonte: earthexplorer.usgs.gov

Figura 10 – Espaços Livres Públicos Área Urbana de Timon



Fonte: Google Earth

Figura 11 – Residencial Novo Tempo em Timon - MA



Fonte: Google Earth

Na figura 11 é apresentada a imagem que mostra em mais detalhes o Residencial Novo Tempo. Este foi implantado através do PAC e da política habitacional brasileira direcionada à população de baixa renda do PMCMV. Para o direito de aquisição a esse imóvel, as famílias estão classificadas com renda até 3 salários mínimos ou até R\$ 1.600,00.

Assim como em todo Brasil, no Residencial Novo Tempo, prevaleceu na construção desses empreendimentos a supremacia do setor privado, que na pressão por resultados, a habitação vista apenas como mercadoria, desencadeou diversos problemas de ordem ambiental, pois se apresenta como um modelo de desenvolvimento urbano predatório, segregador e excludente.

Primeiramente com relação à localização, o mesmo se encontra distante do centro e cerca de 8 Km, que para uma cidade de pequeno porte, com a malha viária desarticulada, gera além do problema de mobilidade para a população, o incentivo a transporte particular com uso de fonte de energia fóssil altamente poluidora do ar que contribui para o aquecimento global e as mudanças climáticas, o favorecimento da especulação imobiliária fortemente enraizada na história urbana da cidade, no contínuo crescimento desordenado do município, a oneração de gastos da prefeitura para garantia de novos serviços e equipamentos públicos e por ainda o fortalecimento do processo de periferação dentre outros.

É possível observar na figura 10 que o residencial Novo Tempo, além de problemas de degradação evidenciados a partir de sua construção, também se percebe a extensão de problemas dessa ordem para seu interior. Primeiramente, por se tratar de projetos que estão sendo implantados em todo o país de forma padronizada, racionalizada e de baixa qualidade técnica, onde prevalece inadequação do projeto às condições físicas, culturais e regionais, pois são meras cópias de “cartilhas”. Com relação ao residencial Novo Tempo, percebe-se que, o projeto executado não apresenta valorização e aproveitamento das condições naturais do local ao conforto térmico ambiental, como por exemplo, a integração de áreas verdes nativas entre as vias de forma integrada ao desenho e a paisagem urbano.

Ao referir-se às áreas verdes, a Lei municipal Nº 1578, que aborda sobre a criação dos ZEIS e do PHIS, em seu artigo 12, inciso 1º, aborda que, as áreas verdes públicas devem receber tratamento adequado, no entanto, não especifica quais são esses tratamentos. Porém em toda extensão do residencial, não se percebeu a existência de preservação de área verde pública, que pudesse, além da oferta de conforto térmico - já que a cidade em sua maior parte do ano registra temperaturas acima de 40º-, seria também uma opção somada aos elementos urbanísticos de lazer como: praças, área de prática de esporte, parque, largos dentre outros, tão importante quanto necessário para a inserção da harmonia na comunidade, que também está prevista neste mesmo artigo, entretanto, também não existe.

Ainda nessa mesma linha de consideração, a Lei do Parcelamento do solo de Timon, em seu parágrafo único, menciona os critérios para implantação de loteamentos de interesse social, que é o caso do Residencial Novo Tempo, e define em seu capítulo VI, artigo 23, inciso II, que dez por cento (10%) do loteamento é destinado para áreas verdes. E complementa ainda no parágrafo seguinte que, “Não se enquadra como áreas verdes ou áreas de uso institucional os cantos e fundos de quadras, bem como qualquer outra nesga de terra com largura inferior a vinte metros (20 metros). Portanto, a Lei é clara e não deixa dúvida com a relação à preservação dessas áreas aos loteamentos, porém, ao que se refere ao cumprimento dessa lei, a realidade é bem diferente, conforme figura 10.

Como esse tipo de habitação surgiu na tentativa de solucionar o problema da alta demanda por habitação com rapidez na implantação e por se destinarem à população de baixa renda, o governo, de modo geral, não tem interesse em fiscalizar a qualidade técnica ambiental desses empreendimentos e muito menos observar os aspectos da qualidade de vida

urbana que terão os moradores, no qual, se reduzem a dois tipos: os projetos verticais, com blocos de minúsculos apartamentos, e os projetos horizontais, com casas multifamiliares, conforme (fig. 10), baseado em lotes compridos, com pouca variação das possibilidades de ocupação/locomoção e Espaços Livres restritos, sendo a maioria de domínio privado (quintais), ou seja, modelo super quadra, quando há tanto espaço vazio mal aproveitado para o desenho urbano.

4.1 Dados coletados com os entrevistados

Neste item, foi feita a análise da pesquisa, realizada com os entrevistados do residencial Novo Tempo na cidade de Timon-MA. De acordo com a aplicação do questionário conforme apêndice, primeiramente foi feito o levantamento dos aspectos socioeconômicos e moradia, assim todos os resultados estão apresentados com gráficos de forma a se tornar mais claro os resultados obtidos juntamente as análises.

As análises consideradas mais relevantes para esta dissertação correspondem principalmente à percepção dos moradores sobre os espaços livres, as mesmas serão discutidas e comparadas às leis estabelecidas como padrão mínimo necessário à qualidade desses espaços e a vasta contribuição dos autores mencionados ao longo da fundamentação teórica. As perguntas foram elaboradas de acordo com o tema a fim de que pudéssemos obter dados concretos, chegando a uma conclusão sobre os espaços livres neste residencial, se existem, como estão sendo utilizados e condição de infraestrutura. Tais dimensões foram analisadas numa perspectiva geográfica e urbanística, considerando a atual situação da ocupação urbana.

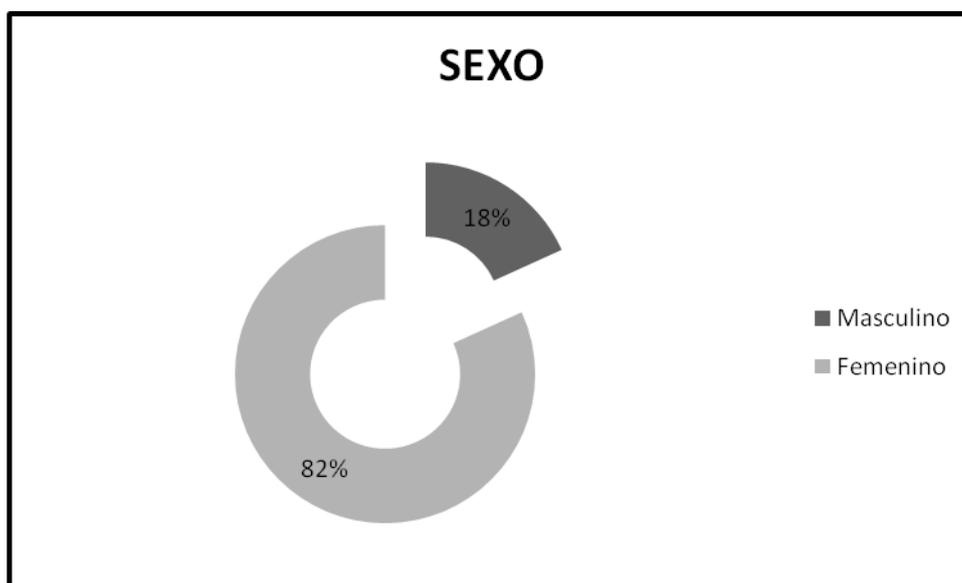
DADOS SOCIOECONÔMICOS

SEXO E ESTADO CIVIL

Dos entrevistados, com relação ao gênero, houve uma diferença considerada de 82% do sexo feminino e apenas 18% do sexo masculino de acordo com a figura 12. Esses dados podem estar diretamente relacionados à profissão dos entrevistados (figura 16), onde 37% declararam ter a profissão de doméstica e 27% como lavradores e/ou aos dados de nível de instrução, tendo 9% não possuem instrução, 9% apenas a alfabetização e 64% apenas o ensino fundamental (figura 15). O nível de escolaridade implica diretamente na profissão e na inserção do mercado de trabalho, como esse tipo de empreendimento, tem impedimento com relação à implantação de estabelecimentos comerciais em seu interior, restringe-se a possibilidade de emprego no setor secundário, na qual esse contingente poderia ser absorvido, já que este setor permite mão-de-obra menos qualificada, podendo então ser, uma das justificativas das mesmas se dedicarem as atividades do lar e se encontrarem em casa no momento das entrevistas.

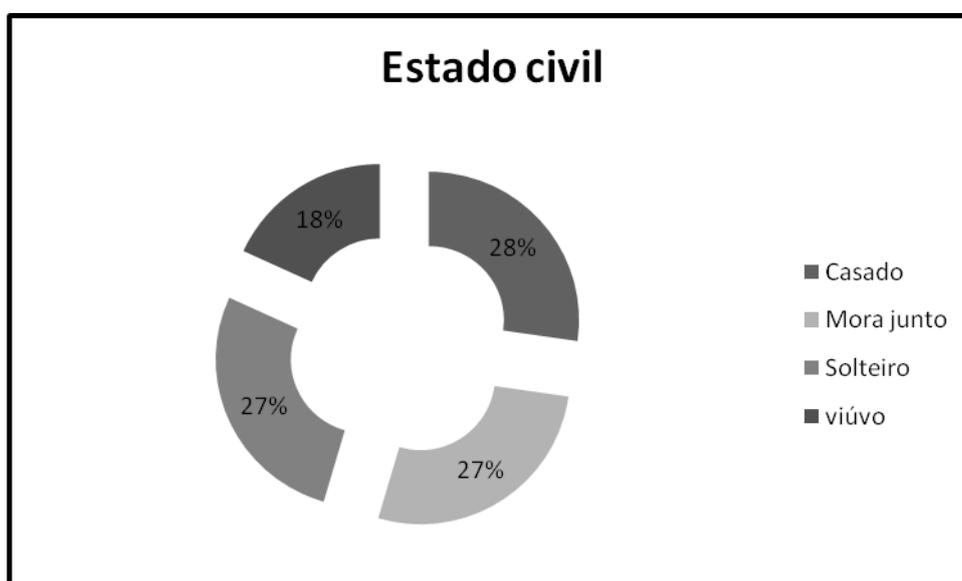
Outro aspecto, que poderia justificar o alto índice de percentual do sexo feminino na entrevista, pode estar relacionado ao estado civil dos entrevistados, que conforme figura 18, 55% dos entrevistados se declararam casadas. Nesse caso, evidencia o papel da grande porcentagem das mulheres entrevistadas no Residencial que se dedicam ao trabalho doméstico e a cuidar dos filhos e dependentes econômicos do trabalho de seus esposos ou companheiros para manutenção das despesas de casa.

Figura 12 – Sexo



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 13 – Estado Civil

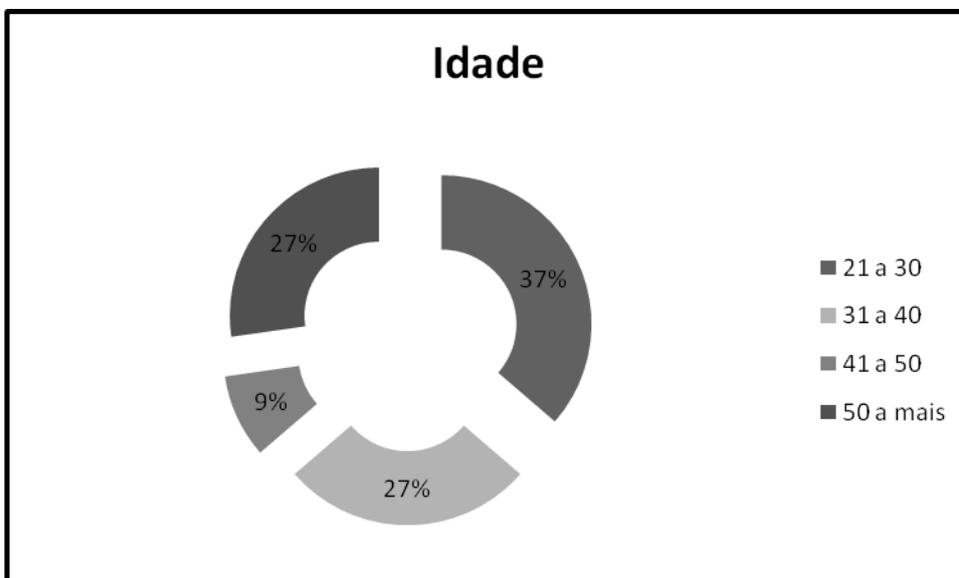


Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

IDADE E GRAU DE INSTRUÇÃO

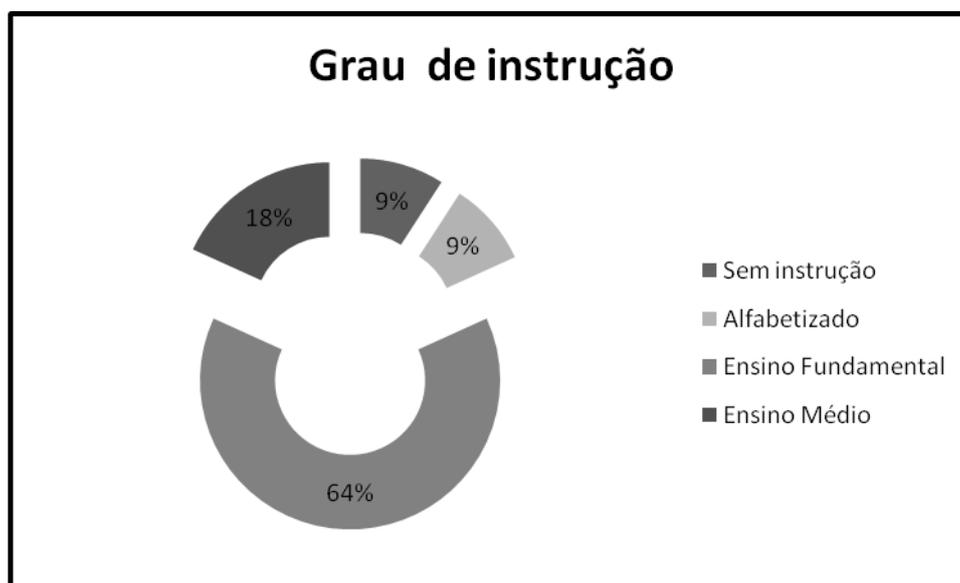
No geral, todos os entrevistados são de maioria. Sendo o maior percentual de jovens entre 21 a 30 anos de idade com 37%. Entre 31 a 40 anos, somam um total de 27%, entre 41 a 50 anos 9% e 27% acima de 50 anos (figura 14). Vale ressaltar que 73% dos entrevistados, encontram-se em idade apta aos estudos, porém, dentre estes nenhum sequer concluiu o ensino fundamental ou estão matriculados. É doloroso saber que nenhum dentre os entrevistados chegou a cursar o ensino superior e pior ainda é existir porcentagem de 9% dos entrevistados que nunca sequer frequentaram a escola. Dos entrevistados, a taxa é super elevada dos que cursaram apenas o ensino fundamental 64%. A proporção dos que haviam completado o ensino médio é de apenas 18%. No que se refere a esse item, conforme figura 15, os entrevistados no residencial apresentam baixos índices de escolaridade.

Figura 14- Idade



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 15 – Grau de instrução



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

PROFISSÃO, RENDA E TIPO DE DOMICÍLIO

Com relação à profissão dos entrevistados, conforme figura 16, é bem elevado o percentual de domésticas e de lavradores, somando chegam a 64% do total dos que participaram da pesquisa, as profissões identificadas, podem estar relacionadas ao grau de instrução (figura 20), onde, 73%, apenas possuem o ensino fundamental e 82% serem do sexo feminino (figura 12).

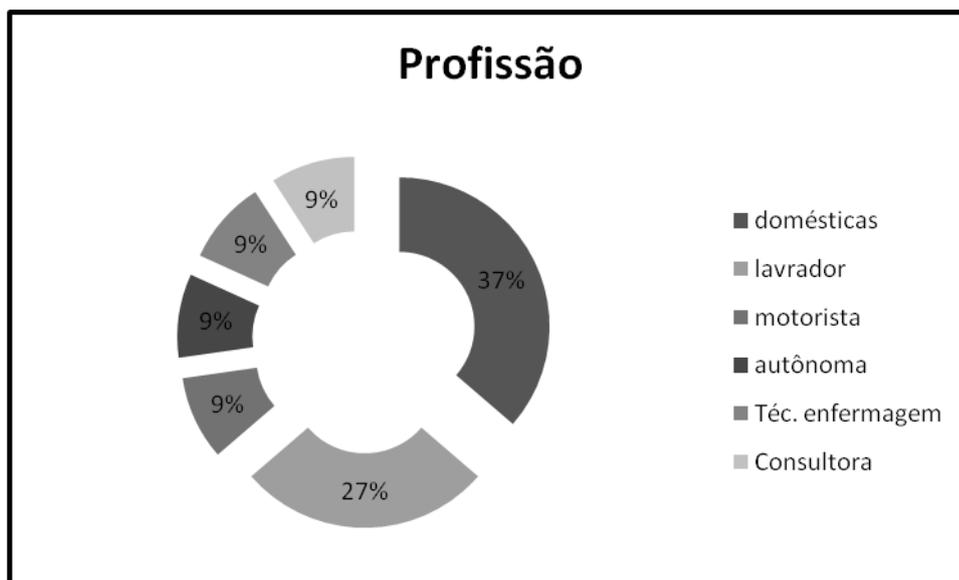
Dentre os entrevistados, 27% ganham menos de 1 salário mínimo, 64% ganham entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 9%, ganham acima de 5 salários (figura 17), ou seja, 81% dos entrevistados está dentro da faixa de renda de até três salários mínimos e aptos a adquirir o imóvel do MCMV com subsídios máximo, isenção de seguro, além de prestação mensal limitada a 10% da renda por um período de dez anos. Sendo assim, 9% dos entrevistados, se encontra fora da faixa de renda³, do empreendimento do Residencial Novo Tempo no MCMV em Timon.

Com relação a 64% dos entrevistados declararem receber entre 1 e 2 salários mínimos (figura 17), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio -PNAD 2011, de 2009 a 2011, mostrou que o rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro cresceu 8,3%. A pesquisa também revelou um dado muito importante sobre a realidade brasileira: na divisão por faixas de rendimento, o maior aumento na renda do trabalho (29,2%) foi observado, justamente, entre os 10% de brasileiros mais pobres, isto é, aqueles que possuem rendimento entre R\$ 144,00 e R\$ 186,00. Esse dado mostra que a distribuição de renda no Brasil tem evoluído, beneficiando o conjunto da população e refletindo na melhoria da condição de vida e na posse

³ Famílias com renda entre 3 a 6 salários mínimos, com subsídio parcial (complementação de renda), redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo de Garantidor, os financiamentos podem chegar a trinta anos com comprometimento de 20% da renda.

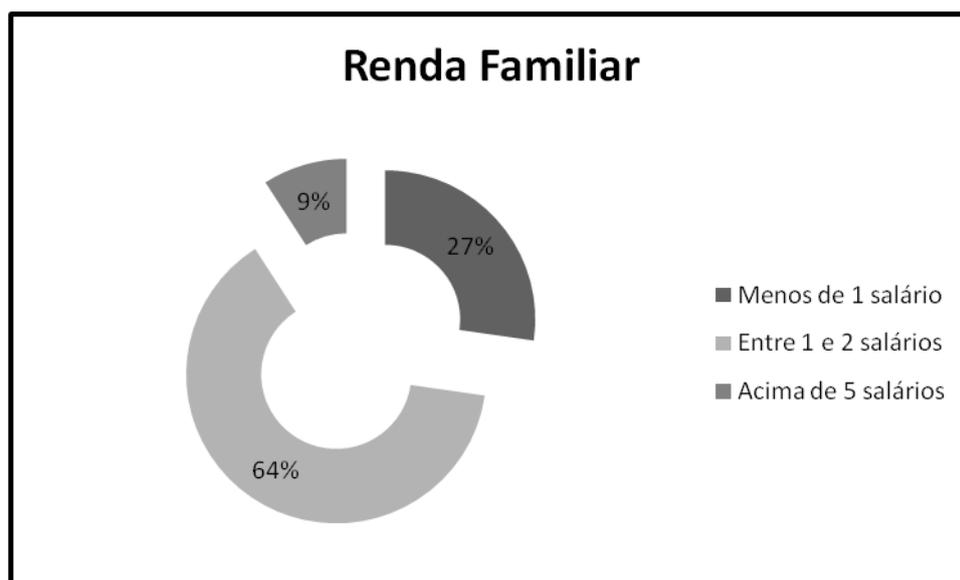
da casa própria, pois dentre os entrevistados, 73% são de posse particular, os demais 27% dos imóveis são considerados cedidos, nesse caso, o imóvel está em nome de algum membro da família (figura 23). Isso prova que o PMCMV, mesmo com as distorções relacionadas aos aspectos de localização (fundiários) e de adesão ao déficit, viabilizou a aplicação de recursos e subsídios volumosos para baixa renda e ampliou o acesso ao mercado formal de habitação.

Figura 16 – Profissão



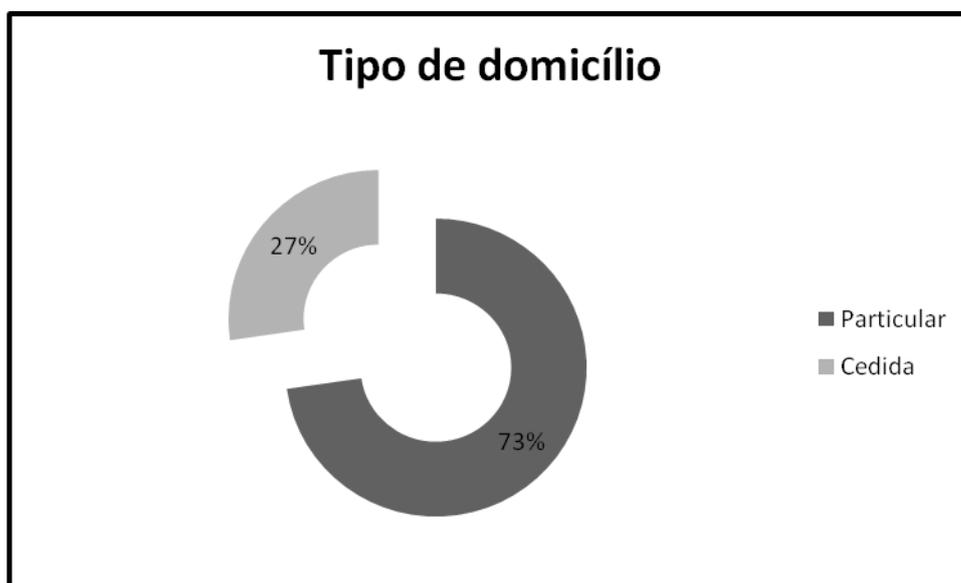
Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 17 – Renda Familiar



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 18 – Tipo de domicílio



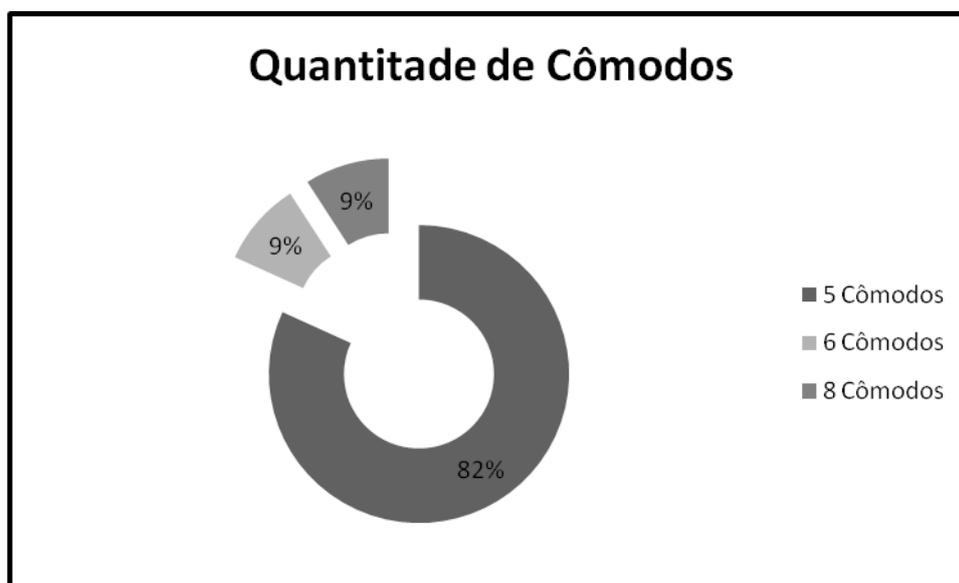
Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

QUANTIDADE DE CÔMODOS

A partir dos dados obtidos, a quantidade de cômodo (figura 19) e o número de pessoas por domicílio (figura 20), foi possível avaliar o bem-estar social dos entrevistados no residencial Novo Tempo. Sendo o número de moradores por dormitório um indicador clássico de bem-estar em uma ocupação adequada quando existem até dois moradores por dormitórios nos domicílios de acordo com o IBGE (2010). Com relação a esse aspecto, o residencial Novo Tempo, se encontra com 82% dos domicílios com 5 cômodos (projeto original), deste percentual, 64%, encontram-se com menos de cinco pessoas por domicílio ou seja, está dentro do limite de moradores por domicílios que o IBGE estabelece.

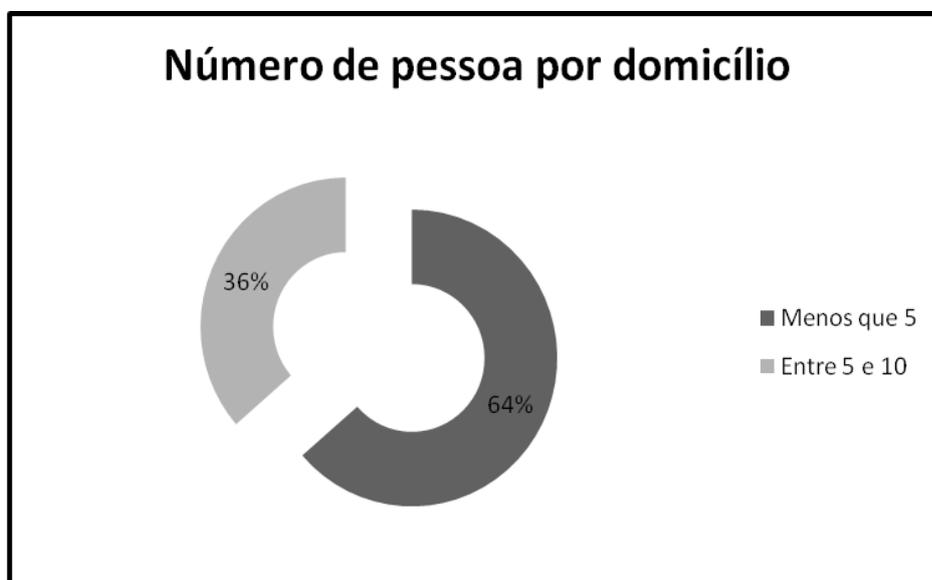
Dentre os demais entrevistados, 18% apresentam domicílios acima de cinco cômodos na residência, ou seja, de seis a oito cômodos e conseqüentemente apresentaram acima de cinco pessoas por domicílio. Podemos concluir que, de modo geral, os entrevistados do residencial Novo Tempo está considerado dentro da média de bem-estar social pelo que o IBGE propõe.

Figura 19 – Quantidade de cômodos



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 20 – Número de pessoas por domicílio



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

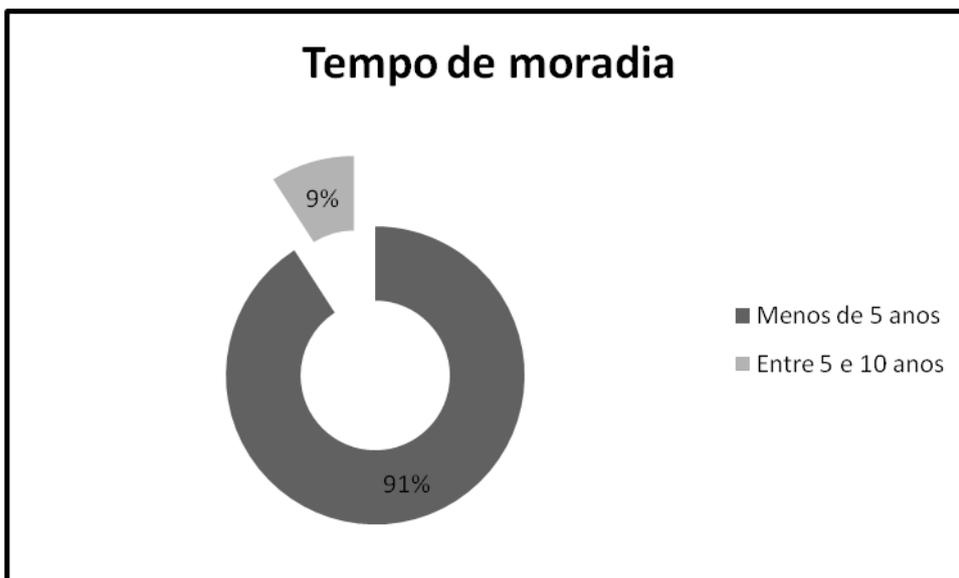
TEMPO DE MORADIA, MIGRAÇÃO E MOTIVO DA MIGRAÇÃO

Dos entrevistados, 91% moram a menos de 5 anos no residencial (fig. 21), a justificativa para tão pouco tempo de moradia, se dá pelo fato da construção do Residencial ter ocorrido durante os anos de 2010 e 2011.

Em relação à migração e ao motivo da mesma, (figuras 22 e 23), 45% dos entrevistados, reponderam não ser migrantes, ou seja, já moravam na cidade de Timon e 55% reponderam ser migrantes. Dentre os 55% que dizem ser migrantes, 50% destes migraram da capital Teresina e os demais 50%, migraram de cidades do interior do Maranhão: Zé Doca, Matões e Governador Luis Rocha.

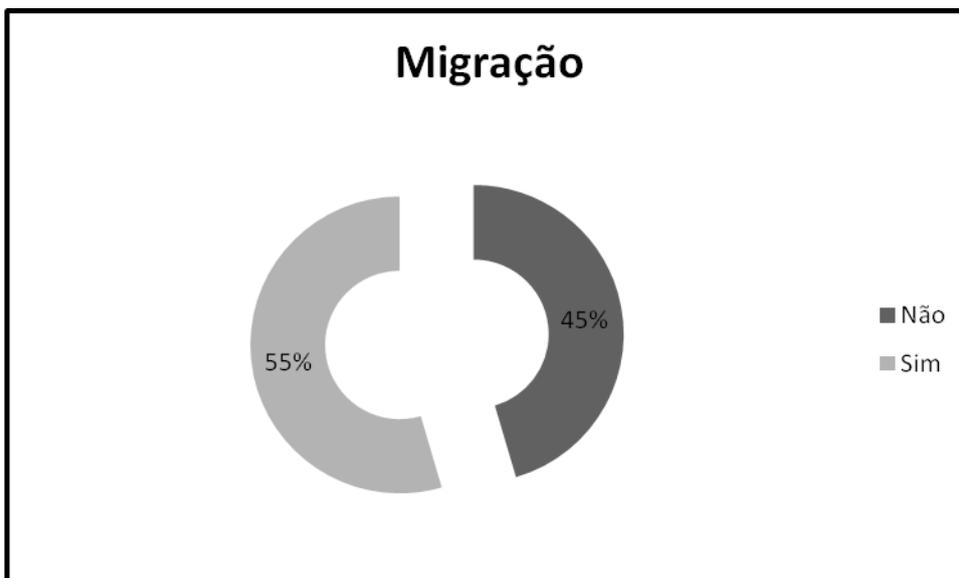
Sobre o motivo dos entrevistados estarem morando no Residencial Novo Tempo, 50% respondeu que foi a oportunidade de acesso à casa própria. Os demais 50% dos entrevistados, disseram que o motivo da migração foi o acesso a educação para os filhos, devido a proximidade com a capital Teresina que possui ensino considerado de boa qualidade e dentre outros motivos.

Figura 21– Tempo de moradia



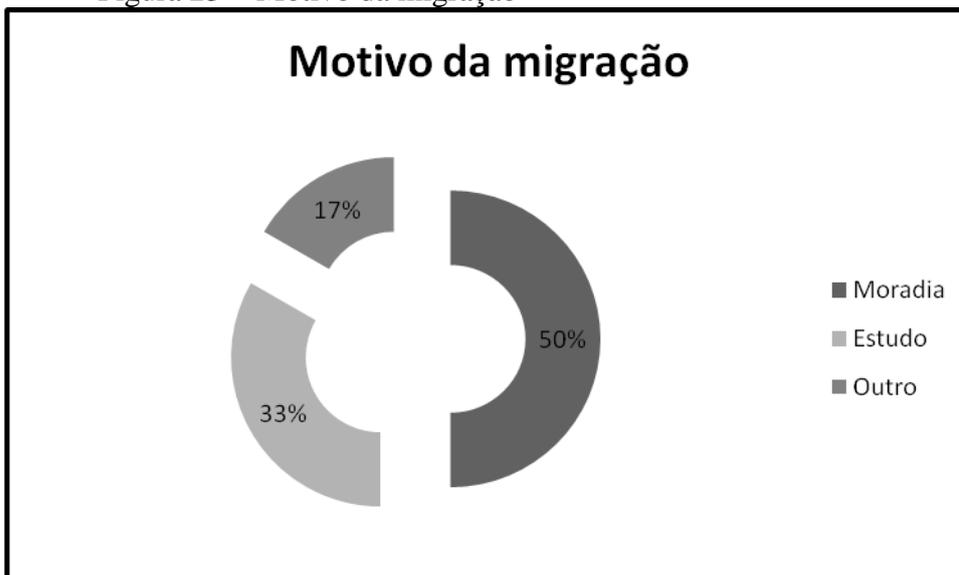
Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 22 – Migração



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 23 - Motivo da migração



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO

Ao contrário de grande parte de periferia, o residencial possui 100% de abastecimento de energia fornecido pela Companhia Energética do Maranhão – CEMAR nas residências, porém em se tratando da iluminação pública nas ruas o serviço fica a desejar, já que em algumas ruas se encontram sem iluminação. Com relação ao serviço de esgoto 100% das residências possuem fossa séptica e as águas de pia e chuveiro são lançadas diretamente nas sarjetas. A coleta de lixo é realizada pela Prefeitura de Timon, porém percebe-se que há

necessidade de alguns ajuste em relação ao dia da coleta e o dia dos moradores colocarem o lixo a ser recolhido pra fora, pois percebe-se muito lixo espalhado pelas ruas e calçadas. Com relação ao abastecimento de água (Empresa privada Águas de Timon) – todas as residências são abastecidas, porém a água pra beber tenha que ser mineral comprada, devido grande teor de salinidade nas rochas do lençol freático que abastece o local.

PERCEPÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

O estudo da percepção ambiental serve de base para a melhor compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (FERNANDES *et al*, 2004). Sendo assim, esta análise será baseada na percepção dos entrevistados sobre os espaços livres no residencial como qualidade de vida ambiental e urbana.

O que são espaços livres?

Na percepção dos entrevistados, os espaços livres são; calçadas, ruas, espaços de lazer e parque.

Na concepção de Cavalheiro e Del Piccha (1997), as calçadas, não são consideradas como espaços livres, pois estas estão classificadas como espaços de circulação viária. Por seu lado, na concepção de Magnoli (1982), as ruas e as calçadas são consideradas como espaços livres, pois de acordo com a autora, os espaços livres são os espaços urbanos livres de edificação. O importante é que na concepção de Dias Guillen *et al*. (2012), a percepção é o processo através do qual os indivíduos interpretam as informações que afetam seus sentimentos e ações. Portanto, para os entrevistados as ruas e calçadas são os espaços livres existentes no Residencial, pois são estes os espaços construídos a partir de sua familiaridade, experiências, cultura e habilidade cognitiva, ou seja, a descrição dos entrevistados é a sua experiência e vivência diária. Sobre isso, Chauí (2000) afirma que, todo o relato sobre os fatos enunciados os tornam verdadeiro ou falso e por isso se confirma que todo o conhecimento é percepção (HUME, 2005).

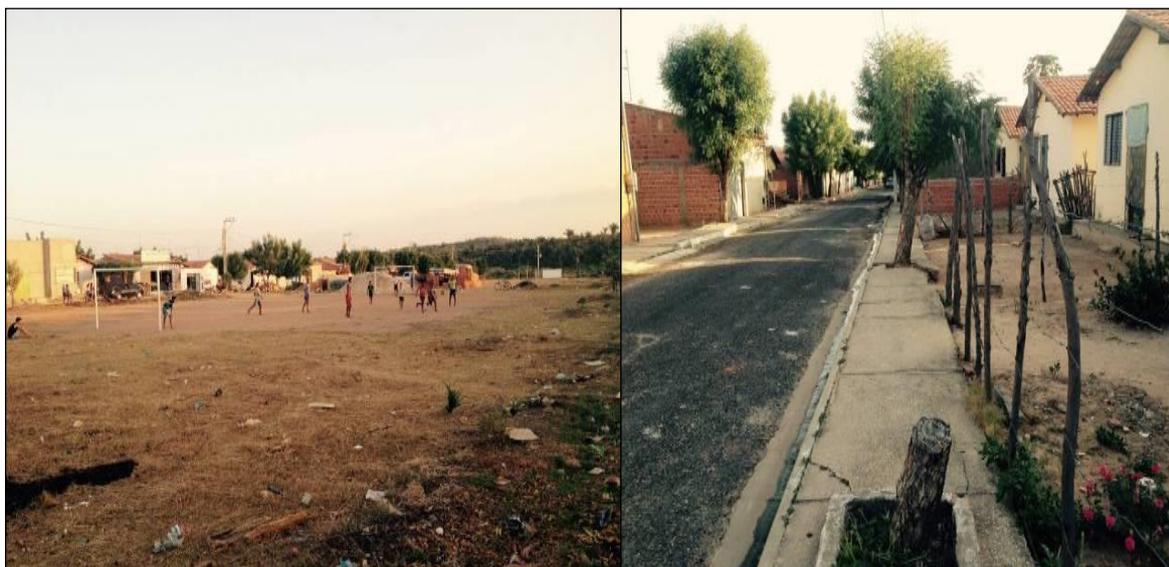
Os entrevistados do residencial Novo Tempo, também consideram em sua percepção que, os espaços livres, são áreas de lazer. Dentre os diversos autores citados, todos concordam que os espaços livres, sejam espaços de lazer, das atividades do ócio, memória urbana e que além do lazer, propiciem a função ecológica e requalificação ambiental, embora este item não tenha sido citado na resposta dos entrevistados.

A qualidade dos espaços livres citados merece aqui análise. Primeiramente com relação às ruas do residencial, estas não possuem conectividade com as vias paralelas inter-quadras, todas são ruas de via contínua, com inexistência de becos que as interceptem, sendo predominantemente isoladas. Percebe-se ainda grande proximidade das casas com as vias de circulação viária, ou seja, a rua se torna uma extensão da casa e espaço de disputa entre moradore e automóveis, motocicletas, ciclistas e pedestres.

Com relação às calçadas (figura 24), no geral são estreitas, apresentam pouco distanciamento entre espaço livre privado e público, reduzindo a privacidade dos moradores, além de difícil apropriação, pois algumas, encontram-se quebradas devido as raízes das árvores introduzidas de forma inapropriadas para o local. E mister ressaltar que, para que os espaços livres possam desempenhar satisfatoriamente sua função de qualidade ambiental e de vida da cidade, é necessário que sejam abordados de forma integrada no planejamento urbano aliando sistema de circulação e lazer com áreas verdes.

A área central do residencial é o local percebido pelos entrevistados como o espaço livre com função de lazer. Essa área é atravessada pela única via transversal em direção às demais quadras de todo o residencial. O local funciona como um ponto de encontro e recreação para os adolescentes, onde realizam atividade esportiva como jogo de futebol sob um sol abrasador e o calor escaldante, conforme figura 24. O fato da área não ser arborizada e nem gramada, torna a sensação térmica com maior temperatura. A área não possui iluminação no horário da noite, ou seja, sem a mínima estrutura para práticas de esportes e lazer. Essa situação também impede que, outros públicos de diferente faixa etária usufruam também do local, como as crianças e idosos e ainda desperdiça uso do local em diferentes turnos. Embora saibamos que, apesar dos espaços livres ser considerado uma disciplina moderna e pouco concretizada no desenho da paisagem urbana brasileira, não se justifica esse nível técnico de planejamento urbanístico habitacional destinado a população de baixa renda, onde se evidencia a negligência das questões ambientais no planejamento, que de acordo com Marcus e Dewyler (1972), os fatores econômicos têm decidido o uso da terra sem levar em considerações os fatores ecológicos.

Figura 24 – Espaço Livre do Residencial Novo Tempo – Área de Lazer, Rua e Calçada



Fonte: Fotos da autora, 2016

Áreas verdes arborizadas

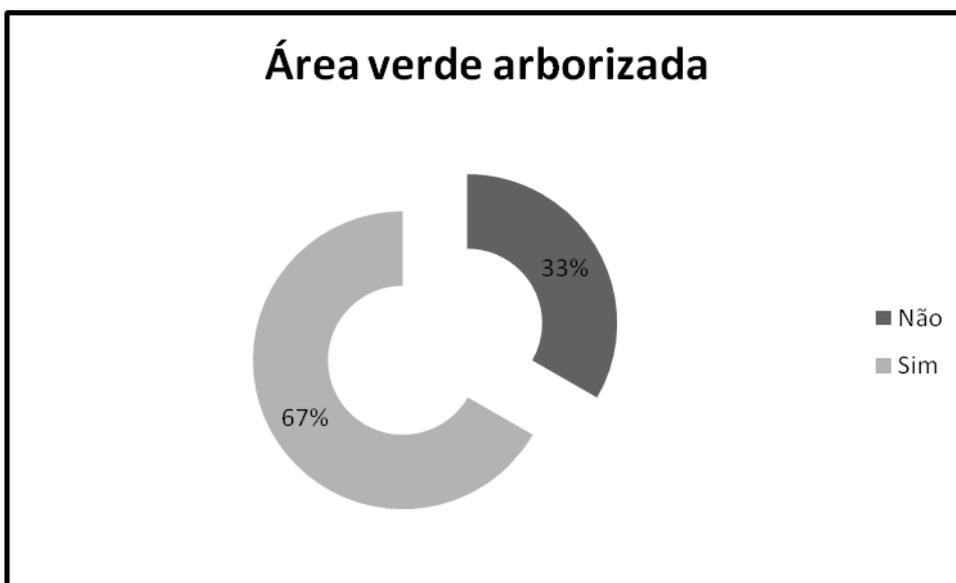
De acordo com a figura 30, 67% disseram existir área verde no residencial, e segundo os entrevistados, a área verde refere-se às árvores de espécie exótica plantadas nas calçadas em frente às suas residências, única via de circulação destinada aos pedestres. Segundo Belucci, uma calçada para ser considerada área verde, deve ter 70% da área com arborização. Nesse caso, de acordo com a figura 30, a área não se enquadra na categoria de área verde, de acordo com o autor. Portanto, na concepção de Cavalheiro *et al*, para que uma área seja considerada área verde, ela precisa cumprir alguns requisitos, como: A vegetação ser o elemento fundamental na composição da paisagem; Cumprir função ecológica, estética e de lazer; Área com 70% da cobertura vegetal em solo permeável (sem laje); Servir a população e Propiciar condições para recreação, logo, de acordo com Cavaleiro e Del Piccha, a área verde citada pelos entrevistados no residencial conforme figura 25, trata-se de espaços livres.

Ainda com relação à figura 24, além das calçadas serem estreitas e as árvores disputarem o espaço com os pedestres, as suas raízes as quebram, agravando mais ainda a situação, conforme se percebe na figura. Conseqüentemente esses espaços são vistos com preocupação por Serpa (2009), pois estrangulam percursos, restringindo o movimento de pedestres, que cedem seu lugar nas calçadas.

Uma questão importante é o fato de o residencial ser localizado numa área afastada cerca de 8 km da área central urbana, e se encontrar dentro da área verde da mata dos cocais, porém os entrevistados, não perceberam tal área como área verde existente no residencial. Sobre esse aspecto, Matarezi (2001) demonstra grande preocupação, pois, de acordo com o autor o fato de nos desligarmos cedo da natureza e sermos obrigados a uma vivência essencialmente urbana, isso passa a influenciar fortemente a percepção ambiental das pessoas.

Ainda com relação à área verde em volta do residencial, percebe-se que, como a maioria das cidades brasileiras, em especial o caso de Timon, prevalece a ausência de planejamento urbanístico integrado aos elementos naturais⁴ e sem aproveitamento do potencial recreativo da paisagem, considerado tão escasso pelos entrevistados (figura 27), torna dessa área de grande potencial à qualidade de vida urbana uma área marginalizada que gera a sensação de medo e repúdio, por não apresentar-se como área de circulação, segurança ou programa de lazer aos moradores.

Figura 25 – Área verde arborizada



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

⁴ Área verde e arbórea, bosques, parques, margem de rios e lagos, solo, ar e os demais organismos vivos.

Figura 26 – Espaço Livre do Residencial Novo Tempo – Área Verde



Fonte: Fotos da autora, 2016

Se acham que devem existir espaços livres

Dentre os entrevistados, 73% responderam que devem existir espaços livres no residencial figura 27. Prosseguindo com as questões, os entrevistados foram indagados a responder por que eles consideram que devem existir espaços livres no residencial, conforme ao questionamento tivemos as seguintes respostas:

Uma mãe responde que, “é necessário que o residencial possua um local de diversão para levar as crianças”.

Uma trabalhadora rural responde que “para os idosos fazerem atividades físicas, para os jovens praticarem academia e capoeira”.

Já essa outra mãe, disse que deveria existir espaços livres no residencial “para diminuir o número de crianças na rua e para eles praticassem esportes. Um local para os idosos e mães realizarem cursos profissionalizantes, assim como para os jovens, área para palestras, encontros, reunião e festas.”

Uma doméstica diz que deveria existir “local para as pessoas se juntarem para conversar, lugar para fazer ginástica, clube de dança e escola para crianças”.

Já o lavrador, acredita que “é bom pra as pessoas se desenvolver, falar com os amigos, pois não temos um local pra sentar e conversar”.

O motorista justifica que “pela quantidade de pessoas que chega a mais de oito mil moradores, deveria existir banhos para as crianças e moradores se divertirem”.

Para essa consultora, “seria melhor para as crianças brincarem com animais e com os adultos. Para os adultos seria bom pra eles terem um espaço para caminharem com equipamentos de ginástica para eles não correrem o risco de serem atropelados”.

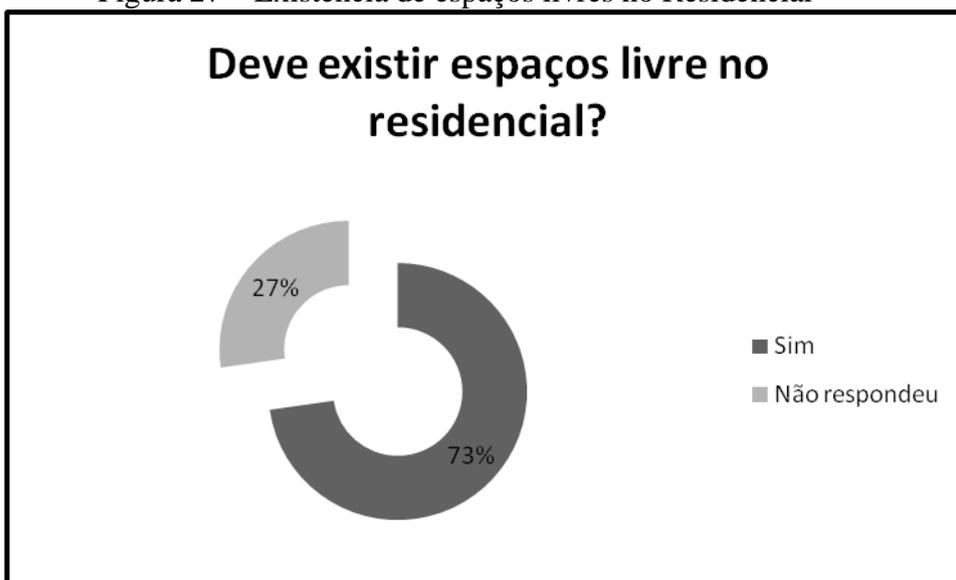
E por último, a dona de casa justifica que “praça com brinquedo para as crianças, campo de futebol, quadra de basquete para as crianças não brincarem na rua, igrejinha, biblioteca e *lan house*”.

Conforme a resposta dos entrevistados, é fácil perceber que o projeto de construção do residencial Novo Tempo, não cumpre as conformidades ao que se propõe o Estatuto das cidades (BRASIL, 2001), onde diz que o uso da propriedade urbana deve ser em prol do bem coletivo, [...] do bem-estar dos cidadãos, [...] (Art. 1º, Parágrafo único). A Lei também indica diretrizes para a Política Urbana que garantam a oferta de equipamentos urbanos e comunitários. Dentre esses equipamentos, estão aqueles que devem propiciar ao cidadão oportunidades de utilização do tempo não obrigatório (lazer) com experiência de livre escolha (recreação). Porém, de acordo com Cardoso (2013), no geral o MCMV e no Novo Tempo em Timon, prevaleceu a supremacia do setor privado a pressão por resultados e o despreparo dos municípios para organizar administrativamente o programa, isso tem repercutido na criação de modelos de cidades menos igualitárias, insustentáveis, predatória, excludentes e consequentemente na habitação vista apenas como mercadoria. Porém para Carlos (1992), a cidade é uma realização humana. O planejamento das cidades e dos habitacionais deve de modo geral considerar as necessidades humanas como: espaços do encontro, da comunhão social, onde se pode passar o tempo, folgar e sentir prazer ao ar livre. Conforme a resposta dos entrevistados é forte o anseio por esse tipo de espaço na comunidade do residencial.

Prosseguindo aos questionamentos pedimos aos entrevistados, que citassem os tipos de espaços livres que deveriam existir no residencial e tivemos as seguintes respostas: Parque para crianças, calçadão para caminhar e andar de bicicleta, praça, local de dança, área verde com frutos e água, campo de futebol, academia, feira livre, local para realizar reunião, igreja, posto de saúde, posto policial, casa de show.

Conforme a resposta dos entrevistados percebe-se que o direito social ao lazer no Residencial Novo Tempo foi suprimido e desvalorizado, pois de todos os anseios mencionados, o posto de saúde é o único serviço oferecido aos moradores, porém este, não entra na categoria de lazer. Para Rolnik, o direito ao lazer é considerado como fundamental a garantia de uma vida digna, sendo este um dos direitos universal.

Figura 27 – Existência de espaços livres no Residencial



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

Entre os entrevistados, 33% disseram que os espaços livres (calçada e rua) possuem manutenção, essa porcentagem pode ser justificada, pelo fato de se tratarem da área em frente as suas residências e os próprios moradores realizam a limpeza e manutenção. Também, por se tratarem desses espaços, não existe distância significativa de casa até áreas verdes do residencial. Quanto a esse aspecto, Miller (1997) recomenda que, todos os residentes em uma comunidade devem ter um contato com a natureza, andando no máximo, cinco minutos a pé e sugere parques e espaços livres localizados a essa distância das residências, para assim, resgatar e estimular os sentidos de percepção e pertença à natureza, sugere (OLIVEIRA E VARGAS, 2009).

Porém, 67% dos entrevistados, consideram que não existe manutenção dos espaços livres, conforme figura 33.

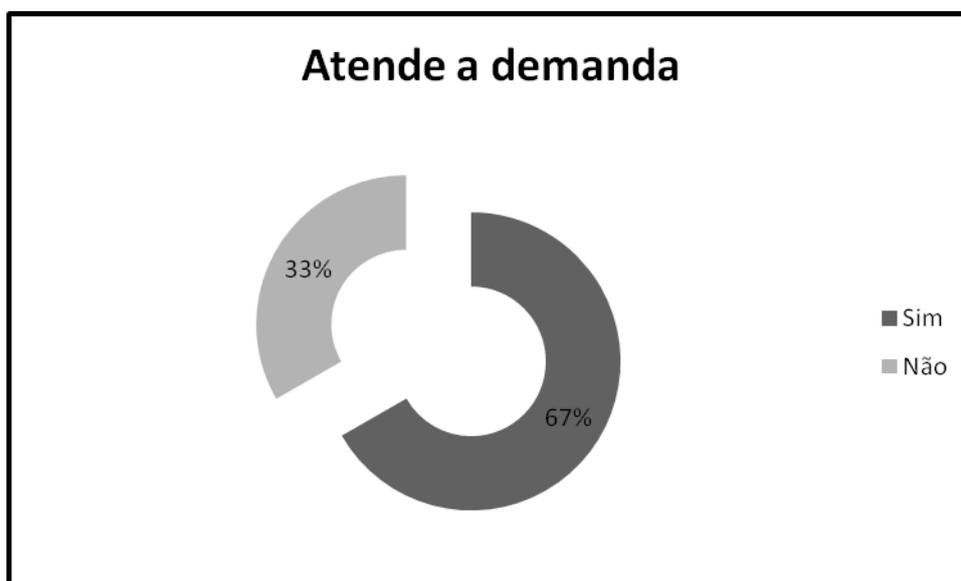
Conforme figura 29, na percepção dos entrevistados, 67% consideram que os espaços livres (calçada e rua) atende a demanda. Esse alto percentual pode ser explicado pela forte relação dos entrevistados com a rua, fato muito comum em áreas de moradia de população baixa renda, já que o espaço privado que lhes pertence, em sua maioria é bem reduzido. Enquanto 33% disseram que não atende, para estes, perguntou-se qual seria a sugestão para resolver essa situação, então responderam que, as calçadas deveriam ser alargadas.

Figura 28 – Manutenção de Espaços Livres



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 29– Atendimento à demanda

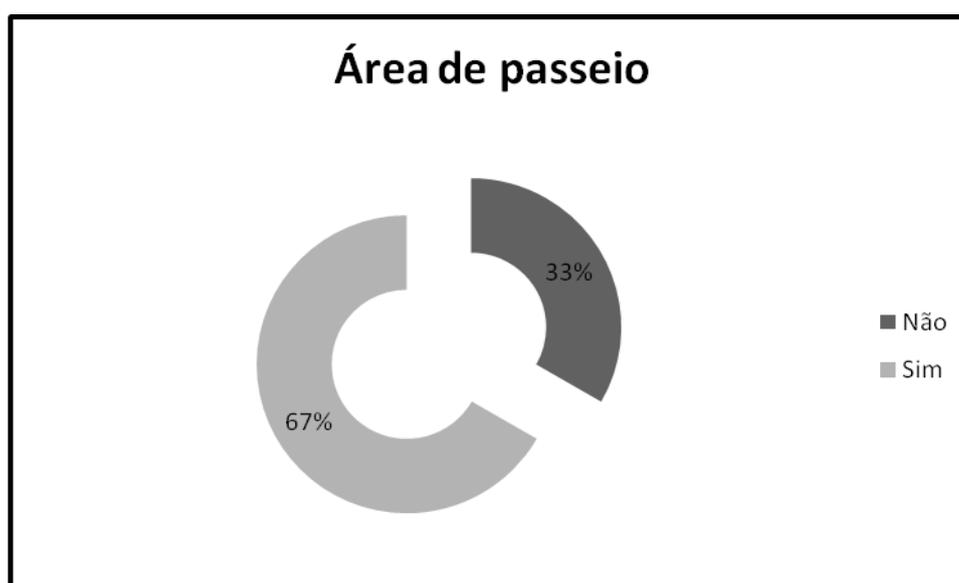


Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Próprias a passeios

Entre os entrevistados 67%, consideram que os espaços livres do Residencial Novo Tempo, são próprios para passeio, ou seja, embora dividam o espaço da rua com os automóveis, motociclista, ciclistas e pedestres e da calçada de apenas 1,5 m dividida com as árvores, eles consideram que são próprios a passeio, conforme figura 24, 26, 30 e 31. O alto índice de satisfação nesse quesito, pode estar relacionado ao fato do Residencial se encontrar a 8 Km de distância do centro da cidade e repercutir na redução do fluxo de automóveis em seu interior, estando apenas em sua maioria entre os próprios moradores. E 33% dos entrevistados consideram que os espaços livres do Residencial não são próprios a passeio.

Figura 30 – Área de passeio



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 31 – Área de Passeio do Residencial Novo Tempo



Fonte: A autora, 2016

CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

Entre os entrevistados, 75% consideram que os espaços livres (calçada e rua) do residencial não são conservados, pois conforme figura 37 e 38 podemos constatar que as mesmas encontram-se esburacadas com esgoto a céu aberto favorecendo a proliferação de doenças aos moradores. Esse alto índice pode ser controverso, já que na figura 35, 67% dos entrevistados consideraram que as ruas estão aptas ao passeio.

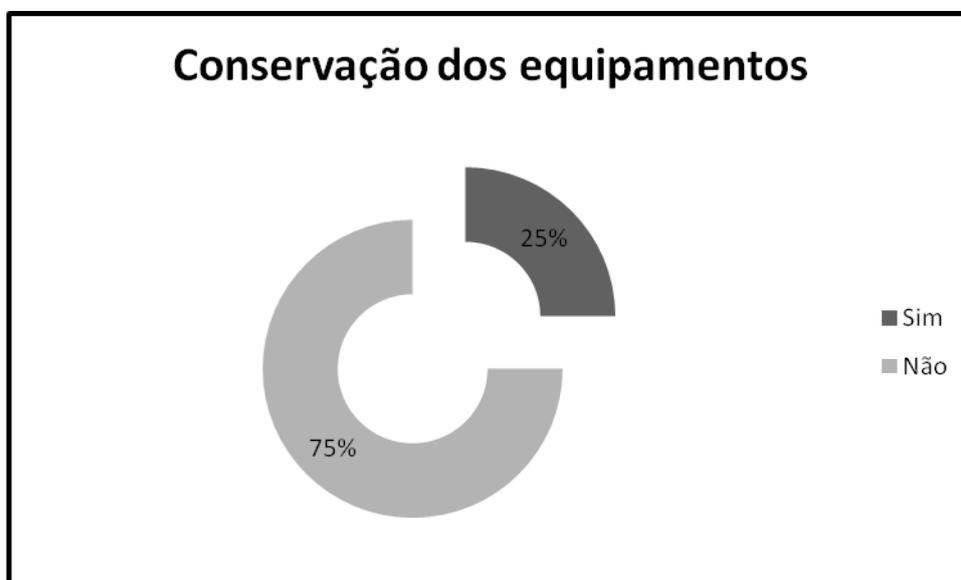
Com relação à segurança dos espaços livres (figura 34), embora os espaços livres citados pelos entrevistados sejam as áreas em frente às suas residências, ainda assim 33% não se sentem seguros em transitar por esses espaços, lembrando que no residencial não possui posto policial para oferecer segurança aos moradores e conseqüentemente o índice de violência como assaltos e arrombamento de residências no local é considerado elevado. Em se tratando da iluminação, 100% das residências possuem energia elétrica, porém as ruas em sua maioria o serviço está a desejar.

Figura 32 – Espaço Livre do Residencial Novo Tempo – Calçada e Rua



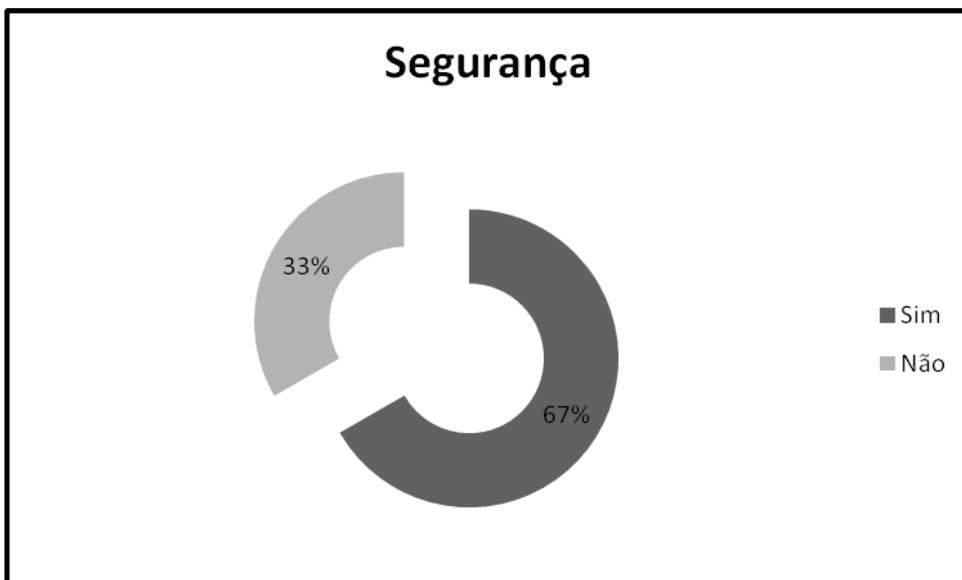
Fonte: <http://www.ademarsousa.com.br>. Acessado em 02/01/2016

Figura 33 – Conservação dos equipamentos



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

Figura 34- Segurança



Fonte: Questionário aplicado pela própria pesquisadora aos entrevistados do Residencial Novo Tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades perderam muito da sua qualidade de vida com esse crescimento caótico e de crescimento desordenado. O modelo de planejamento urbanístico de hoje, limita-se, a alargar avenidas para acomodar o tráfego crescente de automóveis e estreitar os espaços de incentivo ao pedestrianismo e o lazer. Os locais de socialização entre moradores, de possibilidade de encontro com a natureza e de conversa entre amigos, de brincar livremente pelas calçadas e ruas pelas crianças, dentre outros, tudo isso está se perdendo com o crescimento das cidades.

Esta pesquisa se propôs a analisar os espaços livres do Residencial Novo Tempo do MCMV em Timon-MA, considerando o contexto em eles estão inseridos evidenciando uso e percepção dos moradores.

A motivação ao pesquisar essa temática esteve baseada no interesse de entender se existe qualidade ambiental nos espaços livres do residencial, pois averiguamos que ao longo da política habitacional brasileira, os empreendimentos destinados a população de baixa renda, nem sempre recebeu atenção merecida por parte de nossos governantes tanto ao que se refere ao número de moradias quanto no urbanismo com proposta de lazer, entretenimento ou repouso mental e físico aos moradores com aproveitamento do potencial da paisagem.

Outro fator motivador foi a oportunidade de contribuir para a construção de um banco de dados sobre os espaços livres no Residencial Novo Tempo, como componente da qualidade de vida urbana que poderá servir como base referencial em estudos posteriores pela autora e/ou outros estudiosos para a cidade de Timon.

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível identificar conceitos importantes para o entendimento das questões pertinentes como cidade, urbanização, política habitacional, percepção ambiental e espaços livres, todos eles aprofundados no capítulo 1. A metodologia escolhida permitiu alcançar com facilidade os objetivos traçados e tornou possível responder à pergunta formulada no início dos estudos e que nortearam a pesquisa. A utilização da observação *in loco* foi muito importante para o reconhecimento da área de análise, saindo da rotina das preocupações com aspectos quantitativos e estendendo o olhar aos aspectos qualitativos, explorando os sentidos e registrando não apenas um levantamento quanto aos espaços livres, mas uma experimentação do espaço. A percepção dos entrevistados, depoimentos, experiências e sugestões, permitiram posse de um material valioso que enriqueceu as análises juntamente com a fundamentação teórica.

Através das análises pudemos perceber que, o desenho técnico do espaço urbano do Residencial Novo Tempo, não considerou no projeto espaços livres que comportasse o cotidiano de seus habitantes com espaços de convivência social e nem priorizou a valorização de espaços livres centralizados em elementos naturais, onde os moradores pudessem usufruir de espaços de uso coletivo com elementos da natureza e recreação e assim alcançar uma sadia qualidade de vida. Os moradores mostraram ainda a necessidade de se dotar essas áreas, apontando a importância, manutenção e valorização destes espaços nos projetos urbanos para não perderem o contato humano, identidade cultural, os costumes ou desfrutarem de simples espaços ao ar livre e encontro com a natureza na cidade.

O resultado da pesquisa de campo, também revelou na percepção dos entrevistados que os espaços livres do residencial restringe-se as ruas e calçadas e estes não são suficientes para a realização de atividades mais expressivas de lazer no cotidiano como conversar com amigos, levar as crianças para passeio e praticar esporte. E que as áreas verdes são as árvores plantadas na calçada em frente às suas residências.

A pesquisa constatou que, infelizmente a política habitacional brasileira continua beneficiando a classe mais abastada e que os projetos habitacionais voltados a população de baixa renda como o residencial Novo Tempo, possuem baixa qualidade técnica referente ao cumprimento das questões ambientais e na garantia do bem-estar de seus habitantes. E que a qualidade de vida urbana, está longe de ser alcançada por esses moradores, principalmente ao que se refere a valorização e integração dos espaços livres no residencial, que no geral, possuem baixo investimento e aproveitamento dos elementos físicos e naturais no desenho urbano.

Partindo da realidade e das possibilidades que temos em relação ao Residencial Novo Tempo, de torná-lo num ambiente mais sociável e ambientalmente melhor, sugerimos simples intervenções quanto ao lazer, meio ambiente e qualidade de vida. Não se trata de tentativa de remediar a situação atual, pois sabemos que no desenho desses projetos necessitam de melhor reflexão e estudo interdisciplinar para auxiliar nas considerações finais, já enfatizada anteriormente, no intuito de se colocar em práticas as estratégias e reflexões de melhorias que estejam condizentes com a realidade atual e o desejo dos moradores, visualizado no estudo de caso.

Não se pretende também desenvolver um desenho com nível técnico que os profissionais da área possui, somente algumas considerações que indiquem sugestão destes equipamentos. Estes devem necessariamente ser duráveis, plasticamente agradáveis, baratos, ergonômicos, e possuir unidade formal. Paralelamente, tratando-se dos equipamentos urbanos, além dos requisitos referentes à funcionalidade, visibilidade e legibilidade, a percepção do espaço/paisagem urbana coloca que, deve-se considerar também o reconhecimento imediato da mensagem visual, reforçando a identidade local.

Sugerimos implantação da área de lazer em toda a extensão central de espaços livres existente no Residencial Novo Tempo, contendo: Área para feira livre; Calçadão para pedestre; Vegetação de grande porte e rasteira; Academia pública; Quadra de esporte; Campo de futebol e Centro de cultura.

Os desdobramentos e proposições apresentados como reflexão final dessa dissertação no plano acadêmico e na gestão pública consideram que é preciso pensar e valorizar os espaços livres públicos urbanos, pois contribuem para a construção da identidade cultural de nossas cidades, e oferecem lazer e bem-estar gratuitos e inclusivos aos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil Colonial. IN Castro, Gomes e Corrêa (org.) **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALVES, R. **Educação dos sentidos e mais**. Campinas (SP): Verus, 2015.

ANDRADE, Gabriel Vieira Marx. **Política Habitacional Brasileira: Críticas ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Rio de Janeiro: UFRJ / Escola Politécnica, 2012.

AZEVEDO, S. d. (1996). A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. IN. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. L. C. d. Q. RIBEIRO and S. d. AZEVEDO. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ: 73-101.

BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento. **Geodiversidade do Estado do Maranhão**. Programa de Geologia do Brasil / Levantamento da Geodiversidade. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Teresina, 2013.

BATISTA, P. T. **O meio ambiente, as cidades, as árvores urbanas e a SBAU**. Sociedade Brasileira de Arborização Urbana 2006. Disponível em: www.sbau.com.br/arquivos/materiais_paulo_tarso.htm. Acesso em: 01 de junho de 2016.

BEER, A.R.; DELSHAMMAR T; SCHILDWACHT, P. A changing understading of the role of greenspace in high-density housing: a european perspective. **Built Enveronment**, v. 29, n. 2, 2003.

BENCHIMOL, Jayme Larry. **Pereira Passos: um Hausmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, 1992 (caps. 6, 7, 8 e 9, pgs. 112 -166).

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Estação. Liberdade, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Política Nacional do Meio Ambiente. **Lei nº 6.938**, de 31 de Agosto de 1981.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil**, 2013 Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/timon_ma
Acesso: em 23/03/2016.

_____. **Lei nº 6766** de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

_____. Estatuto da Cidade. **Lei 10.257**, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília - DF, 2001.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. ARRETCHE, M.; VASQUEZ, D. FUSARO, E (Org.). **Capacidades Administrativas, Déficit e Efetividade na Política Habitacional**. Brasília/São Paulo: CEM/Ministério das Cidades, 2007.

_____. Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. **Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Brasília – DF, 2009.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

BECCHERI Filho, A. T.; e NUCCI, J. C. **Espaços Livres, Áreas verdes e cobertura vegetal no bairro**, Alto da XV, Curitiba/PR. 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://mcmv.caixa.gov.br/>>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

CAMPOS, Paulo Rogedo e MENDONÇA, Jupira Gomes. **Estrutura socioespacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas tendências**. In CARDOSO, Adauto Lucio (organizador). O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Série habitação e cidade. Observatório ds Metrôpoles. Letra capital. 2013.

CARDOSO, A. L. ; ARAGÃO, T. ; ARAUJO, F. S. **Habitação de Interesse Social: política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano**. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2011.

_____: ARAGÃO, T. A. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha vida: 25 anos da política habitacional no Brasil**. IN: O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais / Adauto Lucio Cardoso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

CAVALEIRO, F.; DEL PICCHIA P.C.D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. 1º Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. 1992, Vitória. Disponível em: <http://www.labs.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2014/07/cavalheiro_anaisdecongressos_cbau_1992.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2016.

CAVALHEIRO, Felisberto. **O planejamento de espaços livres: O caso de São Paulo**. Revista Silvicultura/Inst. Florestal, v. 16, parte 3, São Paulo, 1982.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C; GUZZO, P.; ROCHA, Y. T. (1999) **Proposição de terminologia para o verde urbano**. Boletim Informativo da SBAU (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana), ano 8, n. 3, jul/set de 1999, Rio de Janeiro. p.7.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COELHO, Maria Célia Nunes. IN: Guerra, Antonio José Teixeira e Sandra Batista da Cunha (organizadores). **Impactos Ambientais e Urbanos no Brasil**. 8.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2011.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORSON, W. H. **Manual global de ecologia** – o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. São Paulo, Angustus, 1993.

DAVIDOFF, L. F. **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw – Hill do Brasil, 1993.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento espacial e social no século XIII**. Brasília: Editora Alva Ltda, 1997.

DEMO, Pedro. 1941 – **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Guillen Luna, SOUZA, I.C. LIMA, S, O. MARTINS, V, S. **Percepção e Realidade**. Simpósio Internacional de Neurociências da Grande dourados. 2012.

DIAS, Genebaldo Freire, 1949. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DINIZ, Adalberto Moreira et al. O Urbanismo Modernista em São Luís: Plano Expansão da Cidade (1956). **REVISTA DO CEDS Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, vol. 1, nº 2, março/julho 2015 – Semestral
Disponível em: <http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>
Acesso em: 03 de janeiro de 2016

ESCADA, M. I. S. (1992) **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. 133p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, SP.

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental. 2005**
Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html
Acesso em: 01 junho de 2016.

FARIA, Geraldo Magela Gaudêncio, in Campos, Ana Cecília Arruda et Al. **Sistemas de Espaços Livres: Conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo-histórico e cultural** / Antonio José Cordeiro Feitosa, José Ribamar Trovão. João Pessoa, PB. Ed Grafset, 2006.

FERNANDES, R. S., SOUZA, V. J., PELISSARI, V. B. & FERNANDES, S. T. 2004. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Disponível em: http://143.106.158.7/anppas/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

FERRARA, L. **Olhar periférico: linguagem, percepção ambiental**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 1999.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Políticas Territoriais e reorganização do espaço maranhense** / Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humanas. São Paulo, 2008.

FERREIRA, C.R.T. 2001. **Avaliação da degradação urbana através da percepção ambiental: o caso do alto da bacia do limoeiro, Presidente Prudente, SP**. (Dissertação de Mestrado). Curso de Pós Graduação em Geociências. Universidade de Presidente Prudente, Presidente Prudente, São Paulo, 2001.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano**. 1. ed. São Paulo: Fupam, 2012.

FILHO, O. B. A. Os estudos da percepção como a última fronteira da gestão ambiental. In: **Simpósio ambiental e qualidade de vida na região metropolitana de belo horizonte e Minas Gerais**, 2, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação Brasileira de Engenharia Geológica, 1992.

FONTES, Nádia. SHIMBO, Ioshiaqui. Proposições de indicadores para análise de disponibilidade de espaços livres públicos de lazer. **III ENECS – Encontro Nacional Sobre Edificações E Comunidades Sustentáveis**. UFSCAR- SÃO PAULO, 2003.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. IN: FRIDMAN, Fania. ABREU, Maurício. (organizadores). **Cidades Latino-americanas. Um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 5 ed. 217 p. São Paulo: Petrópolis, 2005.

GEISER, R. *et al.* **Áreas Verdes nas Grandes Cidades**. São Paulo, SBP – PMSP, 1975, 35 p. (Material mimeografado apresentado no XXVI Congresso Nacional de Botânica pela Sociedade Brasileira de Paisagismo, em 27.01.1975, no Rio de Janeiro).

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GUZZO, P. (1999). **Estudo dos espaços livres de uso público da cidade de Ribeirão Preto/SP, com detalhamento da cobertura vegetal e áreas verdes públicas de dois setores urbanos**, 125p. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista –UNESP, Rio Claro - SP.

HIERNAUX, Daniel. **Pensar a cidade: a dimensão antológica do urbano**. Geousp – Espaço e Tempo, São Paulo, n.20, p. 197-205, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

HOLZ, Sheila e MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Política de Habitação Social e o Direito a Moradia. Universidad de Barcelona. 2008.
http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em: 01 junho de 2016.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Editora Escala, 2005.

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Anuário Estatístico do Maranhão**, v. 1, São Luís: IMESC, 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Muito mais do que um teto**. Ano 10. Edição 79. 2014.

_____. **Direito só no papel – Falta de moradia afeta milhões de brasileiros**. Ano 6. Edição 51. 2009.

Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1237:catid=28&Itemid=23. Acesso: 04 de abril de 2016.

JORNAL O DIA, Teresina, jan – dez., 1980-1989.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V. C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília : Rio de Janeiro : IPEA , 2013.

LAGO, Luciana Corrêa. Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: Conflitos e avanços. IN. **Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. Emetropolis. nº05, ano 2. 2011. Disponível em:
http://www.observatoriodasmetroles.net/download/emetropolis_n05.pdf
Acesso: 05 de maio de 2016.

LÉFÈVRE, Henri. Espaço y política: **El derecho a la ciudad**, II. Barcelona: Ediciones península, 1972.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Le retour de la dialectique**: 12 mots clef pour le monde moderne. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. Tradução Margarida Maria de Andrade.

_____. A sociedade urbana. IN: **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFF, E. 2007. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Ed. Vozes.

LIMA, A. M. L. P. et.al. (1994). "Problemas De Utilização Na Conceituação De Termos Como Espaços Livres, Áreas Verdes e Correlatos". In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 5., 1994, São Luís do Maranhão/MA. **Anais...**São Luís: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, p. 539 - 553.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. Qualidade ambiental urbana de Osvaldo Cruz/SP. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA**, XIII, 2007, Viçosa. **Anais...** Viçosa: UFV/ Departamento de Geografia. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2015

LOBO, Eulalia; Carvalho, Lia; Stanley, Myrian. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Ed.Ufrj, 1989.

LOMBARDO, M.A. (1985) **Iha de Calor nas metrópolis. O exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec.

LOPES, Wilza Gomes Reis et al, **A paisagem urbana e o sistema de espaços livres da cidade de Teresina**, Piauí, 2015.

LULA, Venâncio. **Vila de Flores**. Brasília. 1991.

MACEDO, Eurico T. de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização**. Tese (Livre-docência) – FAUUSP, São Paulo, 1982.

MARANHÃO. **Edital à Câmara de São Luís, referente às posturas aprovadas pelo Conselho Geral da Província**. São Luís: Tip. da Temperança, 1842.

| _____ **Edital. A câmara Municipal desta Cidade &. Código de Postura de 1842.**

MARUS, M.G., DETWYLER, T. R. (1972) **Urbanization and environment**. **Bermont/Cal.**, Duxburg Press, 286p.

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. Cadernos Metrôpole (PUCSP), v. 21, p. 33-52, 2009.

_____. Ermínia. **Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

_____.Ermínia. **Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. In: Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

_____.Hermínia. **O Estatuto da Cidade Periférica**. In O Estatuto da Cidade: comentado / organizadores Celso Santos Carvalho, Ana claudia Rossbach. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p.: Il.

_____. Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, César A. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Selecta, 1970.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil. Terra de quem?**. São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

MATAREZI, J.. **Trilha da vida: (re)descobrimo a natureza com os sentidos**. Ambiente & Educação. Rio Grande (RS): Fundação Universidade do Rio Grande, v. 5/6, 200/2001.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. Ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

_____. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão/Lithograf, 1992, 4º v.

MELAZO, G. C. **Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano**. Olhares & Trilhas. Ano VI, n. 6, p. 75-51. Uberlândia: 2005.

MENDES, Renato Porto Ribeiro. **Percepção sobre meio ambiente e Educação Ambiental: o olhar dos graduandos de ciências biológicas da PUC-BETIM**. Dissertação de mestrado. 2006.

MENDONÇA, M. G.; LIMA, S. C. Histórico da gestão ambiental no município de Uberlândia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 8–17, set. 2000.

MESQUITA, Ruy Ribeiro. **Plano de Expansão da Cidade de São Luís**. São Luís: [s.n.]. 1958.

MILLER-JÚNIOR, G. T. **Ciência Ambiental: tradução da 11. ed. norte-americana**. Tradução de All Tasks; revisão técnica de Welington Braz Carvalho Delitti. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 501 p.

MILLER, R.W. **Urban Forest: Planning and managing urban greenspaces**. 2.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1997.

MIRANDA, Daniela Janaína Pereira. **Educação Ambiental: O despertar consciente do saber ambiental para a ação do homem na natureza**. Revista eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental, v. 19, jul/dez. de 2007.

MISIAK, H. **Raíces filosóficas de la psicología**. Buenos Aires: Troquek, 1964.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

MUMFORD, Lewis, 1895 – **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas** / Lewis Mumford: (tradução Neli R. da Silva).- 4ªed,-São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOGUEIRA DE SOUZA, G. B. **Degradação ambiental e ocupação do solo na várzea do rio Ouricuri, Capanema (PA)** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 10., 2003, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.cibergeo.org/XSBGFA/eixo3/3.3/044/044.htm>
Acesso em: 05 abril de 2016.

NUCCI, J.C.; (2001) **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 236 p.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2 ed. Curitiba: Edição do Autor, 2008. 142 p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLIS. Desafios para a política habitacional: 2ª etapa do programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: observatoriodasmetropoles.net/para-a-politica-habitacional-2o-etapa-do-programa-minha-casa-minhavid>. Acesso: em 18 de maio de 2016.

O ESTATUTO DA CIDADE: **comentado = The City Statute of Brazil : a commentary** / organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender** / Isabel Cristina Eiras de Oliveira. - Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, Lívia. Percepção Ambiental. IN: **Paisagens Geográficas: um tributo a Felisberto Cavalheiro**. Organização de Douglas Gomes dos Santos e João Carlos Nucci. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009.

OLIVEIRA, Thaisa Lemos de Freitas. VARGAS, Iclécia Albuquerque de Vargas. Vivências integradas à natureza: Por uma Educação Ambiental que estimule os sentidos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 22, Julho 2009.

PACHECO, Éser. SILVA, Hilton P. Compromisso **Epistemológico do conceito de Percepção Ambiental**. 2006. Disponível em: <http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf> - Acesso em: 01 de junho de 2016.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública; serviços e cidadania na primeira República: república ludovicence**. São Luís: IPES, 1988.

PANCERI, Bernadete. **O Campus do saneamento Ambiental Rural: estudo das percepções hábitos e Gênero na visão comunitária e instucional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 1997.

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MARANHÃO – **Relatório síntese Maranhão**. Governo Estadual / Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano. Primeira impressão. Maio 2012.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TIMON, **Agenda 21**, dez. 2002.

Plano participativo de governo de Timon. Luciano LEITOA.,2013-2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os descaminhos do meio ambiente**. 14 ed. 148 p. São Paulo: Contexto, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26ª edição. Editora Brasiliense, 1976.

PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento. **Nos trilhos do progresso: os bondes elétricos na Primeira República em São Luís/MA**. /Maria das Graças do Nascimento Prazeres. - Teresina: UFPI, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, 2011.

PREFEITURA DE TIMON. Código de Posturas de Timon, Plano diretor de Timon, Lei de Parcelamento do solo de Timon, Lei de Parcelamento do Residencial Novo Tempo Disponível em: http://timon.ma.gov.br/novo_site/?page_id=256. Acesso: 23 de março de 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945)**. In Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora Senac, 2000 (pgs. 83-118).

RELATÓRIO Nº 21 DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA: **Avaliação do Plano Diretor Participativo**. São Luís. 2009.

REMPEL, C., MULLER, C.C., CLEBSCH, C.C., DALLAROSA, J., RODRIGUES, M.S., CORONAS, M.V., et al. 2008. Percepção Ambiental da Comunidade Escolar Municipal sobre a Floresta Nacional de Canela, RS. **Revista Brasileira de Biociências**, 6(2).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres...(et al). 3. Ed. – 14.ed. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

RICHTER, G.**Handbuch Stadtgrun**. Munique/Viena/Zurique.BLV.1981.319 p.

RIO, V. D.; OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental - A Experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: UFSCAR/Studio Nobel, 1999.

RIOS, Luiz. **Geografia do Maranhão**. 4.ed. Atual. / Luiz Rios – São Luís: Central dos Livros, 2005.

RODRIGUES, M. L.; MALHEIRO, T. F.; FERNANDES, V.; DARÓS, T. D. A. **Percepção Ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formação de políticas públicas ambientais.** Saúde Soc. São Paulo, 2012, v. 21, supl.3.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROLNIK, Raquel. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do minha casa minha vida? Implementando os instrumentos do estatuto das cidades.** Brasília: Ministério das cidades, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei.** Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, R.; NAKANO, A. K. . **Direito à moradia ou salvação do setor?** Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 14 mar. 2009.

ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país. Avanços e Desafios.** IPEA. Políticas sociais – acompanhamento e análise, fev, 2006.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. IN: SESC SP. (Org.) **Lazer numa sociedade globalizada.** São Paulo / Word Leisure, 2000.

ROSA, L.G., SILVA, M.M.P. 2002. **Percepção ambiental de educandos de uma escola do ensino fundamental.** 6º Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2002. Anais... Vitória. Disponível em:
<http://ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/download/1178/872>

ROYER, Luciana de O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas.** Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

RUBIN Graziela Rossatto e BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil.** 2014.

SABOYA RIBEIRO, José Otacílio de. **Mensagem apresentada pelo Prefeito Dr. José Otacílio Saboya Ribeiro, no dia 28 de julho p. passado, quando da instalação dos trabalhos da Câmara Municipal.** São Luís: Imprensa Oficial, 09 de julho de 1937.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. (Outras) **Cartas de Atenas: com textos originais.** Salvador: Quarteto Editora / PPG / AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2001.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana.** 3.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____, **A urbanização brasileira.** 5.ed. 2ª reimpressão. São Paulo. Edusp. 2009.

SANTOS, J. E., JESUS, T. P., HENKE-OLIVEIRA, C. & BALLESTER, M. V. R. 2000. **Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí** (Luiz Antônio, SP) por diferentes

grupos sócio-culturais de interação. In: SANTOS, J. E. & PIRES, J. S. R. (eds.) Estação Ecológica de Jataí. Volume I, São Carlos: Rima. p.163-206.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História e Memória na cidade de Timon na década de 1980.** / Dissertação (Mestrado em História do Brasil), UFPI, 2007.

SCHMITDT, E. BUCCHERI FILHO, A, T. KRÖKER, R. NUCCI, J.C. Métodos para o mapeamento da qualidade ambiental urbana. **Anais do XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – 05 a 09 de setembro de 2005 – USP.** Disponível em: www.labs.ufpr.br/site/wp.../schmidt_anaisdecongressos_sbgfa_2005.pdf
Acesso: 08 de agosto de 2015.

SERPA, Ângelo: **Os Espaços livres de Edificação nas Periferias Urbanas um Diagnóstico Preliminar em São Paulo e Salvador. Paisagem Ambiente: Ensaio**, São Paulo, n.10. 1997.

_____: **O Espaço Público na cidade contemporânea.** São Paulo. Contexto 2009.

SILVA, Jurandi Oliveira. **Geotecnologias aplicadas em estudos socioeconômicos da ocupação urbana: o bairro Cidade Nova do município de Timon-MA** / Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociência e Ciências Exatas. Rio Claro. 2010.

SILVA. Aline de Figueirôa. **O projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2007.

SIMÕES, E. A. Q.; TIEDEMANN, K. B. **Psicologia da percepção.** São Paulo: EPU, 1985. v. 10, n. 2.

SINGER, Paul. **À Guisa de Introdução: Urbanização e classes sociais.** In Economia Política e Urbanização. 14ª Ed. São Paulo, Contexto, 1988.

_____. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOULÉ, M. E. **Mente na biosfera; mente da biosfera.** In: WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. **Timon: sua história, sua gente.** Timon: Fundação Municipal de Cultura, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro : Bertrand, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 1989.

SUKOPP; H; WERNER, P. (1991) **Natureza em lãs cidades.** Madrid, 1991.

TÂNGARI, Vera Regina et al. **Colóquio Nacional de QUAPÀ-SEL** (4.: 2009: Rio de Janeiro, RJ).

TARDIN,R. **Espaços Livres:sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro:7Letras,2008.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TUAN, Y. Fu. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Ed. Difel: São Paulo, 1980.

TUAN, Y. Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UM-HABITAT. **Scaling-up affordable housing supply in Brazil**. The ‘My House My Life’ Programme, 2013. In: <http://www.unhabitat.org>. Acessoem: 10 de maio de 2016.

UNESCO. 1973. Rapport **Final du groupé d’experts sur le project 13: La perception de la quilite du milieudans le Programme sur l’homme et la biosphere (MAB)**. Paris : Unesco. 79p. (série desrepportsdu MAB 9).

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História para o ensino médio: história geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço interurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIOLA, E. (1987). O movimento Ecológico no Brasil. IN: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ.

WHYTE, A. V. T. 1978. **La perception de L’environment: lignes directrices méthodologiques pour les etudes sur le terrain**. Paris : Unesco. 143p. (notes techniques du MAB 5).
www.sbau.com.br/arquivos/materiais_paulo_tarso.htm. Acesso em: 01 de junho de 2016.

WIRTH, Louis (1938) **“Urbanism as a way of life”**, The American Journal of Sociology, Vol. 44 (July 1938), reproduzido no Reader in Urban Sociology, editado por Paul K. Hatt e Albert J. Reiss Jr, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1951,

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO-UFRRJ
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
PRAGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - PPGPDS

APÊNDICE - Questionário aplicado à comunidade do Bairro Novo Tempo em Timon-
MA para coleta de dados análise e elaboração de dissertação de mestrado.

QUESTIONÁRIO

Sobre o entrevistado:

1. Nome: _____

_____o

feminino

masculino

2. Estado civil

solteiro

mora junto

viúvo

casado

separado

3. Qual o seu grau de instrução?

Não estudou

ensino

ensino

educação
infantil

ensino
fundamental
completo

ensino
superior
incompleto

ensino
fundamental
incompleto

ensino médio
incompleto

ensino
superior
completo

ensino médio
completo

pós
graduação

pós
graduação

4. Profissão:

6. Qual a renda mensal média da família ?

Abaixo de 1 salário mínimo

entre 2,5 a 5 salários mínimos

entre 1 e 2 salários mínimos

acima de 5 salários mínimo

Sobre a residência:

1. logradouro: _____

2. Tipo de domicílio ocupado?

particular

alugado

permanente

cedido

3. Quantos cômodos existem neste domicílio? ()

4. Esgoto do banheiro ou sanitário é lançado em:

- Rede geral de esgoto ou pluvial vala
 fossa séptica rio, lago ou mar
 fossa rudimentar outro

5. A forma de abastecimento de água utilizada é:

- rede geral de distribuição água da chuva armazenada
 carro pipa

6. O destino do lixo deste domicílio é:

- coletado diretamente por serviço de limpeza enterrado na propriedade
 coloca em caçamba de serviço de limpeza jogado em terreno baldio ou logradouro
 queimado jogado em rio, lago ou mar
 tem outro destino

7. Existe energia elétrica no domicílio?

- Sim, de companhia sim, de outras fontes não existe energia elétrica distribuidora

8. Quantas pessoas moram neste domicílio?

- menos de 5 entre 5 e 10 mais de 10

9. Idades

- 0 – 14 anos
 15 – 20 anos 31 – 40 anos 50 anos ou mais
 21 – 30 anos 41 – 50 anos

10. Quanto tempo mora no local?

- menos de 5 anos entre 5 e 10 anos mais de 10 anos

11. E de outro município? Qual ?

- sim _____ não

12. Qual foi o motivo principal da mudança para este município ?

- trabalho saúde outro
 estudo moradia

Sobre a percepção de espaços livres

1. Em seu bairro existem espaços livres?

- Sim não

Se a resposta for sim

2. O que você considera espaços livres?

- parque área de esporte
 praça calçada
 área de lazer outro: _____

3. Quais espaços livres existem em seu bairro?

- parque área de esporte
 praça calçada
 área de lazer

4. Existe manutenção dessas áreas pelo poder público?

- Sim não

5. Em caso positivo essas áreas são verdes e/ou arborizadas?

- sim não

6. Qual a distancia aproximada entre a área verde mais próxima da sua casa?

7. Quanto tempo é necessário para chegar nela? Qual o transporte utilizado?

8. As alternativas de uso das áreas verdes acessíveis para você atendem as suas demandas?

- Sim não

O que falta?

9. As áreas de passeios são largas?

- Sim não

10. São iluminadas?

- sim não

11. Você transita se sentindo segura(o)?

- sim não

12. Existe contêiner para coleta seletiva de lixo?

- sim não

13. Existem equipamentos esportivos?

- sim não

14. Estes são conservados em bom estado?

- Sim não

15. A área é silenciosa e tranquila?

- sim não parte do dia

Em caso negativo

16. Você acha que deveria existir mais áreas livres no bairro: Por quê?

- sim

- não

17. Que tipo de área de lazer deveria existir?